



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES ARTES E CIÊNCIAS
PROFESSOR MILTON SANTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES SOBRE A UNIVERSIDADE**



TAINANA ANDRADE MARQUES

**ANÁLISE DO PROGRAMA MAIS CULTURA NAS UNIVERSIDADES:
POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR DA BAHIA**

Salvador
2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES ARTES E CIÊNCIAS
PROFESSOR MILTON SANTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES SOBRE A UNIVERSIDADE**



TAINANA ANDRADE MARQUES

**ANÁLISE DO PROGRAMA MAIS CULTURA NAS UNIVERSIDADES:
POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Humanidades Artes e Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia – Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Flávia Garcia Rosa

Salvador
2018

TAINANA ANDRADE MARQUES

ANÁLISE DO PROGRAMA MAIS CULTURA NAS UNIVERSIDADES: POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA

Dissertação apresentada como requisito para obtenção grau de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, Instituto de Humanidades Artes e Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em ____/____/____

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Flávia Garcia Rosa
Doutorado em Cultura e Sociedade
Universidade Federal da Bahia

Carmen Fontes de Souza Teixeira
Doutorado em Saúde Pública
Universidade Federal da Bahia

José Roberto Severino
Doutorado em História Social
Universidade de São Paulo

Nerivaldo Alves Araújo
Doutorado em Literatura e Cultura
Universidade Federal da Bahia

AGRADECIMENTOS

Como diria Gilberto Gil: “O melhor lugar do mundo é aqui e agora” e, por isso, agradeço aos seres superiores por essa dádiva, bem como a toda força energética que gira em torno de algum propósito e nos possibilita aprender, evoluir e fazer tantas conexões nessa longa jornada chamada vida!

A Isabel Andrade, minha mãe, que, com seu saber político, desenvolveu em mim a habilidade de sonhar com um mundo melhor.

A Daniela Andrade, minha irmã, por ser uma fonte de inspiração intelectual e pela sua ajuda incondicional a minha vida acadêmica.

A minha tia Tânia, pelo carinho, amor e orações de fortalecimento.

A meu pai José Jorge, pela dádiva da vida.

À melhor orientadora, Prof.^a Dr.^a Flavia Garcia Rosa, pela dedicação, incentivo, colaboração e respeito por acreditar na potência e habilidades de cada pessoa. Você é uma pessoa admirável e incrivelmente forte.

A Daniela Matos, Danielle Canedo, Jarbas Jacomé e Mariella Pitombo (Universidade Federal do Recôncavo) e a Fabiana Britto e Leonardo Costa (Universidade Federal da Bahia), que estiveram à frente da elaboração dos planos de cultura e, sem o generoso compartilhamento de informações e receptividade em me atender, este trabalho não seria possível.

Ao professor Albino Rubim, pela gentileza em colaborar com a pesquisa.

A Lúcio Lima, secretário da Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal da Bahia, sempre solidário e colaborativo com as minhas solicitações.

Aos professores e servidores do Programa Interdisciplinar em Estudos sobre a Universidade, por toda contribuição e empenho no sistema educativo.

Aos integrantes da banca de avaliação, pela disposição em colaborar com a minha pesquisa.

A Cecília Nascimento, pela generosa colaboração com a transcrição das entrevistas.

A Monique Badaró, companheira e referência durante o tirocínio docente.

A José Roberto Severino, pela sua presença e colaboração na trajetória acadêmica desde a graduação, especialmente por ter me aceitado como sua tirocinante.

A Mariana Rios e Sandra Batista, pela presteza na revisão e normalização.

À equipe da Arcádia Pilates, especialmente Nanci Loula, por contribuir na sustentação do corpo quando ele queria cair, por seu sorriso caloroso e suas palavras de incentivo.

A Luane Campos, por garantir tão profissionalmente a qualidade da minha saúde mental.

Aos meus colegas e amigos de trabalho da Orquestra Sinfônica da Bahia, pela compreensão nos momentos de ausência, incentivo.

À música de diversos artistas e compositores que embalaram muito dessas palavras, na saga da travessia.

A Karol, tão sensível e atenta, se mostrando uma verdadeira companheira e imprescindível nesses últimos meses.

As minhas amigas, Sté, Carol R., Bia, Camis, Nath, Bel, Carina, Tuíra, Carlos, que são verdadeiras paixões nessa existência.

A tod@s que trocaram experiência e saberes, especialmente nesses dois anos. São inúmeras as pessoas que colaboraram com minha trajetória de vida que não caberia neste breve agradecimento.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

RESUMO

Marques, Tainana Andrade. **Análise do Programa Mais Cultura nas Universidades:** política e gestão cultural em instituições de ensino superior da Bahia 2018. 153 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares) – Instituto de Humanidades Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

Em 2005, o Plano Nacional de Cultura (PNC) foi inserido no parágrafo 3º do artigo 215 da Constituição Federal de 1988. Tendo como base o Programa Mais Cultura nas Universidades (PMCU), que deriva das metas do PNC, o objetivo deste trabalho é traçar um panorama histórico, ressaltando o surgimento de uma discussão que propõe a articulação inédita entre o Ministério da Cultura (MinC) e o Ministério da Educação (MEC) na intenção de estimular o desenvolvimento de planos de cultura para o ensino superior federal. Tomando como ponto de partida o referencial teórico sobre políticas culturais, a análise considera o PMCU como uma ação de governo visando o atendimento ora necessário para o cenário que se consolidava no Brasil, em que a cultura passa ser tratada como basilar em processos de cunho político, econômico e social. Portanto, a pesquisa discorre sobre as condições que as universidades públicas dispõem para a gestão artística e cultural, considerando a formação do indivíduo que está inserido nesse espaço acadêmico, mas, sobretudo, pensando a relação extramuros entre universidade e sociedade, a partir de entrevistas e análise das propostas de planos de cultura submetidos ao Edital Mais Cultura nas Universidades pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). O diagnóstico obtido entende que as universidades carecem de uma gestão integrada, que não se limite às atividades desenvolvidas pelas Pró-reitorias de Extensão (Proext) ou resultado dos seus cursos de artes. No que diz respeito às condições, é preciso garantir bases legais dentro da gestão universitária que permitam articulação e infraestrutura necessárias para um diálogo efetivo entre educação, cultura e arte.

Palavras-chave: Educação. Políticas públicas. Políticas culturais. Ensino superior. Diagnóstico.

RESUMEN

Marques, Tainana Andrade. **Análise do Programa Mais Cultura nas Universidades: política e gestão cultural em instituições de ensino superior da Bahia** 2018. 153 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares) – Instituto de Humanidades Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

En 2005, el Plan Nacional de Cultura (PNC) fue insertado en el apartado 3º del artículo de la Constitución Federal de 1988. Teniendo como recorte el Programa Más Cultura en las Universidades (PMCU), que deriva de las metas del PNC, el objetivo de este trabajo es trazar un panorama histórico, resaltando el surgimiento de esa discusión que propone la articulación inédita entre el Ministerio de la Cultura y el Ministerio de Educación en la conjetura de estimular el desarrollo de los planes de cultivo para la enseñanza superior federal. El análisis considera al PMCU como una acción de gobierno buscando la atención necesaria para el escenario que se consolidaba en Brasil, donde la cultura pasa a ser tratada como basilar en procesos de cuño político, económico, y social. Por lo tanto la investigación discurre sobre las condiciones que las universidades públicas disponen para la gestión artística y cultural, considerando la formación del individuo que está inserto en ese espacio académico, pero sobre todo pensando la relación extramuros entre universidad y sociedad, a partir de entrevistas y análisis de las propuestas de planes de cultura sometidos al Edital Más Cultura en las Universidades por las Universidade Federal da Bahia y la Universidade Federal do Recôncavo de Bahia. El diagnóstico obtenido entiende que las universidades carecen de una gestión integrada, que no se limite a las actividades desarrolladas por las prorectorías de extensión o resultado de sus cursos de artes. En lo que se refiere a las condiciones, es necesario garantizar bases legales dentro de la gestión universitaria que permita la articulación e infraestructura necesarias para un diálogo efectivo entre educación, cultura y arte.

Palabras clave: Educación. Cultural. Políticas públicas. Políticas culturales. Enseñanza superior.

ABSTRACT

Marques, Tainana Andrade. **Análise do Programa Mais Cultura nas Universidades: política e gestão cultural em instituições de ensino superior da Bahia** 2018. 153 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares) – Instituto de Humanidades Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

In 2005 the National Culture Plan (PNC) was inserted in the 3rd paragraph of the article 215 of the 1988 Brazilian Federal Constitution. Based on the Programa Mais Cultura nas Universidades (More Culture in the Universities Program), originated from the PNC goals, this work aims to trace an historic overview, highlighting the emergence of a debate proposing a brand new link between the Ministry of Culture and the Ministry of Education, in order to stimulate the development of cultural plans for the Federal High Education. Taking theoretical references about cultural policies as a starting point, this review considers the PMCU as a new government act aiming the necessary care for the scenario that was consolidating in Brazil, where culture starts to be treated as fundamental in political, economical and social processes. Therefore, this research talks about the available conditions the public universities have for artistic and cultural management, considering it's students training, but, mostly important, thinking about extra academic relationships between the university and the society, through interviews and analysis of the culture plans submitted to the Programa Mais Cultura nas Universidades (More Culture in the Universities Program) through Universidade Federal da Bahia (Federal University of Bahia) and Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Federal University of the "Recôncavo" of Bahia). The obtained diagnosis concludes that the universities need an integrated management, without limiting it to activities developed by the offices of community services or by the arts programs' final products. Regarding to the conditions, it is necessary to guarantee to the university management legal basis in order to allow required flexibility and infrastructure for and effective dialogue between education, culture and art.

KEYWORDS: Education. Public policies. Cultural policies. High Education. Diagnostic.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	CULTURA, POLÍTICA CULTURAL E DIREITO À CULTURA	15
2.1	CULTURA E ESTADO.....	19
2.2	POLÍTICA CULTURAL.....	23
3	SOBRE UNIVERSIDADE E CULTURA	30
3.1	UNIVERSIDADE NO BRASIL.....	35
4	METODOLOGIA	44
4.1	DEFINIÇÃO DA AMOSTRA.....	45
4.2	COLETA DE DADOS.....	46
4.3	TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS DA ENTREVISTA.....	47
4.4	LIMITAÇÕES DO MÉTODO.....	47
5	PROGRAMA MAIS CULTURA NAS UNIVERSIDADES – RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS	48
5.1	TRAJETÓRIAS INSTITUCIONAIS DA UFBA E UFRB.....	52
5.2	ANÁLISE DOS PLANOS DE CULTURA.....	60
5.3	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	79
5.3.1	Panorama geral: experiência na elaboração de um plano de cultura	84
5.3.2	Condução do processo de elaboração: envolvimento da comunidade acadêmica, construção coletiva e capilaridade da proposta	87
5.3.3	Gestão de cultura e arte na universidade: desafios e obstáculos	92
5.3.4	Avaliações sobre o <i>Edital Mais Cultura nas Universidades</i> ..	96
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
	REFERÊNCIAS	105
	APÊNDICE A – Guia de perguntas das entrevistas.....	111
	APÊNDICE B – Termos de Consentimento Livre e Esclarecido.	113
	ANEXO A – <i>Edital Mais Cultura nas Universidades</i>	125
	ANEXO B – Formulário de Inscrição da Proposta do Plano de Cultura.....	139
	ANEXO C – Declaração de propostas.....	149
	ANEXO D – Lista Final com o resultado do Edital Mais Cultura nas Universidades.....	150

1 INTRODUÇÃO

É indiscutível a consolidação dos estudos no campo da cultura, assim como a ampliação dessa agenda no âmbito político no Brasil, especialmente nos últimos 13 anos.

Embora o Ministério da Cultura (MinC) passe novamente por um período de enfraquecimento institucional¹ que pode, certamente, levar a danos imensuráveis, regredindo as conquistas alcançadas e reafirmando a tradição de discontinuidades que atingem as políticas públicas de cultura no Brasil, o volume de publicações e estudos sobre a instituição e consolidação das políticas culturais tem se multiplicado.

São incontáveis as publicações² como as de Calabre (2011), Barbalho (2011) e Rubim (2007), que trabalham, em perspectiva histórica, a instituição e o desenvolvimento dos órgãos estatais relacionados à aplicação das políticas culturais e às primeiras iniciativas de formulação, fragmentadas em grande parte, mas que, posteriormente, passam a ser propositivas de uma política pública de cultura para o Brasil.

Iniciando uma breve revisão histórica focada nos processos de institucionalização das políticas culturais no Brasil, os incentivos no período popularmente chamado de Era Vargas (1930 a 1945) – com destaque à expansão das instituições culturais públicas, editoriais e o surgimento de cursos superiores – aspiravam por uma política cultural nacional, com fins de suporte político, uma vez que define e constitui o domínio da cultura como um “negócio oficial”, implicando um orçamento próprio, a criação de uma inteligência e a intervenção em todos os setores (MICELI, 1979, p. 131).

¹ Desde 2016, o Brasil passa por uma grave crise política em decorrência do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, assumindo o então vice-presidente Michel Temer. Dilma foi eleita em 2010 para o seu primeiro mandato e em 2014 para seu segundo mandato, com 54 bilhões de votos.

² Destaca-se a Coleção Cult, iniciativa do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Cult), um órgão complementar da Universidade Federal da Bahia (UFBA) que reúne pesquisadores, professores e estudantes da área da cultura. Foram publicados 29 títulos, através da Editora da UFBA (Edufba), impressos bem como disponíveis em acesso aberto disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/25606>>.

Após um período de hiato das políticas culturais (1945 a 1964), durante a ditadura civil-militar (1964 a 1985), instaurou-se o autoritarismo marcado por uma política nacional-desenvolvimentista que se utilizou da cultura estrategicamente para obter os fins de integração e segurança nacional. Dentre os órgãos criados, destacam-se o Conselho Federal de Cultura (1966) e as prerrogativas do Plano Nacional de Cultura (PNC, 1975), muito embora esse período na história seja um trauma, marcado por violência aos direitos civis e censura das artes e liberdade de expressão.

Por sua vez, nas décadas de 1980 e 1990, surge um fenômeno de institucionalização da cultura dentro das instâncias de governança, caracterizado pela independência e criação do MinC, em 1985.³

Marcada por muitas lutas sociais, sobretudo no período de transição democrática, vê-se despontar a exigência de um olhar atento à sociedade e a urgência em resguardar o cidadão em sua integridade. Desse modo, emerge a necessidade de respaldar e institucionalizar direitos sociais básicos, estes expressos em políticas universais, como a educação, saúde e previdência social.

Embora, venham a divergir com a concepção de estado mínimo que ganha fôlego nesse mesmo período, ou seja, a intervenção do Estado se faz necessária para a implantação de políticas públicas e sociais. Por outro lado, a filosofia política, expressa pelo neoliberalismo, tende a negar o Estado, em prol de uma autorregulação do mercado.

Desse modo, a trajetória histórica da cultura, considerando sua regulação através de ministérios, se apresenta da seguinte maneira: Em 1930, a cultura esteve associada ao Ministério da Educação e Saúde. Em 1953, desmembra-se do Ministério da Educação e Saúde (MES), tornando-se uma secretaria dentro do Ministério da Educação e Cultura (MEC), ganhando independência em 1985 e sendo extinto em 1990 por Fernando Collor, quando passa a ser uma secretaria vinculada diretamente à Presidência da República, recriado em 1992 por Itamar Franco, sendo extinto novamente em 2016 por Michel Temer e logo recriado no mesmo ano, devido à

³ Para aprofundar o debate entre os que reivindicavam a criação de um ministério e os técnicos que defendiam a manutenção do órgão enquanto secretaria ver Barbalho (2011, p. 118).

mobilização civil contrária à extinção (BARBALHO et al., 2011; NUSSBAUMER, 2007; RUBIM; BARBALHO, 2007).

No escopo das ações desenvolvidas pelo Governo Federal, destaca-se, neste trabalho, um período recente e crucial de amadurecimento de uma concepção de cultura como assunto de Estado, respaldando a cultura enquanto direito, a partir da emenda constitucional nº 48, de 2005, que acrescenta o parágrafo 3º ao artigo 215 da Constituição Federal de 1988, instituindo o PNC. O plano apresenta as diretrizes para o desenvolvimento cultural do país e é consolidado na Lei nº 12.343/2012, com o objetivo de orientar o poder público na formulação de políticas culturais, com a previsão do cumprimento das metas estabelecidas até 2020.

O Programa Mais Cultura nas Universidades (PMCU), objeto de estudo da pesquisa em questão, é um desdobramento do PNC e relaciona-se com algumas de suas metas. Através de edital lançado em 2014, busca desenvolver e fortalecer a formação no campo da arte e da cultura, apoiando financeiramente as instituições vinculadas ao projeto para o desenvolvimento de pesquisas e metodologias para a implementação de políticas públicas e ao intercâmbio de docentes e discentes, ampliando o papel das universidades federais na difusão e preservação da cultura brasileira e as colocando enquanto agentes de implantação de políticas públicas culturais.

Parte-se de uma condução que valoriza os esforços em trabalhar a cultura em sua articulação com a educação. Não se distancia das demandas sociais e de desenvolvimento econômico que propõem amadurecimento endógeno do país, mas reivindica um posicionamento mais estratégico da cultura a partir de uma concepção ampliada de cultura, considerando a sua dimensão simbólica, cidadã e econômica, reconhecendo a importância de pensar as políticas públicas no âmbito da cultura associadas às dinâmicas econômicas e considerando o sistema de produção atual, expresso exponencialmente pelo neoliberalismo.

Adotando uma diferenciação entre política cultural e política de cultura abordada na *Enciclopédia Intercom* de comunicação (2010, p. 939), destacamos o seguinte:

Por política cultural (*cultural policy*) entende-se a atuação mais ou menos sistemática e planejada dos poderes públicos no campo e no sistema culturais. Trata-se, portanto, de política pública institucionalizada e guiada, em tese, por decisões burocráticas e racionais [...]. Por políticas de cultura (*politics of culture ou cultural politics*) deve-se operar com um sentido mais amplo do termo, de modo a englobar os conflitos de ideias, as disputas institucionais e as relações de poder na produção, circulação e fruição de significados simbólicos [...].

Sendo assim, a perspectiva seguida considera as políticas culturais como intervenções políticas continuadas que têm como objetivo o desenvolvimento da cultura e utiliza-se de ferramentas como os programas, planos, projetos, entre outros recursos, a fim de caracterizar essas ações políticas e governamentais, sem desconsiderar os conflitos de interesses que pautam determinadas decisões em prol de outras. Sendo que, “[...] através do estudo de suas metas, explícitas ou implícitas, é possível detectar as concepções, que orientam as políticas culturais. Os atores são outra faceta essencial para o estudo das políticas culturais [...]” (ENCICLOPÉDIA..., 2010, p. 940).

Portanto, faz-se necessário traçar um panorama complementar ao iniciado anteriormente, sobre o diálogo entre cultura e educação, de maneira sistemática, que conduziu à criação de uma política cultural para o ensino superior – mesmo que restrito no caso do PMCU às Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes).

Desse modo, a realização do fórum “A Universidade pensa o Brasil: Universidade, Arte e Cultura” marcou a abertura de um diálogo entre o MinC e as pró-reitorias de extensão das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). Em 2003, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) promoveu e sediou esse evento, que contou com a presença do ex-ministro da Cultura Gilberto Gil, 18 Ifes, representadas pelos pró-reitores de extensão e coordenadores de arte e cultura. O fórum surge a partir de três necessidades:

A primeira é a de promover uma análise global da situação atual das universidades públicas federais, no campo da arte e da cultura; a segunda, a de criar e ativar uma instância de articulação das universidades nesse campo, para o que foi tomada a organização da área temática de Cultura do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão; finalmente, a terceira, que é a abertura de um diálogo

produtivo com os ministérios da Educação e da Cultura, no sentido de construir uma política de apoio e colaboração entre essas esferas do poder público e as universidades. (UFBA, 2003, p. 11).

Uma questão retomada nesse evento é o veto à participação da universidade em ser proponente na Lei de Incentivo à Cultura, conhecida como a Lei Rouanet.

O evento se inseriu em um contexto que buscou refletir sobre o papel da universidade na promoção e difusão da arte e da cultura ao seu entorno, retomando a necessidade de consolidar articulações entre educação e cultura, assim como a de incitar a orientação no âmbito do Governo Federal para essa atuação.

A retomada do diálogo em um evento de igual dimensão ocorreu somente no ano de 2013, quando se iniciou um debate institucionalizado entre cultura e educação, que resultou na organização do I Seminário Cultura e Universidade – Bases para uma política nacional de cultura para as Instituições de Ensino Superior, realizado entre os dias 22 e 24 de abril de 2013, uma articulação da UFBA com o MinC e o Fórum de Pró-Reitores de Extensão.

O objetivo desse evento, que teve repercussão em nível nacional, foi elaborar estratégias de incentivo para a criação e o aumento de programas e cursos destinados à formação, à pesquisa e à extensão nas áreas artísticas e culturais. A ideia era fazer com que as Ifes repensassem seu papel enquanto produtoras e mediadoras da cultura, firmando pactos que valorizassem a produção universitária e tendo como um dos efeitos a ampliação do PMCU.

O PMCU, por sua vez, desdobrou-se no *Edital Mais Cultura nas Universidades*, lançado em outubro de 2014, direcionado a Ifes e instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e instituído de acordo com o PNC, o Decreto nº 6.170 de 25 de julho de 2007; a Portaria Interministerial do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)/ Ministério da Fazenda (MF) nº 507, de 24 de novembro de 2011; Portaria Interministerial MEC/MinC nº 18, de 18 de dezembro de 2013 e a Portaria nº 11, de 23 de maio de 2014, da Secretaria Geral da Presidência da República, que institui o Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas (BRASIL, 2014).

O exercício de estruturar uma política cultural na universidade se apresenta como um local passível para a experimentação de estratégias e aplicabilidade de uma ação institucionalizada em diálogo com os diversos autores que compõem aquele círculo, sendo eles: docentes, técnicos, discentes, terceirizados, intercambistas, extensionistas. Esse exercício é visto como a possibilidade de atuar localmente, porém atingindo a diversidade regional, internacional e hierárquica que se estabelece nas relações nesses lugares, com probabilidade de problematizar a centralidade da cultura, assim como irrigar a semente sobre a importância da diversidade, do respeito às representações simbólicas.

Reafirmando a urgência em tornar exequível a cultura enquanto um direito universal, conforme consta Constituição Federal de 1988, que orienta os rumos políticos, econômicos e sociais do Brasil, sem perder de vista as singularidades locais, regionais e nacionais dos diversos modos de representações simbólicas, buscou-se problematizar sobre que condições as universidades públicas dispõem para executar ações de cultura dentro de um escopo institucional orientado, uma vez que o plano de cultura se tornaria um compromisso de gestão, indo além da setorização e protagonismo das pró-reitorias de extensão, como ocorre atualmente.

Como objetivo geral, tem-se analisar de maneira comparativa como se deu o processo de formulação e implementação dos Planos de Cultura desenvolvidos a partir do *Edital Mais Cultura nas Universidades* em duas instituições públicas federais da região nordeste, a saber, a UFBA e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), melhor sintetizados no Quadro 1:

Quadro 1 – Síntese da pesquisa

(continua)

OBJETO	Políticas culturais em universidades
PROBLEMA	1) Que condições as universidades públicas dispõem para formular e implementar políticas culturais no seu âmbito? 2) Que diretrizes institucionais existem por parte da extensão para a gestão artística e cultural na universidade?
HIPÓTESE	As universidades não possuem uma orientação transversal de cultural que pense a comunidade acadêmica e a sociedade. As iniciativas de movimentação artística são pontuais e vinculadas aos cursos de artes, e a produção acadêmica sobre cultura se restringe à produção de conteúdo científico.

Quadro 1 – Síntese da pesquisa

(conclusão)

OBJETIVO GERAL	Analisar de maneira comparativa como se deu o processo de formulação e implementação dos Planos de Cultura desenvolvidos a partir do <i>Edital Mais Cultura nas universidades</i> em duas instituições públicas federais, a saber, a UFBA e a UFRB.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<ul style="list-style-type: none"> – Verificar a repercussão/recepção do <i>Edital Mais Cultura nas universidades</i>; – Comparar o processo de elaboração dos Planos de Cultura da UFBA e da UFRB; – Analisar as motivações e os impasses da implementação do programa Mais Cultura nas universidades.

Fonte: elaborado pela autora a partir de proposta do Grupo de Pesquisa Saberes e Fazeres em Informação e Conhecimento (Geinfo).

A dissertação é fruto de uma pesquisa empírica de caráter exploratório por meio da abordagem metodológica do ciclo de políticas públicas, com tratamento qualitativo dos dados e é composta por este primeiro capítulo, introdução, além de quatro outros capítulos e uma conclusão. No segundo capítulo, serão revistos os aspectos teórico-conceituais de cultura, política cultural e direito cultural, traçando uma discussão sobre a lei e o seu exercício. O terceiro será dedicado ao surgimento das universidades no mundo e no Brasil, questões de cultura e Estado, além de relação da cultura e universidade a nível nacional e internacional. O quarto trata da metodologia e universo da pesquisa, e o último capítulo apresenta análise do PMCU, da estrutura das instituições e apresenta os dados da pesquisa de campo e os resultados da análise das entrevistas e Planos de Cultura. Por fim, há a conclusão, na qual serão retomados e revistos os objetivos alcançados e as considerações finais da pesquisadora.

Esta pesquisa justifica-se pela escassez de estudos voltados especificamente para o contexto das universidades, em particular, as selecionadas para este estudo, que sempre buscaram, através de diferentes linguagens, ações extensivas e pesquisas, dialogar com a sociedade através da cultura, seja ela desenvolvida no âmbito das instituições, seja a cultura, o objeto de estudo, a partir de ocorrências na sociedade como um todo.

2 CULTURA, POLÍTICA CULTURAL E DIREITO À CULTURA

Como preâmbulo necessário para apresentar os dados da pesquisa de campo, é preciso revisitar alguns termos e conceitos pertinentes ao desenvolvimento do conhecimento crítico decorrente da pesquisa científica. Neste capítulo, serão tratados conceitos de cultura, direito à cultura e política cultural.

Antes de adentrar na discussão das correntes teóricas que se esforçam para dar forma ao fenômeno da cultura, proponho que feche os olhos e pense por alguns minutos: qual a primeira representação que vem à mente quando perguntado o que é cultura? E qual a sua finalidade para você e para o seu mundo?

Dito isso, essas mesmas perguntas foram lançadas a pessoas diversas, a fim de corporificar uma discussão que se dá, na maioria das vezes, na introspecção do pesquisador, buscando captar sem julgamentos o significado do termo no senso comum. As respostas foram as mais diversas e não deixaram de apontar para aspectos presentes nos debates das principais correntes teóricas das ciências humanas e sociais.

Para alguns dos interpelados, a cultura abrange muitas coisas; dentre elas, a expansão do pensamento, o conhecimento geral sobre sua cultura para o convívio em sociedade, bem como a compreensão sobre os hábitos sociais. Também concebem que existe uma multiplicidade de culturas. Para outros, a cultura está relacionada à tradição e à cultura popular, representadas por imagens icônicas do patrimônio imaterial, e a sua importância desemboca na identidade. Ainda há os que acham que cultura é linguagem artística.

Dentre as teorias da cultura, os aspectos sinalizados anteriormente relacionam-se expressivamente com a ideia que surge no Renascimento e se amplia a partir do século XIII com o advento do Iluminismo, de cultura enquanto cultivo da mente, de um padrão ideal de desenvolvimento intelectual, concebendo-a como o conjunto de conhecimentos humanos que podem ser adquiridos através da educação e, igualmente, passam a empregar o sentido de distinção na cultura.

Especificamente com Herder (1744-1803), a cultura começa a ser empregada no plural, opondo-se à uniformidade preposta pela noção de civilização. Sua concepção pluralista de cultura, mesmo considerada como romântica, por não considerar as interferências da colonização dos povos e os desdobramentos em seus modos de vida, será importante para a evolução da antropologia comparada do século XIX (WILLIAMS, 1992, p. 10-11).

O uso do termo “civilização” aciona certos aspectos, úteis para a perspectiva política e racionalista da época, ao considerar exponencialmente o domínio da razão como distinção ao processo de modernização de outras nações.

Entretanto, no final do século XIX, ‘civilização’ adquirira igualmente uma ressonância inescapavelmente imperialista, o que bastava para desacreditá-la aos olhos de certos liberais. Era, conseqüentemente, necessário encontrar outra palavra para designar a vida social não como era quanto como deveria ser, e os Alemães adoptaram a palavra francesa *culture* para esse fim. (EAGLETON, 2003, p. 22, grifo do autor).

O uso de “cultura” e “civilização” passa a ter sentidos antagônicos e distintos a partir de uma perspectiva antropológica que rompe com etnocentrismo, com a ideia de leis universais e questiona a superioridade ocidental ao reconhecer a diversidade cultural – instituindo, dessa forma, o relativismo cultural de Franz Boas.

Essa compreensão será como a semente do estruturalismo expressa por Claude Lévi-Strauss (1908-2009), cujo objetivo era conhecer o que há de comum em todas as sociedades – como a linguagem, o sistema de parentesco e o matrimônio –, não estando tão interessado em particularidades.

O marco teórico dessa corrente é o papel que o estruturalismo buscou ao conciliar a antropologia cultural e social, uma vez que, na Europa, diferentemente de outros países, como nos Estados Unidos, por exemplo, a antropologia era essencialmente sociológica, posto que compreendia a cultura como subordinada à estrutura das relações sociais. Segundo Hall (2000 apud SOVIK, 2003), as propostas estruturalistas possibilitaram identificar as leis da estrutura universal comuns a todas as culturas e mente humana, mas negaram aos sujeitos a consciência.

A partir dos anos 1950, novas concepções de cultura emergem, resultante dos processos de mudanças sociais e políticas e de profundas transformações culturais na Europa, que levantaram, entre outras, a necessidade de uma reflexão crítica e compreensiva sobre a realidade social e o papel da ciência, com repercussões sobre o paradigma antropológico. Esse olhar expressa um pensamento pós-modernista, do qual incorpora a luta das minorias, como negros e mulheres, sendo vistos como uma dissidência do movimento pela luta e igualdade de classes.

Com isso, os estudos culturais destacam a cultura como elemento ativo da estrutura social, e não apenas mero reflexo da estrutura econômica. Pensar a cultura nesses aspectos é pensar uma transformação social através de uma revolução por via da cultura, pois é no seu meandro que se estabelecem os conflitos, disputas simbólicas e, ao mesmo tempo, é a expressão da condição humana em sua existência.

Segundo Stuart Hall (1997), a virada cultural expressa uma ruptura no universo teórico das ciências sociais e amplia a compreensão acerca da linguagem para a vida social, colocando a cultura como a soma de diferentes sistemas de classificação e formações discursivas. Ou seja, no sentido epistemológico, a centralidade da cultura repousa sobre as mudanças que a virada cultural provocou no interior das disciplinas tradicionais, no peso explicativo que o conceito de cultura carrega e o papel constitutivo ao invés de dependente na análise social. Para o autor, embora nem tudo seja cultural, toda prática social tem condições culturais ou discursivas de existências.

Dito isso, o autor se debruça no modo como a centralidade da cultura atua no processo de regulação. Por ora, é suficiente dizer que, embora simbolicamente importante, esse *status* não se reverte em recurso, ou seja, a centralidade da cultura existe no campo político, mas há limitações no campo econômico.

Entender os meios como a cultura é governada e regulada impacta diretamente em nós e nos debates travados. Para Hall (1997, p. 40, grifo do autor), “[...] saber como a cultura é moldada, controlada e regulada é saber como a cultura nos governa – ‘regula’ nossas condutas, ações sociais e práticas, e assim, a maneira como agimos no âmbito das instituições e na sociedade”.

Retomando as delimitações das duas principais correntes aqui referidas, no que tange aos estudos culturais, podemos dizer que a perspectiva antropológica busca compreender a relação de indivíduos e/ou grupos sociais com a cultura, partindo do princípio de que, entendendo essas microrrelações, é possível interpretar a lógica das sociedades. Nesse sentido, a perspectiva antropológica diz que cultura é um processo de partilha de sentidos: não somente bens simbólicos – manifestações, expressões, produtos –, mas partilha de sentido, ou seja, o modo como um povo se vê mais ou menos do mesmo jeito. Seria o entendimento dos comportamentos, rituais, ou seja, os traços culturais postos em um contexto.

A perspectiva sociológica, por sua vez, está preocupada com os processos de estruturação e com os fenômenos sociais que interligam os indivíduos em grupos, associações e instituições. Assim como a antropologia, o que a caracteriza são as escolas, que dão diferentes olhares e interpretações para o fenômeno.

Raymond Williams (1992, p.14) reivindica uma sociologia da cultura, afirmando ser possível convergirem duas tendências primordiais: a que se refere ao pensamento social geral e a análise cultural, respectivamente dentro das disciplinas de sociologia e história.

Essa perspectiva parte do interesse em tratar do ramo da cultura de modo específico, devido às particularidades de toda sua cadeia de significações. Mesmo que não substitua a sobreposição que existe com teoria de outras disciplinas, é necessária uma sociologia que se preocupe com os processos sociais de toda produção cultural, ou seja, com as instituições e formações da produção cultural, as relações sociais de seus meios, as formas artísticas, os processos de reprodução social e cultural, bem como da organização cultural (WILLIAMS, 1992, p. 30-31).

De acordo com Eagleton (2003), se a palavra “cultura” encerra um texto histórico e filosófico, é também a sede de um conflito político, uma vez que, quando se institui o Estado-nação, a estrutura dos papéis tradicionais é diluída e a cultura assume a responsabilidade de ser o princípio de unidade social.

Para esse autor, a ideia de cultura é uma recusa do determinismo orgânico e da autonomia do espírito, uma vez que o termo “cultura” já é, em si, a desconstrução do

significado que associa cultura e natureza. Em Eagleton (2003), assim como em Hall (1997), o significado de cultura torna-se vital para entender sua nova função política, destacando seus usos na estruturação do Estado-nação, na construção de identidades e sistemas doutrinários.

Embora os autores citados – respeitando suas distintas concepções teóricas – reconheçam a importância da cultura na organização da sociedade moderna, Hall propõe uma discussão que mostra que a centralidade da cultura não está dissociada dos interesses pela disputa do poder, buscando entender como os mecanismos de governança, através da cultura, exercem regulação, pois “[...] uma vez que a cultura regula as práticas e condutas sociais, neste sentido, então, é profundamente importante quem regula a cultura [...]” (HALL, 1997, p. 41). O autor destaca três aspectos da regulação da cultura e a regulação através da cultura, sendo eles: a regulação normativa, ou seja, como as ações são guiadas inconscientemente por normas; os sistemas classificatórios, capazes de classificar ações e comparar condutas práticas sociais; e a regulação por tipos de sujeito, que é a “[...] produção de novas subjetividades no interior de um novo conjunto de disciplinas organizacionais [...]” (HALL, 1997, p. 43).

A polissemia do termo “cultura” conduz a certa subjetividade ao tratar da questão. Por ser tudo e, ao mesmo tempo, nada, a cultura contempla todas as manifestações humanas, porém seu tratamento decorre das circunstâncias contextuais. No atual modelo econômico capitalista e neoliberal, é natural tratá-la em termos mercadológicos, associada a uma ideia de desenvolvimento e dissociada de uma escuta ativa.

2.1 CULTURA E ESTADO

Antes de adentrar nas estratégias que permitem a transmutação da palavra “cultura” em ação, referindo-se propriamente à política cultural, é preciso argumentar sobre o que faz a cultura ser assunto de Estado.

Dito isso, será apresentada como argumento a noção teórica do campo jurídico, para complementar e dar substrato à posição assumida com relação à importância da cultura ser tratada como direito e, portanto, representada em termos simbólicos, econômicos e operacionais.

Os direitos culturais são oriundos da evolução histórica dos direitos humanos, que surgem em um contexto de pós-guerra e a consequente criação da Organização das Nações Unidas (ONU), que, em 1948, constitui a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, cuja adesão entre os países é por livre e espontânea vontade.

Embora indivisíveis na sua compreensão geral, os direitos humanos podem ser destrinchados em direitos civis, direitos políticos, direitos econômicos – diretamente relacionados às regulações do direito ao trabalho –, direitos sociais e os direitos difusos ou transindividuais, incorporados recentemente, a partir de movimentos emergentes de 1960 e 1970 (MACHADO, 2007). Baseado na tese da historicidade, o autor argumenta:

[...] que nunca será possível uma teoria pronta e acabada dos direitos humanos, já que eles estão em constante construção e, infelizmente, sujeitos a eventuais dissoluções. Também não se pode pretender que haja lógica e coerência no conteúdo desses direitos, pois um novo direito reivindicado poderá entrar em contradição com um outro já instituído, mas ainda assim desejável; ou seja, o corpo doutrinário dos direitos humanos estará sempre exposto a ambigüidades. O exemplo mais evidente disso é a constante tensão que existe entre as exigências de liberdade e as de igualdade. Muitas vezes, a adoção de direitos sociais restringe as liberdades, particularmente as de natureza civil, como os direitos à propriedade e à livre iniciativa. (MACHADO, 2007, p. 2).

Embora constantemente criticadas, as declarações universais decorrentes dos direitos humanos surgem em contextos históricos oriundos de movimentos que buscam melhorias das condições humanas de sobrevivência, especialmente em contextos pós-guerra, cuja busca pela paz é unânime. Portanto, pode ser questionada a universalidade dos direitos, uma vez que os contextos atuais nos levam ao etnocentrismo das relações mundiais; porém, há que se considerar as participações sociais nessas reivindicações, que se apresentam como vulcões em erupção.

No contexto brasileiro, Francisco Humberto Cunha Filho (2000) se dedica a defender a cultura enquanto um direito fundamental, ou seja, uma norma que requer aplicação imediata. Para tanto, evidencia a divergência na concepção de direito fundamental entre os jusnaturalistas, que entendem que são fundamentais os direitos que nascem com o ser, quase como inerentes, e os juspositivistas, que entendem como fundamental o direito que está normatizado.

Buscando o equilíbrio entre essas duas concepções, o autor parte do entendimento de que um direito fundamental é o que está no ordenamento do texto constitucional, embora exista margem para tratar como fundamental algo que não esteja na norma, por garantir a dignidade da pessoa humana, princípio fundamental do Estado brasileiro. E define como direitos culturais:

[...] aqueles afetos às artes, à memória coletiva e ao repasse de saberes, que asseguram a seus titulares o conhecimento e uso do passado, interferência ativa no presente e possibilidade de previsão e decisão de opções referentes ao futuro, visando sempre à dignidade da pessoa humana. (CUNHA FILHO, 2000, p. 34).

Bernardo Machado (2011) evidencia que não existe, na Constituição Federal de 1988, uma listagem dos direitos culturais, ainda que haja menção explícita desse termo na Constituição Brasileira e embora a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) respalde a necessidade de elaborar um inventário dos direitos culturais. O autor, que se propõe a fazer uma listagem a partir dos documentos das Nações Unidas, em sua leitura direcionada a identificar as questões relativas à cultura na Constituição de 1988, conclui que “[...] no Brasil existe uma base constitucional suficientemente robusta para alicerçar políticas culturais democráticas” (MACHADO, 2011, p. 116), uma vez que a cultura perpassa por sete dos nove títulos que compõem o texto constitucional.

No plano internacional, baseados nas declarações, convenções e recomendações da Unesco e ONU, o autor sugere uma lista referente aos primeiros direitos culturais estabelecidos: direito autoral, direito à participação na vida cultural –

que engloba os direitos à livre criação, livre fruição (ou acesso), livre difusão e livre participação nas decisões de política cultural –, o direito à identidade cultural (ou de proteção do patrimônio cultural) e o direito/dever de cooperação cultural internacional e o direito à subjetividade (MACHADO, 2007, p. 4).

Por sua vez, Cunha Filho (2000, p. 44) encontra, na Constituição Brasileira de 1988, quatro princípios éticos que permeiam a constituição, sendo eles: princípio do pluralismo cultural, princípio da participação popular, princípio da atuação estatal como suporte logístico e o princípio do respeito à memória coletiva.

Para Boaventura de Sousa Santos (1987, p. 19), o Estado utiliza-se do direito como instrumento regulatório, reconhecendo, desse modo, as profundas desigualdades na sociedade; porém, evidencia que tanto a criação quando a falta de atualização dos direitos sociais criados dentro de uma conjuntura política e econômica configuram-se em uma das crises do Estado-providência, uma vez que:

Sempre que as políticas se traduzem em direitos, e dada a relativa rigidez destes, o Estado tentará flexibilizar esses direitos logo que diminua o peso político dos grupos sociais/políticos neles interessados. E essa 'flexibilização' consiste, por exemplo, em bloquear ou restringir o acesso a um dado direito social. O que torna a atuação do Estado ainda mais contraditória, uma vez que no papel esses direitos continuam existindo. (SANTOS, 1987, p. 20).

Assim, a institucionalização em direitos e leis é oficialmente necessária para regulamentar a atuação do Estado; porém, esses instrumentos legais não inibem sua restrita atuação, assim como os meios para burlar o seu desempenho.

Contudo, as instabilidades de implementação dos direitos culturais vêm em decorrência da própria instabilidade institucional e política no Brasil. Infere-se que tal fragilidade é também reflexo do processo colonizador, em que os interesses de uma minoria se sobrepõem aos de uma população inteira. Isso nos leva a refletir sobre o lugar que ocupa a desigualdade econômica, exposta predominantemente na população negra e nos povos originários. Ou seja, tudo que foge do estereótipo do colonizador acessa um sistema de invisibilidade. E isso não se constitui apenas por um processo

econômico, mas um processo cultural, que está enraizado no imaginário coletivo da sociedade brasileira.

O referencial teórico sobre políticas públicas delega as origens da política social como um processo de mediação estatal entre grupos de interesses conflitivos, expressos nas relações sociais de poder (HOFLING, 2001).

Conceitualmente distintas, a política social surge como demanda social, com objetivo de diminuir as desigualdades provenientes da relação entre capital e trabalho, assegurando a proteção social de direitos básicos garantida e regularizada pelo Estado. Por sua vez, os estudos sobre políticas públicas são compreendidos como os estudos que tratam da ação de governos.

2.2 POLÍTICA CULTURAL

Uma política pública é cultural ao considerarmos o pensamento de Hall (1997), que diz que, embora nem tudo seja cultura, todas as práticas sociais e discursivas têm uma dimensão cultural. Uma política cultural, embora operacionalmente se assemelhe a uma política pública, analiticamente, é preciso recuperar os insumos próprios do campo, devido à própria expansão teórica da área de estudo referente aos sistemas culturais.

Portanto, o autor destinado a dar conta dessa dimensão da política cultural neste trabalho será Néstor García Canclini, um investigador que se debruça sobre as mudanças culturais a partir do ponto de vista latino-americano e tendo a pós-modernidade como foco de seu trabalho.

As políticas culturais, seja no Brasil ou na América Latina, perpassam por questões muito similares no que tange ao *modus operandi*, que vai desde uma dificuldade em conceber a cultura para além de um consumo supérfluo até a própria estruturação e operacionalização de uma política que considere os aspectos artísticos, sociais e de desenvolvimento a que se destina na pós-modernidade.

A problemática quanto aos seus usos vai dos mais diversos aspectos ideológicos, conceituais e históricos, dos quais coloca a cultura como estratégica para o

desenvolvimento de governos, mas não tão bem empregada para fins de desenvolvimento sociais, destinando pouca atenção aos próprios conflitos que existem ao se falar de cultura.

García Canclini (1987) expõe sobre a tendência moderna ao pensar que a política se dá exclusivamente através do Estado, limitando, desse modo, os estudos ao fazer governamental. A cultura atua como coadjuvante para o enfrentamento democrático das contradições.

Diante de um cenário ampliado, esse pensamento desonera o compromisso da sociedade civil no que concerne à vigilância sobre as políticas públicas, que, no Brasil, assim como em outros países da América Latina, se restringe a uma política governamental, uma vez que perde continuidade quando há troca de gestão de acordo com as representações partidárias divergentes, quando não pela presença de características neoconservadoras.

Desse modo, García Canclini (1987, p. 26, tradução nossa) entende por políticas culturais:

[...] o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social.⁴

Contudo, García Canclini (2001a) salienta que não é possível pensar, atualmente, políticas culturais sem considerar o caráter transnacional dos processos simbólicos diante da massificação dos meios de comunicação e da standardização de alguns elementos simbólicos por meio do mercado cultural, ou seja, dos próprios aspectos que impõem um mundo globalizado. O autor questiona a falta de integração regional, especialmente entre os países da América Latina.

É urgente revitalizar o público dentro de cada país para dar sentido social às esferas e circuitos culturais afetados pelos processos de privatização,

⁴ “[...] el conjunto de intervenciones realizadas por el Estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población, y obtener consenso para un tipo de orden o de transformación social”.

mas também é necessário reformular o papel das organizações internacionais e outros atores públicos em meio aos acordos acelerados para integrar as economias latino-americanas entre si e com os da América do Norte e da Europa.⁵ (GARCÍA CANCLINI, 2001a, p. 65, tradução nossa)

Dentre as principais formas de promover a cultura, considerando os Estados Unidos, a Europa e a América Latina, García Canclini (1987) apresenta uma lista contendo os principais modos de organização da política cultural. O primeiro deles foi e ainda é o mecenato liberal, no qual o Estado não atua como impulsionador principal da produção cultural, mas a instrumentalização é feita por fundações culturais financiadas, em sua maioria, por pessoas ou famílias. Por sua vez, o tradicionalismo patrimonialista, cuja política cultural “[...] consiste na preservação de uma categoria de memória nacional dentro de uma herança folclórica, concebida como um depósito da racionalização da sociedade”⁶ (GARCÍA CANCLINI, 1987, p. 32, tradução nossa), busca neutralizar as contradições sociais a partir de uma identificação com a cultura nacional.

Já no estatismo populista, o Estado desponta como regulador de conflitos e mantenedor da ordem. A política cultural dessa tendência “[...] identifica as continuidades do nacional com a preservação do Estado”⁷ (GARCÍA CANCLINI, 1987, p. 35, tradução nossa), promovendo ações de coesão entre povo, burguesia e oligarquia.

Um breve panorama histórico é apresentado pelo autor para contextualizar o surgimento da privatização neoconservadora. Na década de 1970, despontam na América Latina processos socializantes e desenvolvimentistas, induzindo um olhar sobre a necessidade de promoção da arte e educação de maneira sistematizada. Mas esse pensamento não durou muito, pois a crise econômica internacional fragilizou as

⁵ “[...] Urge revitalizar lo público dentro de cada país para dar sentido social a ámbitos y circuitos culturales afectados por los procesos de privatización, pero también es preciso reformular el papel de los organismos internacionales y otros actores públicos en medio de los acelerados acuerdos para integrar las economías latinoamericanas entre sí y con las de Norteamérica y Europa”.

⁶ “[...] su política cultural consiste en la preservación categoría de memoria nacional en el interior de un del patrimonio folclórico, concebido como archivo osicuardo de racionalización de la sociedad. Esta memoria ficado y apolítico”.

⁷ “[...] La política cultural de esta tendencia identifica la continuidad de lo nacional con la preservación del Estado”.

iniciativas e restringiu os financiamentos voltados para programas educativos e culturais, situação que se mostra recorrente nos ciclos capitalistas de crise financeira.

São tendências dominantes desse modelo, “[...] o deslocamento da ação estatal a produção e apropriação privada dos bens simbólicos [...]”⁸ (GARCÍA CANCLINI, 1987, p. 45, tradução nossa), o que provoca uma reordenação dos outros modelos. Essa concepção não fica restrita às empresas privada, uma vez que:

A redução dos fundos públicos e exigências de produtividade imposta pela tecnocracia monetarista em todas as áreas, leva aos Estados a reduzir as ações ‘não rentáveis’ e os eventos que ‘não se autofinanciam’ (o teatro, a música e as artes plásticas, especialmente suas linhas experimentais) e concentra a política cultural na promoção de grandes espetáculos de interesse massivo.⁹ (GARCÍA CANCLINI, 1987, p. 45, tradução nossa).

Os dois últimos paradigmas apresentados – democratização cultural e democracia participativa – se distinguem ideologicamente, mas apresentam uma evolução em termos analíticos no que concerne à institucionalização da política cultural. A democratização cultural se vincula mais a uma política difusionista das artes, privilegiando a cultura dominante, considerando que a democratização do acesso aos bens simbólicos da “alta cultura” equalizará as desigualdades provenientes das diferenças sociais. Esse é um discurso incorporado por muitos governantes para sua operacionalização por meio do respeito ao direito à cultura.

[...] Estes hábitos e conseguinte capacidade de apropriar-se e desfrutar dos bens culturais, não muda mediante ações pontuais como campanhas publicitárias, ou barateando o ingresso aos espetáculos, senão através de programas sistemáticos que intervenham nas causas estruturais da desigualdade econômica e cultural. Uma política realmente democratizadora deve começar desde a educação primária e

⁸ “[...] es el desplazamiento de la acción estatal a la producción y apropiación privada de los bienes simbólicos [...]”.

⁹ “La reducción de los fondos públicos y las exigencias de productividad impuestas por la tecnocracia monetarista en todas las áreas, lleva a los Estados a reducir las acciones ‘no rentables’ y eventos que ‘no se autofinancien’ (el teatro, la música y las artes plásticas, especialmente sus líneas experimentales) y concentra la política cultural en la promoción de grandes espectáculos de interés masivo”.

média, onde se forma a capacidade e disponibilidade para relacionar-se com os bens culturais e deve abarcar um conjunto amplo de meios de difusão, crítica e análises para redistribuir não somente as grandes obras, senão os recursos subjetivos necessários para apreciá-las e incorporá-las.¹⁰ (GARCÍA CANCLINI, 1987, p. 49, tradução nossa).

Como diria Bourdieu (2007), os bens culturais, enquanto bens simbólicos, só podem ser apreendidos e possuídos como tais por aqueles que possuem os meios para decifrá-los. E embora a escolaridade responda pelo aspecto da apropriação desses elementos decodificadores, é preciso considerar outras variantes quando se pensa os hábitos de consumo cultural, como a renda, o mercado de bens, segurança, transporte e a desigualdades no acesso decorrente da má distribuição dos equipamentos culturais.

O último paradigma, sendo a democracia participativa, surge como modelo alternativo ao modelo anterior e defende o desenvolvimento das múltiplas culturas representativas da sociedade, a partir de participações igualitárias que vão além da garantia dos direitos culturais – como exemplo: direito ao acesso a obras de arte ou o reconhecimento da sua expressão de vida. Compete à política cultural a garantia das instâncias representativas da democracia, seja ela cultural, social ou econômica.

Diante de uma perspectiva defensiva sobre a importância de se legislar sobre a cultura, García Canclini (2001b) chama atenção para o interesse que deveria ser público sobre estatuir as indústrias culturais e o reforça, pelo fato de estas ocuparem um lugar estratégico no desenvolvimento socioeconômico. Embora predominantemente as indústrias culturais congreguem as grandes empresas de publicação, música e televisão etc., sua atuação também é visível em redes de menor alcance.

O autor, ao esboçar algumas razões para o olhar criterioso no acompanhamento de leis específicas, está se referindo à rentabilidade da cultura em termos de larga escala na economia mundial, uma vez que essas indústrias atuam para o

¹⁰ “Estos hábitos, y la consiguiente capacidad de apropiarse y disfrutar los bienes culturales, no se cambian mediante acciones puntuales como campañas publicitarias, o abaratando el ingreso a los espectáculos, sino a través de programas sistemáticos que intervengan en las causas estructurales de la desigualdade económica y cultural. Una política realmente democratizadora debe comenzar desde la educación primaria y media, donde se forma la capacidad y la disponibilidad para relacionarse con los bienes culturales, y debe abarcar un conjunto amplio de medios de difusión, crítica y análisis para redistribuir no sólo las grandes obras sino los recursos subjetivos necesarios para apreciarlas e incorporarlas”.

enriquecimento das nações, diferentemente do que é disseminado, ao considerar a cultura como lugar de pouca sustentabilidade e realizações por questões afetivas. Reforça também um discurso que desonera os investimentos dos governos “[...] em ciência, tecnologia e produção industrial de cultura [...]” (GARCÍA CANCLINI, 2001b, p. 3).

Legislação não é apenas uma questão legal, mas uma política cultural como promoção do desenvolvimento. A melhor política defensiva de cada cultura não é colocar costumes aos bens e mensagens estrangeiros, mas que promove a produção endógena e ajuda a disseminar e incorporá-lo com a vida social.¹¹ (GARCÍA CANCLINI, 2001b, p. 10, tradução nossa).

Esse modo de pensar deriva na defesa de uma postura mais competitiva nesse campo, que perpassa por uma disputa de bens simbólicos. Em relação aos desafios encontrados dessa proposta:

[...] as políticas culturais são semiparalisadas. Os governos não dispõem de diagnósticos atualizados sobre as novas condições industriais de produção cultural, sobre as oportunidades de sua circulação massiva e globalizada. Portanto, é difícil imaginar novas formas de ação. Mesmo aqueles que entendem o papel de liderança da mídia, não são encorajados a assumir responsabilidade pública no espaço da comunicação. As reuniões de ministros da cultura continuam a limitar-se a acordos de intercâmbio de artistas plásticos ou músicos e não abordam totalmente a integração regional por meio de recursos de cinema, televisão e computador. Apenas o programa Ibermedia começa a experimentar algumas coproduções nesse campo.¹² (CANCLINI, 2001b, p. 4, tradução nossa).

¹¹ “La legislación no es solo una cuestión jurídica, sino de política cultural como promoción del desarrollo. La mejor política defensiva de cada cultura no es la que pone aduanas a los bienes y mensajes extranjeros, sino la que fomenta la producción endógena y ayuda a difundirla y entretejerla con la vida social”.

¹² “Respecto de estos desafíos, se hallan semiparalizadas las políticas culturales. Los gobiernos carecen de diagnósticos actualizados sobre las nuevas condiciones industriales de producción cultural, sobre las oportunidades de su circulación masiva y globalizada. Por tanto, cuesta imaginar nuevas formas de acción. Aunn quienes comprenden el papel protagónico de los medios, no se animan a desempeñar la responsabilidad pública en el espacio comunicacional. Las reuniones de ministros de Cultura siguen limitándose a acordar intercambios de artistas plásticos o músicos, y no encaran a fondo la integración regional a través del cine, la televisión y los recursos informáticos. Solo el programa Ibermedia comienza a intentar unas pocas coproducciones en este campo”.

Cabe uma breve atualização do programa Ibermedia¹³ que se mantém em atividade desde 1996 e se consolida enquanto um espaço audiovisual ibero-americano de incentivo a coprodução de filmes e documentários. Em seu site é possível ter acesso as convocatórias, projetos, ao quadro legal com os principais acordos para integração regional e a legislação cinematográfica aplicada em cada país membro do programa, que são: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, Espanha, Guatemala, Itália, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

O nível de complexidade no campo da cultura e da política cultural é proporcional à trama das dinâmicas sociais que exigem o entrelaçamento de fatores que, por vezes, parecem difusos.

É imprescindível para a sociedade assumir uma posição que entende a participação dos governos como suporte para a mediação das relações culturais, viabilizando financeiramente instituições que se dedicam ao desenvolvimento, bem como a preservação da memória, entre outros aspectos.

O conceito de política cultural escolhido – tomando como principais as reflexões do teórico Néstor García Canclini, torna-se pertinente ao debate em questão por dar qualidades à universidade em se reconhecer enquanto agente viabilizador, capaz de formular e implementar uma política cultural – seja pela sua característica intrínseca de produção de conhecimento nos níveis de formação técnica, científica e cultural, ou pela sua relação com as dinâmicas e no fomento dos processos culturais decorrentes da sua articulação.

Compreende-se que a política cultural deve ser utilizada para o enfrentamento das contradições pós-modernas, em busca de soluções menos conflitantes e explorando novas resoluções diferentes dos espelhos e modelos atuais.

¹³ Ver site: < <http://www.programaibermedia.com/pt/>>.

3 SOBRE UNIVERSIDADE E CULTURA

A busca pelo conhecimento, pela identificação dos padrões comportamentais humanos, pelo entendimento se a natureza é intrinsecamente humana ou se é uma natureza convencionada, ou seja, a busca de uma explicação racional do mundo, sem recorrer aos aspectos sobrenaturais, dentre outros estudos, é uma indagação advinda desde a filosofia da Grécia Antiga, que marca a necessidade do desenvolvimento da ciência como potência para desconstruir padrões de pensamento e construir novos alicerces, imprimindo no saber uma marca de diferenciação social.

A origem histórica do desenvolvimento da ciência moderna coloca a razão em um lugar de centralidade e nos conduz à racionalização do saber, uma vez em que só é possível conhecer, de fato, algo racionalmente. Desse modo, a formação passa a ser responsável pelo progresso material, cultural e científico da humanidade.

E não é por acaso que as instituições religiosas detinham o domínio do ensino ou imperavam sobre ele a partir da sua influência. Por outro lado, o saber que era construído à margem, em contraposição às instituições de ensino que seguiam orientações da Igreja Católica, não era legitimado.

Esse é um dos fatores pelo qual o conhecimento legitimado socialmente fica circunscrito às instituições de ensino convencionadas, ou seja, a uma institucionalização do saber – uma vez que era, à época, e continua sendo preciso controlar a produção do conhecimento.

A ideia de universidade remonta à filosofia antiga e seus primeiros indícios remetem à Biblioteca de Alexandria (280 a.C.), ao Liceu de Aristóteles (335 a.C.), à Academia de Platão (387 a.C.) e à Escola de Nalanda (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012), na Índia (427 d.C.), embora, no Ocidente, a raiz histórica da instituição de ensino que viria a ser chamada de universidade tenha surgido nos tempos medievais, com inúmeras redefinições e reformas desde então, até a aceitação universal como a principal instituição de ensino das sociedades modernas.

Especialmente no século XVII, a grande crise da universidade provocou desdobramentos de efeitos duradouros, o que possibilitou o despertar para uma concepção mais desafiadora do papel da universidade na sociedade.

Dentre os fatos e pressões políticas do período, é preciso destacar o Renascimento e a Reforma Protestante, que estimularam o declínio do poder papal sobre as universidades, embora não tenham gerado a autonomia reivindicada pelos produtores de conhecimento filosófico e científico que se organizavam à margem dessas instituições, pois, até então, a universidade era incapaz de prover conhecimento neutro, pois o ensino estava pautado no *lectio e/ou disputatio*.

Desse modo, duas respostas foram concebidas para a primeira grande crise da universidade: a primeira, pelos franceses, que desencadeou o modelo de Regime de Formação Linear, fazendo apologia à disciplinaridade e à pedagogia analítica; e a segunda dada pelos alemães – com contribuições de Kant e Humboldt –, que gerou o Regime de Ciclos, fazendo apologia à autonomia e à pedagogia orgânica. Vale destacar também a reforma norte-americana, consolidada por Gilmar Flexner, na qual se faz referência à tecnociência.

Segundo Harold Perkins (2006, p. 161, tradução nossa), a história do ensino superior é uma parte da história da universidade europeia, podendo ser contada em cinco etapas:

1. a ascensão da universidade europeia cosmopolita e seu papel na destruição da ordem mundial medieval na Reforma (do século XII a 1530);
2. a 'nacionalização' da universidade pelos estados-nações emergentes das Guerras Religiosas e seu declínio durante o Iluminismo do século XVIII (de 1530 a 1789);
3. o renascimento da universidade após a Revolução Francesa e seu papel atrasado, mas crescente, na Sociedade Industrial (1789-1939);
4. a migração da universidade para o mundo não europeu e sua adaptação às necessidades das sociedades em desenvolvimento e à reação anticolonial (1538–1960s);
- e 5. a transição da elite para o ensino superior em massa e o papel da universidade e seus desdobramentos na sociedade pós-industrial (1945 – presente).¹⁴

¹⁴ "1. the rise of the cosmopolitan European university and its role in the destruction of the medieval world order at the Reformation (12th century–1530s); 2. the 'nationalization' of the university by the emerging nation-states of the Religious Wars, and its decline during the 18th century Enlightenment (1530s–

O autor fez um longo estudo sobre a história da universidade no mundo e afirma que, em um primeiro momento, a expansão do ensino superior a outras camadas da população que não fossem da elite e homens foi uma característica da sociedade industrial. Para se ter uma ideia, somente na segunda metade do século XIX as mulheres puderam, timidamente, ter acesso às universidades, sem necessariamente estarem sob as mesmas condições dos homens e o acesso em geral continuou muito limitado até depois da Segunda Guerra Mundial.

O principal ponto de virada dessa história é quando se passa a compreender que a universidade precisa fazer jus aos interesses do Estado, não aos da Igreja. E com a emergência do desenvolvimento tecnológico para fins de disputas territoriais a partir do uso da ciência, vimos descortinar um novo foco de atenção das instituições universitárias, que passaram a incorporar como sua responsabilidade o desenvolvimento econômico e social da nação.

Bill Readings (2002) fala sobre a condição contemporânea que se encontra o ensino superior e diz que a universidade contemporânea está em um processo de transição no qual deixa de ser uma arma ideológica do Estado para se tornar uma organização burocrática e justifica isso na medida em que a noção de excelência tem ganhado projeção e destaque.

Segundo o autor, do ponto de vista cultural, a função social da universidade moderna é vinculada à ideia do Estado-nação, mas, uma vez que a noção de identidade nacional perde sua relevância, a noção de cultura torna-se circunstancial. Restam, desse modo, algumas alternativas possíveis como: afirmar a identidade cultural da nação; reinventar a identidade cultural adaptando-se à posição multicultural; ou abandonar a premissa sob a qual a missão social da universidade é vinculada à identidade cultural da nação – o que, para ele, “[...] equivale a deixar de pensar a articulação social da pesquisa e do ensino em termos de missão [...]” (READINGS, 2002, p. 24).

1789); 3. the revival of the university after the French Revolution and its belated but increasing role in Industrial Society (1789–1939); 4. the migration of the university to the non-European world and its adaptation to the needs of developing societies and the anticolonial reaction (1538–1960s); and 5. the transition from elite to mass higher education and the role of the university”.

Para o autor, a universidade não cumpre mais o papel que servia aos interesses do Estado-nação, na formação de sujeito e produção do sentido de unificação, a fim de mediar as relações ideológicas do Estado-nação.

A universidade deve produzir 'excelência' nos conhecimentos, e como tal ficará enleada nos circuitos do capital global e nas políticas transnacionais sem dificuldade. Isso porque não há conteúdo cultural para a noção de excelência, nada especificamente 'francês', por exemplo. Assim a emergência da Universidade de Excelência em lugar da Universidade de Cultura só pode ser compreendida contra o pano-de-fundo do declínio do Estado-nação. A imensa maioria daqueles que falam a respeito da universidade adota uma das duas posições: ou invoca um retorno nostálgico aos ideais humboldtianos de comunidade e funcionamento social ou exige que a universidade abrace a sua identidade corporativa e se torne mais produtiva e mais eficiente. (READINGS, 2002, p. 48-49).

As reflexões de Readings (2002, p. 23) são firmes ao declarar que as guerras de cultura americana são “[...] um sintoma do fato de que o declínio do Estado-nação, como instância primária de auto-reprodução do capitalismo, tem efetivamente esvaziado a missão social da universidade moderna”, e a resposta para isso é o desaparecimento da ideia de cultura como lócus do significado social.

Portanto, uma vez que a noção de cultura atua como termômetro das relações modernas entre universidade e nação, a cultura, nesse contexto, serve como ideia para sustentar a posição da instituição que a colocava em um lugar de distinção, corporificando uma superioridade intelectual. O questionamento que deriva dessas observações é sobre como articular o aspecto cultural da pesquisa e do ensino sem necessariamente estar vinculado a um projeto de nação. Embora não seja citado, é preciso abranger na questão a extensão, tríade de sustentação atual das universidades que se pautam em pesquisa, ensino e extensão.

O pensamento crítico e inovador sempre foi atributo da universidade que a diferencia e a torna relevante, embora atualmente a universidade passe por crises que ultrapassam a sua legitimidade enquanto local sagrado de produção do conhecimento

oriundo da pressão social que existe por uma posição mais resolutiva frente aos problemas que afligem a sociedade.

O cenário que sempre permeou a constituição das instituições universitárias se consolidou no âmbito de disputa, e as crises se faziam presentes devido a essa característica ideológica. O teórico Boaventura de Sousa Santos (2004) identifica como crise de hegemonia, de legitimidade e institucional os três principais colapsos enfrentados pela universidade ao longo do século XX.

As problematizações oriundas dessas crises definidas pelo autor apontam para os paradoxos que a universidade passa no que concerne às contradições entre as funções anteriormente atribuídas a ela, ou seja, o atendimento, a formação das elites e a produção de conhecimento de alta cultura, em contraposição ao cenário emergente de formação qualificada para os propósitos de desenvolvimento industrial, impondo uma reconceitualização e modernização da sua atuação.

Por outro lado, as exigências oriundas de lutas por direitos sociais reivindicam a democratização do acesso público e igualitário à educação e políticas de reparação das injustiças socioeconômicas.

A responsabilidade social da universidade justifica que ela adote uma política de ação afirmativa e de acessos preferenciais para segmentos sociais historicamente discriminados e injustiçados. Essa postura proativa contribuirá para a superação de sua crise de legitimidade e para o exercício efetivo de sua responsabilidade social. (SANTOS FILHO, 2015, p. 224).

Do mesmo modo, as cobranças alinhadas com nosso sistema de produção exigem da universidade uma atuação mais produtiva para fins empresariais e de responsabilidade social. Por esse viés, não existiria espaço para a criação livre e não seria permitido o conhecimento que não fosse considerado útil dentro da estrutura atual.

Deste confronto de ideias resultou que na prática a responsabilidade social da universidade se consolidou na vinculação com a indústria sem, contudo, perder seu vínculo com os governos federal, estadual e municipal e com as cidades e as comunidades onde estão instaladas. Essa situação de compromisso está presente especialmente no contexto americano, onde a tradição dos land-grant colleges e dos community colleges com forte sensibilidade para os problemas práticos da sociedade e da comunidade local reforçaram o apelo ideológico da ideia de multidiversidade e sua tradução efetiva em múltiplos programas de orientação social e comunitária. No entanto, de modo geral não se constata abrangência semelhante na prática da responsabilidade social da universidade europeia ou brasileira. (SANTOS FILHO, 2015, p. 215).

Uma estratégia de enfrentamento das crises da universidade que terá destaque neste trabalho serão os programas de extensão, considerados como instrumento promotor da missão pública da universidade com relação à sociedade, e, desse modo, sua conseqüente aproximação com as políticas públicas.

O engajamento da universidade com a sociedade, mediado por uma interação dialógica de mútuo desenvolvimento, com relação autônoma e crítico-propositiva da extensão com as políticas públicas é a base para a concretização do compromisso público da instituição universitária. No entanto, é necessário ampliar ainda mais a abrangência e as possibilidades de envolvimento da extensão universitária no contexto brasileiro. (MACIEL, 2010, p. 3).

3.1 UNIVERSIDADE NO BRASIL

Dentre as questões expostas anteriormente, são incontáveis as problematizações sobre o ensino superior. Contudo, dentro do campo dos estudos sobre universidade, limita-se a este trabalho inferir sobre as questões que distanciam os estudantes de experiências culturais e formativas, para além do foco profissional, por entender que a universidade é o espaço onde a vivência é potência para inovação. Antes disso, vale apresentar sucintamente o processo de constituição da universidade no Brasil.

Com alguns séculos de atrasos com relação à Europa e à América Latina, devido ao colonialismo, que não permitia a instalação de cursos superiores em suas colônias, as primeiras instituições de educação no Brasil surgiram durante o Império e a República. Até 1889, o país só possuía cinco faculdades, localizadas na Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, sendo que as primeiras universidades só surgiram mesmo no século XX, especialmente entre 1920 e 1960.

Bahia,¹⁵ São Paulo e Rio de Janeiro disputam o pódio de primeiro estado a ter sido constituída uma universidade enquanto projeto acadêmico e institucional. Porém, os registros históricos excluem a Bahia desse cenário e consideram como primeiras experiências a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e a Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935, e a Universidade do Brasil, em 1937, no Rio de Janeiro, tendo a UDF Anísio Teixeira que se consagrou como um ícone por buscar uma universidade nacional.

Para Boaventura de Sousa Santos e Naomar de Almeida Filho (2008), o processo de constituição das universidades brasileiras é marcado por uma implementação tardia, fragmentada e pouco debatida entre a sociedade, desdobrando-se em uma mescla de modelos de ensino advindos da Europa e dos Estados Unidos decadentes e colonizados, provocando a incorporação de instituições de ensino superior sem estímulo ao senso crítico das dinâmicas territoriais.

A Reforma Universitária de 1968 findou em um modelo de gestão do sistema de ensino incompatível, e uma tentativa de correção desse processo de ensino superior com características autoritárias aconteceu em 1985, mas sem avanços substanciais. Os destaques para as conquistas desse período vão para a criação de uma rede institucional de pós-graduação, uma rede universitária de laboratório e o Conselho Federal de Educação.

Se pensarmos a singularidade da formação de nossa sociedade brasileira, na qual houve, desde o princípio, o massacre dos povos nativos e exclusão dos

¹⁵ A Bahia abrigou a primeira Escola de Cirurgia da Bahia, considerada como o primeiro curso universitário do país, em 1808.

afrodescentes, não seria diferente que, na discussão de uma educação pública, esses povos fossem excluídos do debate.

A história do Brasil, até então, não inspirava otimismo com relação à fundação destas instituições, ao contrário, os efeitos do passado colonial e a dependência econômica em relação ao exterior, a escassez de recursos – materiais, humanos ou financeiros –, criaram dificuldades ao avanço político, econômico, sociocultural e, portanto, ao desenvolvimento de um projeto universitário. (ARAGÃO, 2016, p. 13).

As reivindicações sobre direitos sociais básicos, como saúde, educação, previdência e reparação histórica quanto à questão racial, começaram a ser pautadas com ênfase na década de 1980. Ou seja, há um abismo temporal desde a oficialização da primeira universidade no Brasil, na década de 1930, e os debates sobre a necessidade de uma política de reparação.

As mudanças efetivamente só aconteceram em 2000, destacando aqui as políticas de ações afirmativas, que obrigavam as Ifes a adotarem uma política de cotas raciais e socioeconômicas para o acesso de estudantes oriundos de escolas públicas sob critérios de autoidentificação racial, provocando, dessa forma, um processo de afirmação identitária imprescindível para o debate naquele momento.

Uma vez que a educação passa a ser vista como base de competitividade social e econômica, através do estímulo à inovação tecnológica – que, especialmente, ganha corpo na década de 1970 –, a globalização torna-se parâmetro para as reformas no ensino superior.

[...] documentos produzidos por organismos internacionais (Banco Mundial, Organização das Nações Unidas – ONU, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, Banco Internacional do Desenvolvimento – BID, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e outros) elaborados tendo como suporte diagnósticos, análises e propostas direcionadas para a solução de problemas de âmbito educacional e econômico, passaram a influir na conformação de políticas para a educação no Brasil. (ROSA, 2014, p. 238).

Dá-se, aqui, ênfase aos marcos legais que destacam a temática da cultura no âmbito do ensino superior, sendo estes a Conferência Mundial sobre o Ensino Superior e a Conferência Regional de Educação Superior da América Latina e do Caribe.

A Unesco, na década de 1970, estabeleceu uma nova visão a respeito desse nível de ensino, que passou a ser visto como etapa de reafirmação dos conceitos humanísticos adquiridos ao longo da vida escolar, enfocando a cultura como elemento de identidade e de diminuição de desigualdades para os indivíduos e as nações. (ARRUDA, 2016, p. 1).

Rosa (2014) afirma que, como a educação superior sofre com as interferências dos sistemas políticos, econômicos e social, há um conflito de interesses que interfere na consolidação de políticas públicas.

Cultura e educação são considerados direitos universais resguardados pelo Estado a partir da Constituição Federal de 1988 e, portanto, passíveis de programas que garantam a concretização das demandas sociais que lhe concernem.

Porém, apesar de a Constituição Federal de 1988 ter postulado princípios referentes aos direitos sociais, as políticas sociais se desenvolveram sob condicionantes macroeconômicos e políticos, com base numa agenda pautada em diretrizes marcadas por universalização restrita, mercantilização da oferta de serviços públicos, descentralização da sua implementação, e aumento da participação não governamental na provisão e fiscalização da pobreza extrema. Portanto, a formatação das políticas públicas sociais resulta de uma estratégia de contenção fiscal do governo em prol da estabilização monetária. (ROSA, 2014, p. 240).

No Brasil, o reconhecimento sobre a importância do ensino superior será respaldado na Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB nº 9.394/96), que é a legislação regulamentar do sistema educacional público e privado, a qual abarca desde a educação básica ao ensino superior e versa sobre a finalidade da educação superior, especificamente no capítulo IV, artigo 43 (BRASIL, 1996).

No âmbito mundial, em 1996, o Diretor Geral da Unesco lançou mão de uma convocatória para realizar a primeira Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, a fim de criar uma declaração e um plano de ação para apoio mundial a uma reforma da universidade pautada nas temáticas de qualidade, relevância, administração, financiamento e cooperação internacional, com vistas a oferecer uma reforma centrada “[...] na construção da paz, desenvolvimento baseado na equidade, justiça, solidariedade e liberdade.” (UNESCO, 1998, p.1). Para tanto, foram propostas consultas regionais, realizadas em Havana, em novembro de 1996; em Dacar, em abril de 1997; em Tóquio, em julho de 1997; em Palermo, em setembro de 1997; e em Beirute, em março de 1998 (UNESCO, 1998, p. 1).

Ainda na fase de preparação da conferência, foram trabalhadas três linhas de ação com órgãos intergovernamentais, sendo os temas abordados: ensino superior e desenvolvimento, novas tendências e inovações no ensino superior e ensino superior e cultura.

A análise dos resultados das cinco conferências regionais mostra que alguns pontos comuns foram destacados e que as instituições, os governos e os parlamentos devem renovar os sistemas de ensino superior baseados em conceitos como o desenvolvimento sustentável, a educação ao longo da vida, globalização do conhecimento, continuidade do processo de reforma, capacidade de antecipação, transparência e responsabilização, preservação da identidade e dos valores culturais, contribuição para a paz, a liberdade, os direitos humanos e a solidariedade social e ética.¹⁶ (UNESCO, 1998, p. 4 tradução nossa).

Nesses encontros, foram destacados ainda alguns pontos de ações, elencados em nove tópicos. Aqui, problematizamos alguns deles, pois evidenciam aspectos questionáveis atualmente, embora coexistentes nas universidades.

O primeiro deles se apresentou como estratégia para se distanciar do elitismo histórico do ensino superior e adotou o mérito como único critério para o acesso ao

¹⁶ “El análisis de los resultados de las cinco conferencias regionales muestra que se pusieron de relieve algunos puntos comunes y que instituciones, gobiernos y parlamentos deben renovar los sistemas de enseñanza superior tomando como base conceptos como desarrollo sostenible, educación a lo largo de toda la vida, mundialización del conocimiento, continuidad del proceso de reformas, capacidad de anticipación, transparencia y rendición de cuentas, preservación de la identidad y los valores culturales, contribución a la paz, libertad, derechos humanos y solidaridad social y ética”.

ensino superior, o que se torna problemático, pois não são consideradas as diferenças de oportunidades, que provocam condições desiguais de acesso.

Porém, nesse aspecto, embora haja a orientação de que qualquer política de ampliação do acesso seja baseada no princípio do mérito individual, no item “D”, o artigo 3º da *Declaração Mundial Sobre a Educação Superior* entende que “[...] uma assistência material especial e soluções educacionais podem contribuir para superar os obstáculos com os quais estes grupos se defrontam, tanto para o acesso como para a continuidade dos estudos na educação superior.” (UNESCO, 1998).

Por outro lado, como estratégia para garantir a qualidade e relevância do ensino superior, foi necessário vincular a universidade à busca pela solução de problemas sociais, de modo que cada instituição ofertasse estrutura para esse fim, apresentando uma carta de serviços e assumindo compromissos com cunho de responsabilidade social.

Nessa perspectiva, a orientação difundida para a elaboração de planos de estudos foi no sentido de incorporar os valores culturais e as condições econômicas, sociais e históricas específicas de cada país. Entende-se também que, embora seja importante a relação com o mercado do trabalho, as instituições de ensino superior não devem pautar suas orientações para o atendimento exclusivamente desse fim, pois entende-se que a vocação universal desse tipo de instituição deve se basear em educar, e não simplesmente formar.

A educação superior deve ter como uma de suas prioridades o fortalecimento de sua contribuição para a melhoria do sistema educacional como um todo, por meio da capacitação de docentes e pesquisadores em educação, execução de projetos pilotos e promoção da educação ao longo de toda vida, o que pode facilitar novas tecnologias de informação e comunicação.¹⁷ (UNESCO, 1996, p. 5, tradução nossa).

No documento, se reforça a obrigação do financiamento público ao ensino superior, mas se reconhece a necessidade de diversificar as fontes de financiamento.

¹⁷ “La enseñanza superior debe tener como una de sus prioridades el fortalecimiento de su contribución al mejoramiento del conjunto del sistema educativo mediante la formación del personal docente y los investigadores en educación, la ejecución de proyectos piloto y el fomento de la educación a lo largo de toda la vida, que pueden facilitar las nuevas tecnologías de la información y la comunicació”.

No geral, nota-se a reivindicação de uma participação mais atuante da universidade, sendo premente se conectar às realidades locais. Ou seja, o processo de diversificação e reforma da instituição de ensino superior está vinculado a sua sustentabilidade. Logo, faz-se necessário criar novos sentidos para a existência dessa instituição como centro da produção de um conhecimento especializado e, portanto, as atuações dos movimentos sociais foram imprescindíveis para essa reviravolta no pensamento.

Partindo para a análise da *Declaração Mundial Sobre a Educação Superior no século XXI: visão e ação*, publicada em 1998, o seu diagnóstico aponta que a educação superior e a pesquisa estão diretamente relacionadas com o desenvolvimento endógeno e sustentável do país. Portanto, acredita-se que as disparidades existentes podem ser superadas com a cooperação internacional e o compartilhamento de conhecimentos, especialmente de novas tecnologias. Constituiu-se, então, uma marca do período a expansão do ensino superior: “[...] o número de matrículas de estudantes em escala mundial multiplicou-se mais de seis vezes, de 13 milhões em 1960 a 82 milhões em 1995” (UNESCO, 1998). Porém, na contramão desse avanço, foi uma época na qual cresceram a estratificação socioeconômica e as diferenças educacionais.

São 17 artigos que compõem *Declaração Mundial Sobre a Educação Superior*, que expõe sobre os papéis e missões do ensino superior para o século XXI:

Artigo 1º A missão de educar, formar e realizar pesquisas; [...] *Artigo 2º* Função ética, autonomia, responsabilidade e função preventiva; *Artigo 3º* Igualdade de acesso; [...] *Artigo 4º* Fortalecimento da participação e promoção do acesso das mulheres; [...] *Artigo 5º* Promoção do saber mediante a pesquisa na ciência, na arte e nas ciências humanas e a divulgação de seus resultados; *Artigo 6º* [...] Orientação de longo prazo baseada na relevância da educação superior; [...] *Artigo 7º* Reforçar a cooperação com o mundo do trabalho, analisar e prevenir as necessidades da sociedade; [...] *Artigo 8º* Diversificação como forma de ampliar a igualdade de oportunidades; [...] *Artigo 9º* Aproximações educacionais inovadoras: pensamento crítico e criatividade; [...] *Artigo 10º* Pessoal de educação superior e estudantes como agentes principais; [...] Da visão à ação [...] *Artigo 11º* Avaliação da qualidade; [...] *Artigo 12º* O potencial e o desafio de tecnologia; [...] *Artigo 13º* Reforçar a gestão e o financiamento da educação superior; [...] *Artigo 14º* O financiamento da educação superior como serviço público; [...]

Artigo 15º Compartilhar conhecimentos teóricos e práticos entre países e continentes; [...] *Artigo 16º* Da ‘perda de quadros’ ao ‘ganho de talentos’ científicos; [...] *Artigo 17º* Parcerias e alianças [...]. (UNESCO, 1998, grifo do autor).

Vale destacar como ponto de gatilho para a discussão em questão, o item “D” do art. 1º da declaração, que versa sobre as missões e funções da educação superior e, basicamente, é o único que evidencia mais precisamente sobre a temática cultural e diz “[...] contribuir para a compreensão, interpretação, preservação, reforço, fomento e difusão das culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas, em um contexto de pluralismo e diversidade cultural.” (UNESCO, 1998).

Portanto, no cenário mundial, é crescente o movimento de discussão sobre o ensino superior, explorando sua capacidade de articulação com diversos setores sociais, embora a discussão sobre a cultura seja limitada dentro do aspecto de uma agenda de discussão direcionada ao campo. A abordagem feita trata dos aspectos culturais de modo mais genérico, de modo que se faz necessário, ainda, potencializar a atuação da universidade ao reconhecimento de sua importância no âmbito da formação cultural.

No Brasil, a gestão cultural nas universidades, em sua maioria, está sob responsabilidades das pró-reitorias de extensão, porém com dimensões de atuação limitadas, circunscritas basicamente ao âmbito gerencial, pois nem sempre há articulação suficiente para pensar o potencial cultural dessas instituições.

Em entrevista concedida à pesquisadora o especialista e referência nacional em políticas culturais Albino Rubim¹⁸ é próximo à discussão sobre políticas culturais para as universidades e acredita que:

*a cultura, por seu papel criativo e crítico, importa muito para reinventar a educação em todos os níveis, inclusive no superior. Hoje, existe um mal-estar entre estudantes e a escola (em seu sentido mais geral). Imagino que a cultura pode reencantar esta relação e possibilitar uma melhor relação entre estudantes e suas escolas/universidades.*¹⁹

¹⁸ Entrevista concedida a pesquisadora em 20 de junho de 2018.

¹⁹ Neste trabalho, optou-se pelo uso do itálico como formatação padrão para indicar informações fornecidas oralmente através das entrevistas.

Nesse sentido, o PMCU representou a abertura de um diálogo emergencial e a permissão dessa instituição de legitimidade acadêmica reconhecida, ao se reconhecer enquanto um ator cultural importante para pensar e participar das discussões políticas e culturais vigentes.

4 METODOLOGIA

Os estudos sobre políticas públicas, de forma sintética, são compreendidos como aqueles que tratam da ação de governos ou são tratados como uma área que deriva de teorias explicativas sobre o papel do Estado (SOUZA, 2006).

Logo, as políticas públicas são passíveis de análises dentro de um recorte na conjuntura governamental. Embora de responsabilidade do Estado, não são consideradas políticas estatais, uma vez que se propõem a solucionar questões específicas da sociedade.

As etapas que englobam o ciclo de uma política pública são expressas em três processos principais: formulação, implementação e avaliação – embora existam diversas tipologias que trataram de modo específico a análise de uma política pública, dando maior ou menor ênfase a determinada etapa e seus desdobramentos e utilizando-se de referenciais teórico-metodológicos que prezam pela objetividade dessa análise.

A fase de formulação compreende as etapas de decisão, identificação de problemas, escolhas, incorporação ou não de agendas, de reivindicações sociais, análise de viabilidade técnica e articulações políticas.

A fase de implementação relaciona-se diretamente com os atores que executarão a política pública. Estes, em sua maioria, não participam da fase de formulação, ou seja, nem sempre estão totalmente afiliados com a proposta. Para além dessas questões ideológicas, a burocracia estatal incorpora-se ao processo e precisa ser levada em consideração.

A fase de avaliação concentra esforços nos desdobramentos da política pública. A avaliação pode assumir a forma de avaliação de processo e/ou resultados e a forma de análise de impactos, que tem uma proposta mais ambiciosa, ao buscar a relação entre a política e as alterações nas condições econômicas e sociais.

Complementar ao ciclo da política pública, a análise de conteúdo, cujo objetivo é inferir sobre as relações existentes entre o conteúdo do discurso e os aspectos

externos, servirá como forma de tratamento dos dados qualitativos da pesquisa de campo.

Para o cumprimento dos objetivos geral e específicos propostos, a pesquisa de campo foi dividida em três etapas, sendo elas: levantamento da bibliografia pertinente; análise documental dos planos de cultura submetidos ao edital com o objetivo de confrontar os planos, a fim de encontrar convergências e divergências mediante configurações específicas de cada universidade; entrevistas semiestruturadas, cuja finalidade é problematizar sobre as condições que as universidades públicas dispõem para gerir cultura e arte, tendo como pano de fundo a elaboração dos planos de cultura estimulados pelo *Edital Mais Cultura nas Universidades*; e, por fim, análise das motivações e impasses da implementação do PMCU, apontando aspectos metodológicos a serem considerados na elaboração de uma política cultural que possa ser útil como norteadora para esse nicho.

Um roteiro de perguntas semiestruturadas serviu de guia para a condução das entrevistas e, desse trajeto, a categorização se apresenta da seguinte maneira:

- a. Panorama geral: experiência na elaboração de um plano de cultura na universidade;
- b. Condução do processo de elaboração: envolvimento da comunidade acadêmica, construção coletiva e capilaridade da proposta;
- c. Gestão de cultura e arte na universidade: desafios e obstáculos;
- d. Avaliações sobre o *Edital Mais Cultura nas Universidades*.

4.1 DEFINIÇÃO DOS CASOS

Por se tratar de uma pesquisa comparativa de caráter exploratório dentro do interstício de 24 meses, o fator preponderante na escolha das instituições foi a regionalidade, uma vez que só havia duas universidades no estado da Bahia selecionadas para o PMCU. Adicionalmente, a pesquisadora queria entender a

dinâmica divergente em decorrência do *Edital Mais Cultura nas Universidades* ter contemplado com aporte financeiro apenas a UFRB. Pois, embora a UFBA tenha tido sua proposta aprovada, não estava entre as classificadas para receber os recursos financeiro provenientes da seleção.

Dessa forma, buscou-se problematizar sobre: que condições as universidades públicas dispõem para executar ações de cultura dentro de um escopo institucional orientado, uma vez que o plano de cultura se tornaria um compromisso de gestão, indo além da setorização e protagonismo das pró-reitorias de extensão, como ocorre atualmente?

4.2 COLETA DE DADOS

Os procedimentos aplicados para a coleta de dados dos entrevistados, assim como as questões envolvendo o processo utilizado para a realização da entrevista, serão abordados a seguir.

A coleta de dados ocorreu por meio de análise documental e entrevistas semiestruturadas em profundidade realizadas com os professores e professoras envolvidas na elaboração das propostas de planos de cultura da UFBA e UFRB, bem como de colaboradores das pró-reitorias de extensão e pesquisadores de relevância da área de cultura que já esboçaram interesse na temática.

Em 2016, procedeu-se a revisão de literatura, após levantamento de bibliografia em bases de dados, sobretudo em periódicos eletrônicos, a exemplo do Scielo, base de dados da Unesco, Periódicos Capes, publicações do Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura e *sites* oficiais do MinC e do MEC, nos quais comprovou-se a lacuna no conhecimento referente a estudos que se dediquem à relação entre ensino superior e cultura, especificamente políticas culturais para essa categoria. Foram levantados, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e em repositórios institucionais, dissertações e teses que tratassem da temática. Os termos usados nas pesquisas realizadas nas bases foram: “ensino superior e cultura”, “universidade e

cultura”, “políticas culturais”. Essa etapa foi complementada com anotações pessoais, fruto da participação em inúmeras palestras e eventos da área.

O convite para os entrevistados participarem da pesquisa foi realizado por meio de correio eletrônico, no mês de agosto de 2017, e uma segunda tentativa ocorreu em abril de 2018. No *e-mail*, a pesquisadora informava sobre o projeto de pesquisa, explicando o objetivo do estudo e a dinâmica da entrevista. Após o aceite, a pesquisadora realizou o agendamento das entrevistas, que foram realizadas nos respectivos meses citados acima, em Salvador, Cachoeira e Santo Amaro, nos locais de trabalho dos entrevistados – no caso, as unidades de ensino. Com a permissão e devido preenchimento do Termo de Consentimento Livre Esclarecido, todas os encontros foram gravados. O trabalho é composto ainda por entrevistas com Juana Nunes, ex-coordenadora do Programa Mais Cultura nas Universidades e com Albino Rubim, especialista em Políticas Culturais.

4.3 TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS DA ENTREVISTA

Após transcrição na íntegra de todas as entrevistas, a pesquisadora criou uma matriz de análise considerando as categorias citadas anteriormente. Foi elaborada a caracterização dos entrevistados conforme Quadro 11.

4.4 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

Adicionalmente, devido à limitação do tempo, uma vez que era necessário um recorte exequível de ser realizado em 24 meses, não foi possível ampliar a amostra, considerando, por exemplo, a comparação entre instituições que receberam a primeira parte dos recursos destinados ao PMCU.

5 PROGRAMA MAIS CULTURA NAS UNIVERSIDADES – RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS

Considerando a necessidade de integração entre educação e cultura para a formação, desenvolvimento e fortalecimento dos campos de cultura e arte no Brasil respaldadas pelos artigos nº 205, 206, 207, 208, 214, 215, 216 e 216-A da Constituição Federal de 1988, que visa garantir a todos o direito à educação, o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, apoiando e incentivando a valorização e difusão, por parte do Estado, das manifestações culturais, um exemplo da implementação dessas medidas se faz presente na Portaria Interministerial nº 18, de 18 de dezembro de 2013, que instituiu o PMCU e o Fórum Nacional de Formação e Inovação em Arte e Cultura, que entra na agenda política do MinC, através da Diretoria de Educação e Comunicação para a Cultura – DECC, transformada posteriormente em Secretária de Educação e Formação Artística e Cultural.

Como dito anteriormente, o PMCU relaciona-se direta e indiretamente a algumas metas do PNC, que abarca o Plano Nacional de Educação (PNE) e tem como ação de fomento o *Edital Mais Cultura nas Universidades*, lançado em 2014. A saber as metas são:

Meta nº 13: 20 mil professores de Arte de escolas públicas com formação continuada. Proporcionar aperfeiçoamento profissional a 20 mil professores de Arte do Ensino Médio em escolas públicas.

Meta nº 15: Aumento em 150% de cursos técnicos, habilitados pelo Ministério da Educação (MEC), no campo da arte e cultura com proporcional aumento de vagas.

Meta nº 16: Aumento em 200% de vagas de graduação e pós-graduação nas áreas do conhecimento relacionadas às linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura, com aumento proporcional do número de bolsas. Triplicar as vagas e as bolsas de estudos de graduação e pós-graduação nas áreas de arte e cultura.

Meta nº 17: 20 mil trabalhadores da cultura com saberes reconhecidos e certificados pelo Ministério da Educação (MEC). Reconhecer os saberes de 20 mil trabalhadores de todas as áreas da cultura e dar a eles certificação profissional.

Meta nº 18: Aumento em 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura. Dobrar o número de pessoas qualificadas em cursos, oficinas, fóruns e seminários na área cultural.

Meta nº 22: Aumento em 30% no número de municípios brasileiros com grupos em atividade nas áreas de teatro, dança, circo, música, artes visuais, literatura e artesanato.

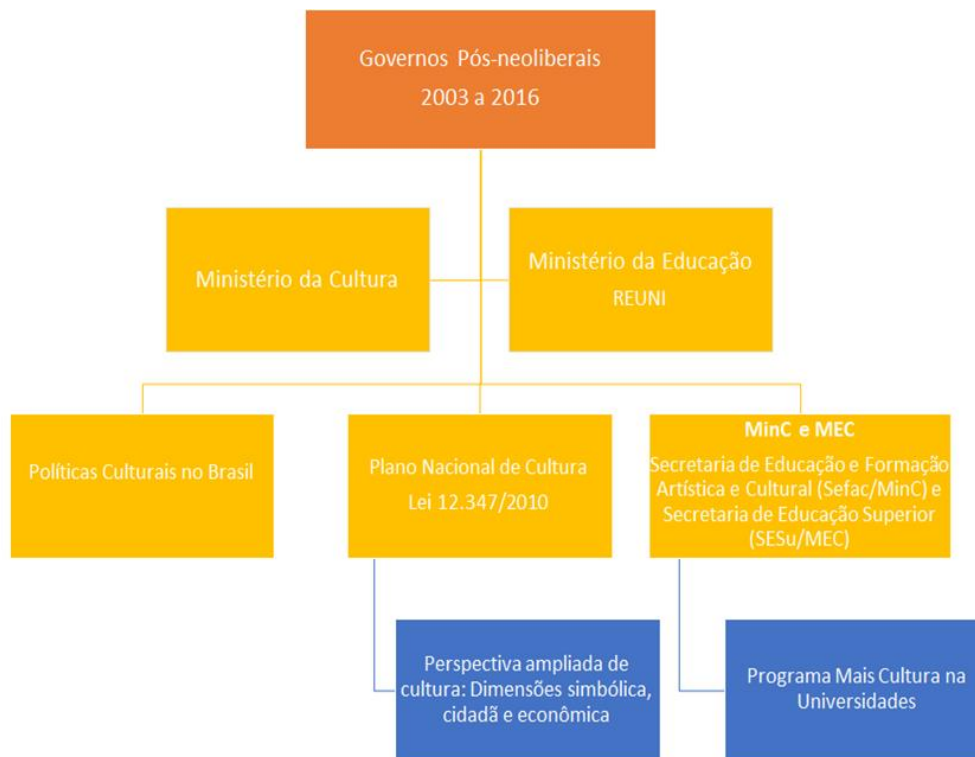
Em 2015, o resultado do edital foi publicado, contemplando 28 instituições que receberiam apoio financeiro de R\$ 500 mil a R\$ 1,125 milhão, sendo 21 universidades e 7 Institutos Federais. No total participaram da chamada pública 100% das universidades e 36, dos 38 Institutos Federais.²⁰

No mesmo ano, o MinC criou a Secretaria de Educação e Formação Artística, cujo trabalho é inserir práticas e saberes culturais nos processos educativos. Desde então, existia um esforço interministerial em capilarizar suas ações enquanto principal ator social na proposição e implementação de políticas culturais, destinando às universidades coparticipação nesse processo.

A informação concreta obtida foram que sete IES receberam parcialmente o recurso da Secretária de Educação e Formação Artística e Cultural. Sendo que desde 2018 o programa está lotado na Coordenação Geral de Cultura, Educação, Acessibilidade e Inclusão na Secretária da Diversidade Cultural e informações atualizadas não foram repassadas.²¹

²⁰ Entrevista concedida por Juana Nunes em 30 de agosto de 2018.

²¹ Entrevista concedida por Juana Nunes em 30 de agosto de 2018.

Figura 1 – Organograma de livre criação

Fonte: elaborada pela autora.

O objetivo do PMCU é desenvolver e fortalecer o campo das artes e da cultura no Brasil, cuja ênfase está na inclusão social, no respeito e no reconhecimento dos diversos saberes culturais. O edital entende por planos de cultura os programas, projetos e ações culturais que valorizem, reconheçam, promovam e preservem a diversidade cultural nas instituições a que se destinam, promovendo a articulação entre educação, arte e cultura, considerando a relação com as manifestações, expressões, produções artísticas e culturais e seu território.

Resumidamente, os focos de atuação são: formação artística, cultural, cidadã e crítica dos estudantes; inovação em arte e cultura, a fim de atender demandas de desenvolvimento local e regional; ampliação e descentralização de cursos nas áreas das linguagens artísticas; qualificação de recursos humanos; desenvolvimento de ações nas áreas de arte e cultura no ambiente acadêmico; produção cultural e artística acadêmica em diálogo com a sociedade; discussões e ações sobre os saberes tradicionais e o fortalecimento da área profissional em arte e cultura.

Esses focos de atuação relacionam-se com os oito eixos do edital, cujo objetivo é direcionar o campo da proposta por meio das linhas temáticas, sendo que cada plano obrigatoriamente deve estar refletido nesses eixos. É curioso esse quesito, uma vez que os critérios classificatórios contidos nas tabelas de julgamento dos planos indicam as preferências relacionadas aos eixos temáticos. Serão apresentados aqui apenas o título dos eixos; porém, cada eixo contém a indicação de uma série de possibilidades:

Eixo 1 - Educação básica;

Eixo 2 – Arte, comunicação, cultura das mídias e audiovisual;

Eixo 3 – Arte e cultura digitais;

Eixo 4 – Diversidade artística-cultural;

Eixo 5 – Produção e difusão das artes e linguagens;

Eixo 6 – Economia criativa, empreendedorismo artístico e inovação cultural;

Eixo 7 – Arte e cultura: formação, pesquisa, extensão e inovação;

Eixo 8 – Memória, museus e patrimônio artístico – cultural.

Cada instituição deveria apresentar apenas uma proposta que dialogasse com as atuais políticas públicas de educação e cultura – no caso, considerando o PNE e o PNC –, em especial, com as políticas sociais vigentes. E a pontuação levaria como critério de julgamento a regionalidade, sendo que o Norte tinha maior pontuação que o Sudeste, o que sugere um estímulo à descentralização das atividades do MinC.

A princípio, o exercício de estruturar uma política cultural na universidade se apresenta como um local passível de experimentação de estratégias para a aplicabilidade de uma ação institucionalizada em diálogo com os diversos autores que compõem aquele círculo, sendo eles: docentes, técnicos, discentes, terceirizados, intercambistas, extensionistas. Trata-se, pois, da possibilidade de atuar localmente, porém atingindo a diversidade regional, internacional e hierárquica que se estabelece nas relações naquele ambiente, com probabilidade de problematizar a centralidade da cultura, assim como irrigar a semente sobre a importância da diversidade, do respeito às representações simbólicas.

5.1 TRAJETÓRIAS INSTITUCIONAIS DA UFBA E UFRB

O embrião da UFBA nasceu em atendimento à demanda da classe alta da sociedade baiana, e tanto o ineditismo da sua criação, como sendo uma das primeiras universidades do Brasil, quanto sua experiência vanguardista na criação dos primeiros cursos de graduação em artes marcam sua distinção na forma em que se estrutura e atua no território. Debruçar-se sobre a história da constituição da universidade nos permite compreender as dinâmicas ora cristalizadas na forma de posicionamentos, livres de julgamentos dicotômicos entre o bom e ruim, mas, acima de tudo, gerando uma leitura crítica sobre como a solidez das ações perpassam por uma construção sócio-histórica.

Na contramão do passado histórico da criação da UFBA, que traz fortemente o gene do colonialismo, a UFRB nasce de uma concepção mais emancipada, compreendendo o impacto da sua chegada no interior da Bahia, bem como a intrínseca necessidade de dialogar com o território, especialmente por se tratar se uma política de

reparação histórica à privação do ensino superior gratuito expandido para além da capital.

A UFRB, criada em 2005, iniciou suas atividades em 2006, fruto da mobilização das comunidades de cidades da região do Recôncavo da Bahia, da pressão da comunidade acadêmica da Escola de Agronomia desmembrada da UFBA e com apoio e adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) – através da criação de condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, [200-]).

A UFRB se apresenta como a primeira Instituição de Ensino Superior Federal no interior da Bahia e constitui-se em um formato multicampi, tendo unidades instaladas nas cidades de Cruz das Almas – sede da Reitoria e pró-reitorias –, Cachoeira, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, Amargosa e Feira de Santana. São cidades ricas em recursos naturais, cujo valores histórico, cultural e religiosos são presenças fortes no cenário de sua configuração territorial e, portanto, são imprescindíveis a valorização e o tratamento desses aspectos de modo específico em cada região. Propicia-se, dessa forma, o diálogo com as culturas locais, considerando as particularidades de sua organização social.

Para fins ilustrativos, abaixo, apresentamos as competências que cabem à UFRB, bem como o organograma da instituição, que se faz necessário, diante da complexidade do formato, e o organograma da Pró-reitoria de Extensão (Proext), cujo destaque é sua coordenadoria de cultura e universidade, fato pouco comum nas pró-reitorias de universidades do Brasil. Todas as informações foram extraídas do *site* oficial da UFRB.

Competências:

[...]

I - gerar e disseminar conhecimentos nos campos das ciências, da cultura e das tecnologias;

II - formar, diplomar e propiciar a formação continuada nas diferentes áreas de conhecimento, visando o exercício de atividades profissionais e a participação no desenvolvimento da sociedade;

III - contribuir para o processo de desenvolvimento do Recôncavo da Bahia, do Estado e do País, realizando o estudo sistemático de seus problemas e a formação de quadros científicos e técnicos em nível de suas necessidades;

IV - promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica;

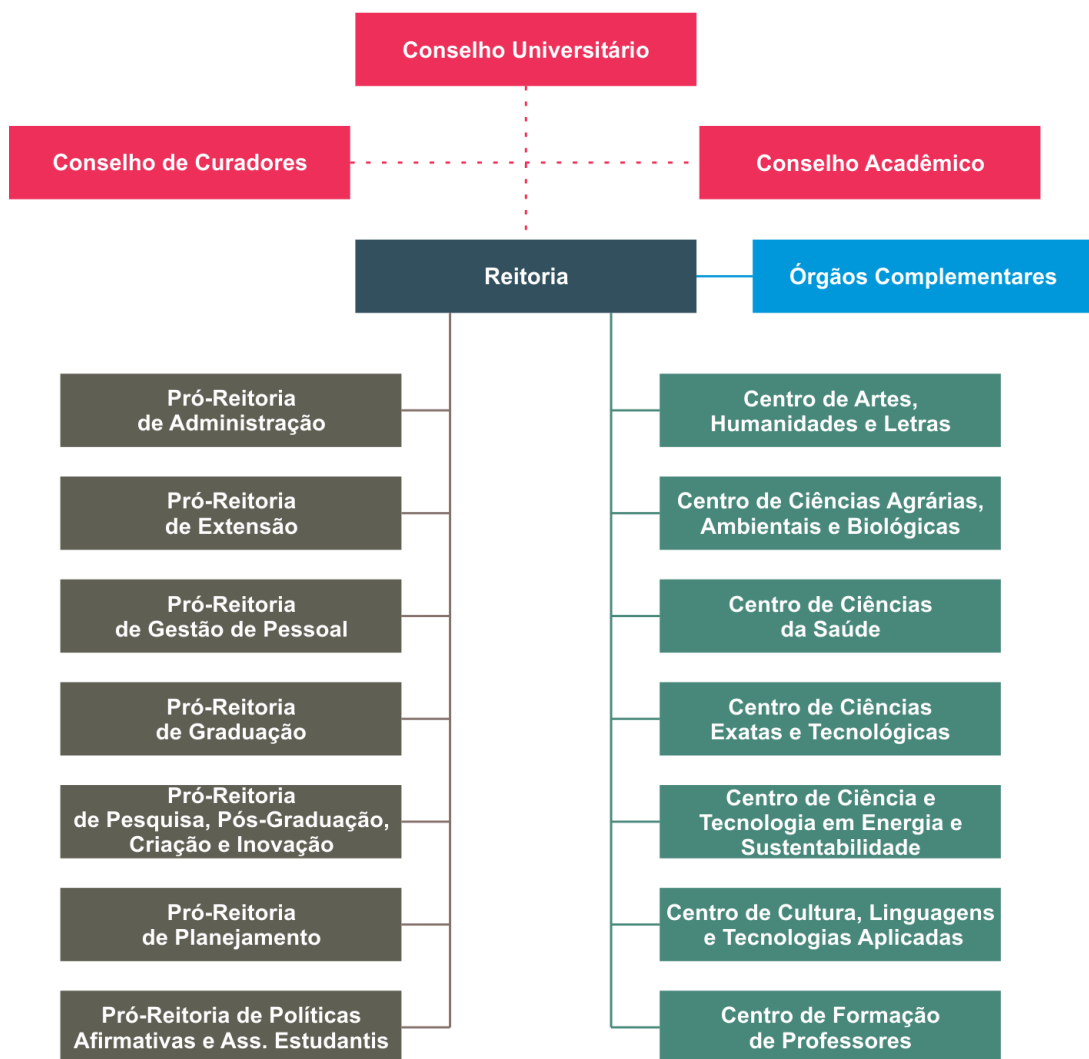
V - educar para o desenvolvimento sustentável;

VI - implementar e cultivar os princípios éticos na consecução de seus objetivos;

VII - manter amplo e diversificado intercâmbio de conhecimentos com a sociedade; e

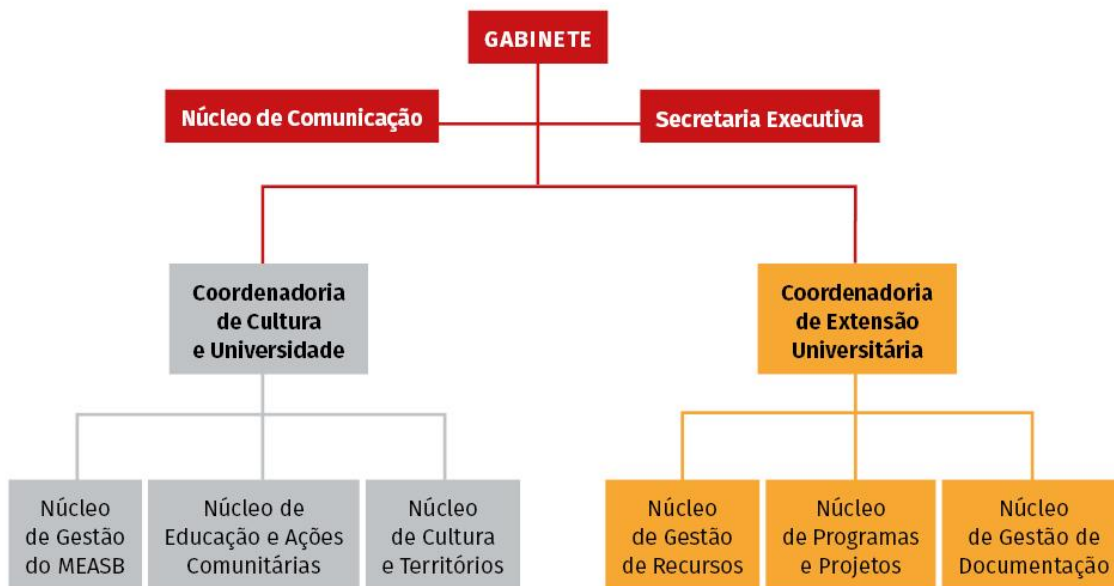
VIII- contribuir para a melhoria do ensino em todos os níveis e modalidades, por meio de programas de formação inicial e continuada. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, [20--]).

Figura 2 – Organograma Geral



Fonte: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (2018).

Figura 3 – Organograma da Proext da UFRB



Fonte: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia ([200-?]).

Em 1935, o deputado federal Pedro Calmon apresentou à Câmara Federal o Projeto de Lei nº 218\1935, sugerindo a criação da Universidade da Bahia (UBA). Por sua vez, a UFBA constituiu-se primeiramente como UBA, em 2 de julho de 1946, por esforços do seu primeiro reitor, Edgard Santos, a partir da reunião de escolas superiores já existentes, como a Faculdade de Medicina – antiga Escola de Cirurgia da Bahia, considerada como o primeiro curso universitário do Brasil –, as escolas de Odontologia e Farmácia, a Academia de Belas Artes, a Faculdade de Direito, Escola Politécnica e a Faculdade de Ciências Econômicas. A maior parte delas remonta ao século de 1800.

A federalização, no entanto, só ocorreu em 4 de dezembro de 1950 e, conseqüentemente, ocorreu a criação de infraestrutura necessária para criação de novos cursos, imbuídos de uma ideia modernizante e desenvolvimentista de país.

A Universidade da Bahia será um dos centros de toda esta efervescência cultural. Pode-se dizer que se por um lado Edgard Santos

segue a mesma trilha, de modo particular, a USP e UnB, que é renovar o pensamento local através de professores estrangeiros ou de regiões diversas do país, por outro lado, a grande diferença que aos poucos vai emergindo é que, paralelo a um investimento na ciência, na tecnologia e nas humanidades, em termos de recursos materiais e, sobretudo, ao se apostar no talento de intelectuais do porte de Agostinho e Nelson Rossi, delimita-se, de modo definitivo, a diferença da UBA em relação a qualquer outra universidade brasileira quando começam a ser mexidas as pedras de um jogo ainda mais audacioso: o projeto artístico da universidade baiana. (ARAGÃO, 2016, p. 73).

As décadas de 1950 e 1960 marcam a história e compõem um traço de distinção na dinâmica cultural da Bahia. As manifestações culturais gestadas no período tiveram como principal polo fomentador a universidade, através da criação de escolas de arte e de institutos de extensão – na época, as recém-escolas de Artes, Música (1955), Teatro (1956) e Dança (1956), essas duas últimas pioneiras em nível universitário no país mantinham atividades sincronizadas. Todo esse pioneirismo estava centrado no projeto personalista do então reitor Edgard Santos, no qual respaldava o desenvolvimento de um projeto artístico e cultural; contudo, havia uma indiferença dele às manifestações das camadas populares da Bahia (RISÉRIO, 1995; ROSA, 2011; RUBIM, 2016).

Destacam-se, entre os cursos criados, o de Geologia, criado com o apoio da Petrobrás, na época, empresa com presença marcante na Bahia, e o de Administração, com objetivo de atualizar as formas de gerenciamento público e privado. Inovadores em termos de pesquisa foram os grupos na área de Linguística e Geografia, através do Laboratório de Geomorfologia e Urbanismo, conduzidos consecutivamente por Nelson Rossi e Milton Santos. A experiência pioneira no âmbito dos estudos culturais na Bahia, bem como seu caráter do que denominamos hoje como extensão universitária, fica representada com criação do Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao), em 1959, por Agostinho Silva, dedicado a estudar afro-brasileiros, africanos e asiáticos, distanciando-se do caráter folclórico (RUBIM, 2016).

Atualmente, a UFBA se destaca pela quantidade de equipamentos culturais, museus e centro de estudos de notório reconhecimento no cenário nacional e internacional. Abaixo, segue um breve resumo:

Teatro Martim Gonçalves (antigo Teatro Santo Antônio): criado em 1958, com capacidade de 194 lugares e adequada infraestrutura, abriga espetáculos montados por professores, alunos e artistas convidados (MARQUES, 2013; RUBIM, 2016).

Teatro Experimental e Teatro do Movimento: são espaços vinculados à Escola de Dança e servem como local de laboratório cênico para apresentações e aprimoramento de processos e produtos na área de dança contemporânea, bem como promovem a prática dos estudantes da Escola na área técnica de montagem e operações cênicas. Tem equipamentos necessários para a audiodescrição, se tornando pioneiro no Nordeste do país em cumprir a Lei de Acessibilidade, possibilitando a utilização não somente da Escola de Dança, mas de outros espaços da UFBA, Salvador e outras regiões (MARQUES, 2013; RUBIM, 2016).

Galeria Cañizares: criada em 1970, é parte da Escola de Belas Artes e se coloca como um espaço que acolhe e propicia exposições de artistas profissionais, pesquisadores de diversas regiões e da comunidade interna dos discentes (MARQUES, 2013; RUBIM, 2016).

Cinema da UFBA: criado em 2007, é uma sala de cinema localizada dentro da universidade, com capacidade para 105 lugares. Integra o Circuito Sala de Arte, cuja programação é destinada à exibição de filmes menos distribuídos no circuito comercial. Integra ainda o projeto Cinema em Rede com outras quatro cidades – São Paulo, Porto Alegre, Rio Grande do Sul e Recife –, com objetivo de compartilhamento de conteúdo em tempo real.

Escola de Música: embora não exista uma Sala Sinfônica como se apresenta como padrão dos outros cursos de arte, a Escola de Música constitui-se de dois corpos representativos que servem como laboratório para o aperfeiçoamento de técnicas desenvolvidas nos cursos de prática musical, sendo eles: a Orquestra Sinfônica (Osufba) e o Madrigal, grupo vocal profissional, ambos fundados em 1954 pelo maestro H.J. Koellreutter.

Museus: a UFBA possui um Sistema Universitário de Museus que abrange e gerencia o Museu de Arqueologia Etnologia (MAE), o Museu de Arte Sacra (MAS) e o Museu Afro-Brasileiro (Mafro) e o Museu de História Natural. O MAS é reconhecido como

um dos mais importantes museus do gênero na América pela sua coleção de arte sacra cristã. Destaca-se também a ação extensionista desenvolvida pelo Mafro, em incentivo à aplicação Lei nº 10.639/03, com o público escolar de ensino básico (MARQUES, 2013; RUBIM, 2016).

Centros de pesquisa: quanto aos centros de estudos mais conexos aos estudos culturais, para além do CEAO, que tem uma longa trajetória, destacamos o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim), criado em 1983, considerado o núcleo de estudos feministas mais antigo do país e um dos principais centros de ensino e pesquisa na área dos estudos sobre a mulher e relações de gênero. Cristaliza-se como o primeiro programa de pós-graduação sobre a temática na América Latina (MARQUES, 2013; RUBIM, 2016).

Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Cult): criado em 2003, atua no âmbito ibero-americano com fins de desenvolver estudos e pesquisas transversal e multidisciplinares em cultura. É referência na área e responsável pelo Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult), que está em sua 14ª edição. O Cult ainda colabora com o Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade e com o curso de graduação em Produção em Comunicação e Cultura da Faculdade de Comunicação (MARQUES, 2013; RUBIM, 2016).

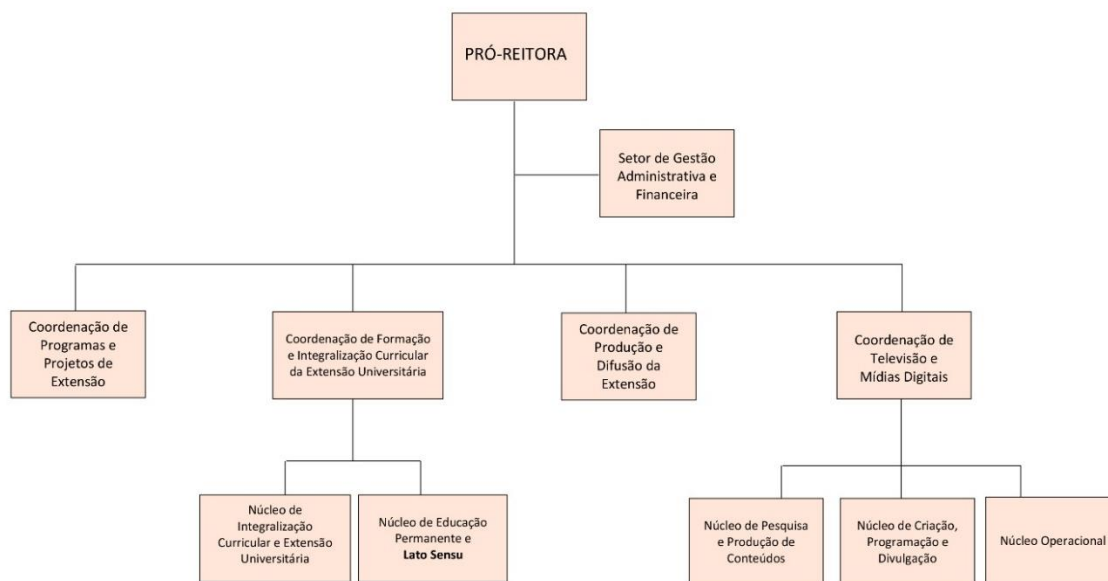
Observatório de Economia Criativa: sediado na UFBA, tem vinculação com as universidades federais do Brasil com objetivo de produzir informações, conhecimento e gerar experiência e experimentações sobre a economia criativa local e estadual e conta com o apoio de polos regionais de articulação através da UFBA, UFRB e Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) (MARQUES, 2013; RUBIM, 2016).

Agenda Arte e Cultura: outra experiência recente de sistematização e divulgação das ações artísticas e culturais da UFBA, é uma plataforma digital voltada para divulgar para a comunidade em geral a produção acadêmico-cultural das unidades de ensino, desde ações de extensão até a produção artística, cultural e tecnológica. É uma das ações de extensão da Faculdade de Comunicação, servindo como laboratório dos estudantes de Jornalismo e Produção Cultural (MARQUES, 2013; RUBIM, 2016).

Rede Logos – Cultura Universitária:²² é um produto que deriva do grupo de pesquisa Logos – Comunicação Estratégica, Marca e Cultura, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), mas sua execução conta com os recursos do Fundo de Cultura da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, com a aprovação no projeto no edital Culturas Digitais, de 2014. A plataforma funciona aos moldes do *crowdsourcing*, que é uma rede colaborativa que facilita o financiamento e cooperação para a realização de um determinado projeto (LOGOS, 2018). No caso da Logos, as conexões são feitas com objetivo de promover a cena cultural universitária, colocando em contato produtores, colaboradores e investidores.

Ambos os espaços oferecerem atendimento ao público externo, seja desenvolvendo ações mais consistentes de extensão de acordo com a demanda contemporânea, seja oferecendo um espaço de consulta através da preservação histórica da memória.

Figura 4 – Organograma da Proext – Regimento Interno da Reitoria 2013



Fonte: Miguel (2013).

²² Ver site: <<http://www.redelogos.com.br/sobre/>>.

5.2 ANÁLISE DOS PLANOS DE CULTURA

A análise comparativa que será realizada sobre os planos de cultura não atribui hierarquia de valor entre as propostas, uma vez que o interesse em questão se concentra na adaptabilidade dos planos junto ao solicitado no *Edital Mais Cultura nas Universidades*. De algum modo, a análise penaliza um em detrimento do outro; contudo, como dito anteriormente, é importante frisar que as trajetórias institucionais de cada universidade lhes impõem atuações distintas na elaboração de propostas de políticas culturais. Torna-se evidente, no decorrer da análise realizada, o quanto a trajetória institucional influencia na criação do repertório utilizado.

Também se faz necessário destacar que os planos ora analisados não passaram de projetos, de modo que como não houve repasse do recurso e os planos de cultura, sob essas condições, não puderam se concretizar, ou seja, não se tornaram um plano de cultura efetivamente.

Justamente por esse motivo, os planos da UFBA e UFRB consultados não poderão ser disponibilizados como anexo na versão final desta dissertação e nem se encontram em plataforma *on-line*, sendo submetidos apenas à banca avaliadora para verificação. De todo modo, os quadros comparativos mostrados em seguida destacam partes originais das propostas dos planos de cultura submetidos ao *Edital Mais Cultura nas Universidades*, tendo sido obtida permissão para tal.

Portanto, até o final da pesquisa, tomamos conhecimento de que a UFRB está trabalhando em um plano de cultura para a universidade, independentemente do edital. E embora não tenhamos a mesma informação sobre a UFBA, algumas ações do plano proposto ao edital estão sendo executadas imbuídas dos conceitos expostos a seguir, inclusive porque o plano em questão se tratava também de um projeto de gestão do novo reitorado do Prof. Dr. João Carlos Salles, iniciado em 2014 e ainda em curso.

Optou-se, desta forma, pela apresentação de um quadro sintético, possibilitando que o leitor possa acompanhar o processo sem precisar consultar os anexos para verificar as informações.

Acreditamos que o conhecimento é gerado de maneira processual e a interpretação individual é fundamental. Portanto, a disponibilização das informações expostas, antes de gerar conclusões definitivas, se apresenta de forma inconclusa, de modo a ser sempre revisitada, principalmente porque a pesquisa desenvolve-se dentro de um contexto histórico circunstancial.

Por outro lado, a pesquisa de campo se consolidou isenta de opiniões pré-concebidas, disponível a uma escuta ativa e participativa. Porém, as escolhas teóricas e conceituais influenciam na interpretação da análise desenvolvida. Desdobra-se na crença de que o grande desafio da contemporaneidade, no que diz respeito aos gestores, governantes e atores sociais que pautam as políticas públicas de cultura, é atender amplamente a diversidade cultural, de modo a valorizar esse aspecto para além da espetacularização, salvaguardando e respeitando a ancestralidade e o saber gerado por um processo de acúmulo.

Os projetos de plano de cultura da UFBA e da UFRB se distinguem desde a estruturação conceitual até a sua operacionalização dentro da perspectiva que lhes cabem no edital Mais Cultura. Essas distinções, longe de tornarem um plano melhor ou pior que o outro, demonstram o quanto os planos estão vinculados à trajetória organizacional dessas instituições.

Encontramos no plano de cultura da UFBA uma forte densidade conceitual, muito mais conectada a seguir a diretriz de uma gestão recém-ingressa com foco no reposicionamento da Proext dentro da universidade do que meramente um plano de ações culturais a serem realizados em um determinado período. Em contraponto à UFRB, existe uma proposta mais erudita conectada com o entorno numa perspectiva bem cosmopolita e resgatando o vanguardismo da UFBA no campo das artes como ponto de partida para repensar o estatuto das artes atualmente dentro da instituição.

Retoma-se, em certa medida, o entusiasmo do movimento de popularização da arte erudita, ou seja, colabora-se com a hierarquização das artes e manifestações populares, perpetuando um *status quo* através da legitimação social que produz a partir do consumo de arte, uma vez que os saberes e o fazer popular dentro da universidade geralmente são folclorizados.

Embora o edital tenha provocado um estímulo à sistematização das ações culturais nas universidades, a repercussão em cada unidade reverbera de modo muito imbricado a um pensamento de gestão. No caso da UFBA, especialmente, isso denota uma dificuldade na consolidação e continuidade da ideia, por demonstrar mais interesse no investimento em recursos humanos e atividades do que em uma estruturação edificante, o que torna a proposta personalista e pouco sustentável (Quadro 3 e 4), especialmente quando pensamos nas condições cíclicas de crise, em que se torna imprescindível pensar em uma perspectiva de manutenção.

Para a UFBA, o edital antecipou um movimento natural da nova gestão da Proext, ou seja, o de criar um plano de ações baseado nas novas diretrizes institucionais, no qual existe o esforço em se fazer uma proposta de plano de cultura, contudo não muito pragmático, como aparentemente estava sendo solicitado no edital. É possível que a interlocução com o MinC e MEC não tenha sido transparente, deixando a interpretação e o desenvolvimento à mercê de cada instituição, embora existisse um direcionamento institucional por parte dos ministérios em nível federal.

Devido à sua complexidade conceitual e metodológica (Quadro 5 e 6), que exigia em si amadurecimento da ideia proposta prévia ao prazo estabelecido no edital para cumprimento das etapas, o plano não se mostra compreensível no que concerne à sua real possibilidade de efetivação, o que o torna aparentemente inexecutável, ou seja, distante das possibilidades de execução previstas no edital, que se mostra interessado em potencializar ações que promovam como resultado a sistematização de uma política institucional de arte e cultura.

A UFRB se destaca, nesse quesito, no atendimento aos propósitos do edital, no que diz respeito à objetividade das ações e à exequibilidade no período delimitado de maneira sistematizada, aproveitando da provocativa do edital para de fato criar um plano de ações capilarizadoras, de modo a ofertar melhor estrutura aos projetos já desenvolvidos, gerando potência, mas também tendo consciência da importância de manter um espaço de diálogo e construção de um plano de cultura efetivamente.

Todavia, a proposta da UFBA oferece a capacidade de tornar o plano consistente, uma vez que não se estrutura apenas em um compilado de ações.

Substancialmente, nele, há maior espaço para a autonomia da arte e da cultura em relação à política e há potencialmente a negação de uma “padronização” na forma de elaboração de uma política cultural. Isso, naquele período, significava fugir de um direcionamento institucional a nível federal que reivindicava a necessidade de sistematização nacional da cultura, trazendo como pano de fundo desse ideal o diálogo e propondo que essa sistematização facilitasse o investimento e escoamento de recursos, por possibilitar um planejamento das ações a longo prazo, na medida em que delimita o *modus operandi*, as estratégias, os objetivos e as metas a serem cumpridos.

Na contramão dessa negação, o plano de cultura da UFRB interage melhor com a perspectiva adotada ao considerar os planos como ferramentas que organizam as intervenções das instituições (Quadro 5). E enquanto uma busca o reposicionamento das artes dentro da universidade, a outra advoga por um reposicionamento da universidade frente ao local em que se projeta (Quadro 4).

Como metodologia, a UFBA optou em dar ênfase às funções articuladora, potencializadora e documentarista, ao invés da função curatorial de seleção de projetos, deslocando o papel da Proext simplesmente como fomentadora de processos, mas explorando sua função como viabilizadora de potências através da sua competência articuladora (Quadro 5). As falhas encontradas nesse processo se referem à falta de precisão no que diz respeito ao detalhamento das ações e à mensuração das metas.

A UFRB se destaca pela preciosidade explicativa e metodológica do plano de cultura. Isso pode ser constado no Quadro 7, que versa sobre os procedimentos de avaliação e acompanhamento dos planos, bem como pelo detalhamento das ações previstas em execução, contendo atividades que abrangem todos os oito eixos solicitados no edital, com uma disposição conceitual a lidar com a diferença como processo fundante de um fazer cultural (Quadro 4).

A proposta traz à tona o foco nos processos coletivos, com um tom atual perante as questões que circundam aquele território, robusta do ponto de vista da capilaridade das ações, aproveitando-se da diversidade de atividades pré-existentes na universidade e incorporando-as no processo de financiamento, por encontrar melhor aproveitamento

dos recursos do edital para esse fim, já que a solicitação requerida pelo edital – além do plano de ações culturais – não poderia ser efetivada em poucos meses.

A UFRB, por outro lado, embora tenha abarcado ações em todos os oito eixos e esmiuçado os projetos com maior precisão, não traz o aspecto da autonomia das ações de forma mais veemente, como faz a UFBA. E embora contemplando todos os campi, ainda assim, há uma discrepância no atendimento em relação aos centros que originalmente estão mais vinculados à área humanística e das artes e os demais centros, como é o caso do Centro de Ciências da Saúde (CCS), do Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (Cetens), cada um com duas ações, do Centro de Formação de Professores, com três ações e nenhuma ação oriunda dos Centros de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) e de Ciências Exatas e Tecnológicas (Cetec), embora estes estejam contemplados em um projeto que abrange todos os centros. Em compensação, o Centro de Artes, Humanidades e Letras (Cahl) e o Centro de Cultura de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (Cecult) compreendem 11 e 16 ações, respectivamente.

Os Quadros 8, 9 e 10 dizem sobre o envolvimento do plano com diversos públicos, já que era necessário relatar como se daria essa articulação na comunidade com a população em situação de vulnerabilidade social e com a diversidade brasileira, aspectos em que o PMCU se mostrava particularmente interessado.

Devido à sua característica estrutural e de acordo com os quadros, a UFRB se sobressai por conta do seu formato multicampi, especialmente pelos indicadores que possuem com relação ao público atendido, em sua maioria oriundos de camadas menos favorecidas, comum às regiões interioranas.

Não quer dizer necessariamente que a universidade cobre a lacuna que existe conforme as expectativas e precisões da população, uma vez que a interiorização das universidades também gera impactos conflitantes aos moradores nativos, que muitas vezes não conseguem se adaptar às novas dinâmicas da cidade, principalmente porque aqueles *campi* atraem estudantes de todo Brasil. Portanto, as negociações não são tão previsíveis quanto parecem. Isso se tornou evidente durante a pesquisa de campo, sobretudo em Cachoeira.

A UFBA, por outro lado, peca por não deixar claro como essas etapas se concretizariam, assim como transforma o plano em um programa de distribuição e popularização da arte de maneira unilateral. Contudo, sabe-se que muitas ações são feitas, principalmente com as Ações Curriculares em Comunidade e Sociedade (ACCS), com comunidades, e se apresentam numa postura dialógica.

Essa concepção condiz com o paradigma referente à democratização cultural respaldado por García Canclini (1987), cuja crítica concerne à inefetividade dos efeitos que o distribucionismo cultural exerce, uma vez que não altera as formas de produção e consumo de bens simbólicos.

A falha, nesse aspecto, foi de pensar um plano de cultura que reivindica quase que exclusivamente a autonomia da arte na universidade, sem dar a devida atenção, nesse primeiro momento, a outros movimentos, de modo a incorporar outros fazeres e saberes.

Por outro lado, a recuperação dessa autonomia das artes no ambiente universitário se faz necessária nas suas devidas circunstâncias, pois vai no movimento contrário imposto pela tecnocracia monetarista, que conduz os Estados a reduzir os investimentos a ações e eventos que não são rentáveis nem se autofinanciam, especialmente nas linhas experimentais, “[...] e concentra a política cultural na promoção de grandes espetáculos de interesse massivo.”²³ (GARCÍA CANCLINI, 1987, p. 45, tradução nossa).

Segundo García Canclini (1987), a democracia participativa se apresenta enquanto alternativa à democracia difusionista, tornando-se uma opção alternativa, pois não está limitada a ações específicas, mas a uma ação cultural contínua e autogestionária, pois:

Além de transmitir conhecimento e desenvolver sensibilidade, busca melhorar as condições sociais para desenvolver a criatividade coletiva. Pretende-se que os próprios sujeitos produzam a arte e a cultura

²³ “[...] y concentra la política cultural en la promoción de grandes espetáculos de interés masivo”.

necessárias para resolver seus problemas e afirmar ou renovar sua identidade.²⁴ (GARCÍA CANCLINI, 1987, p. 52, tradução nossa).

O desafio pendente em ambas as propostas é sobre a capacidade de envolver os cursos que não têm na sua centralidade a cultura como ação mobilizadora. O exercício de mobilização e sensibilização nesses cursos se faz necessário, tendo em vista que há uma invisibilidade e desvalorização tradicional dos campos humanísticos e artísticos, evidente na escassez curricular.

Sendo a cultura entendida como recurso político, econômico e social, a integração capaz de promover a sensibilização através da arte e da cultura possibilita uma formação mais humanizada e, conseqüentemente, uma atuação profissional diferenciada.

²⁴ “Además de transmitir conocimientos y desarrollar la sensibilidad, procura mejorar las condiciones sociales para desenvolver la creatividad colectiva. Se intenta que los propios sujetos produzcan el arte e la cultura necesarios para resolver sus problemas y afirmar o renovar su identidad”.

Quadro 2 – Parcerias

UFBA	UFRB
<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Cultura do Estado da Bahia • Fundação Gregório de Matos • Secretaria da Educação do Estado da Bahia, através dos Centro Juvenis de Ciência e Cultura • Aliança Francesa • Instituto Cervantes • Goethe Institut • Teatro Vila Velha • Associação dos Professores Universitários da Bahia (Apub) <p>Totais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Instituições governamentais (estadual e municipal): 3 • Organizações de iniciativa privada: 3 • Organizações Não Governamentais (ONG)/ Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip): 1 <p>Organizações sindicais: 1</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) • Prefeitura Municipal de Cachoeira • Prefeitura Municipal de São Félix • Prefeitura Municipal de Amargosa • Casa do Samba de Dona Dalva • Associação de Sambadores e Sambadeiras do Estado da Bahia • Grupo Cultural Gêge Nagô • Instituto Preservar • Bailux – Esporo de Metareciclagem • Casa de Barro – Cultura, Arte e Educação • Centro de Cultura Amélio Amorim (Secult) • Coletivo Cultural Comunidade do Tambor • UbaLab • Associação Cultural Comunitária Gaivota <p>Totais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Instituições governamentais (municipal): 4 • Organizações de iniciativa privada: 0 • ONG/Oscip/associações/coletivos: 9 • Organizações sindicais: 1 • Universidades: 1

Fonte: elaborado pela autora com base em informações extraídas dos planos de cultura da UFBA e UFRB.

Quadro 3 – Resumo da proposta

UFBA	UFRB
<p>“[...] Propor um conjunto de ações que articule as atividades de Arte e Cultura da UFBA num sistema integrado e consequente de experimentação, produção e difusão de conhecimento”.</p> <p>“[...] Optou-se por privilegiar menos a função curatorial de agrupamento por eixos dos projetos propostos por indivíduos ou grupos da comunidade universitária e de financiamento da execução, e mais o desenvolvimento de um sistema de articulação entre eles que considere suas especificidades e potencialidades para serem estabelecidos pontos de conexão entre seus aspectos temáticos e/ou metodológicos e/ou técnicos, capazes de lhes conferir integralidade de dinâmica e coerência de propósitos afinados tanto com o seu lastro institucional, quando com o perfil da atual gestão, de modo a assegurar os preceitos de autonomia institucional, excelência acadêmica, responsabilidade social, afirmação da diversidade e compromisso histórico”.</p>	<p>O plano de cultura proposto pela UFRB tem como principal característica um esforço de articulação das ações culturais implementadas pelos diferentes centros de ensino, localizados nos diferentes <i>campi</i>, de acordo com seu perfil e as demandas e dinâmicas culturais das suas comunidades de entorno. Por esse motivo, o plano de cultura terá ações em todos os oito eixos temáticos proposto pelo edital.</p>

Fonte: elaborado pela autora com base em informações extraídas dos planos de cultura da UFBA e UFRB.

Quadro 4 – Justificativa

UFBA	UFRB
<p>Naquele contexto artista e docente gozaram de uma equivalência de estatuto sem, contudo, se confundirem em seus papéis. Desse modo, construiu-se uma autonomia da arte em relação à docência segundo a qual o artista produz arte não como extensão de sua atuação docente, mas, ao contrário, se faz docente por extensão de sua prática artística.</p> <p>Passado esse período áureo de implantação dos cursos superiores de Artes, [...] a autonomia das artes parece ter sucumbido à lógica do consumo e sido suplantada, ao longo dos anos, pela visão espetacularista das artes – que reduz Arte à atividade cultural de entretenimento ou sociabilidade, e a objeto de folclorização e patrimonialização – até chegar, atualmente, a um estudo essencialmente extensionista, cuja relação com Ensino é a de ser seu produto didático.</p> <p>Em contraponto à questão de cima, argumenta-se que, tal como ocorre em outras instituições de ensino superior brasileiras, o Estatuto da Arte e o papel do artista nos estudos pós-graduados da UFBA se ressentem dos efeitos produzidos pelo equívoco de diluição de autonomia da arte na universidade, que leva a arte a ser pensada como sinônimo de pesquisa e as suas especificidades a serem solapadas pela norma de avaliação acadêmica.</p> <p>Além das suas populações atuantes em arte e cultura e seus equipamentos/órgãos culturais, um terceiro conjunto de dados sobre a situação atual da UFBA nesse campo foi incluído como subsídio às reflexões sobre o perfil apropriado ao plano de cultura da UFBA: os programas e projetos de arte e cultura em curso na universidade, registrados a Proext – tanto os já consolidados pela sua regularidade de oferta, quanto aqueles pontuais ou em suas</p>	<p>Os seus princípios podem ser assim sistematizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; • respeito à liberdade de pensamento e de expressão, sem discriminação de qualquer natureza; • universalidade de conhecimentos; • democracia e transparência na gestão; • integração sistêmica entre educação, trabalho e atuação social; e • valorização e reconhecimento das experiências práticas. <p>Ainda nessa perspectiva, a universidade, como um <i>locus</i> de produção do saber e de cultura, precisa mover-se em um movimento intrínseco e extrínseco, ou seja, necessita produzir saberes acadêmicos/científicos, como também dialogar e aprender com os saberes tradicionais e populares que pulsam fora dos seus muros.</p> <p>É crucial, ainda, que a universidade, como fonte central do conhecimento científico, seja também um espaço de referência para populações e comunidades tradicionais do seu entorno. Afinal, o conhecimento não se quer isolado e nem apartado das práticas sociais e culturais – ao contrário, este só ganha sentido nessa interface entre universidade e sociedade.</p> <p>O impulso dado pelo PMCU acaba por oferecer uma oportunidade de sistematização e articulação das ações culturais que já acontecem e são centrais na atuação dessa universidade devido ao seu perfil de instituição com forte articulação comunitária.</p> <p>Nesse sentido, o plano tem como princípio fundamental a partilha de saberes entre as comunidades envolvidas e a comunidade acadêmica da UFRB. Vale ressaltar que a perspectiva de hierarquização de saberes não encontra aqui nenhuma reverberação – ao</p>

<p>primeiras edições.</p> <p>"[...] o processo de formulação do Plano de Cultura da UFBA tomou por parâmetro o legado histórico da UFBA em sua atuação institucional no campo da Arte e da Cultura, permitindo estabelecer diretrizes e metas para ações futuras voltadas tanto à preservação e vitalização do patrimônio existente quanto à sua requalificação crítica como matéria viva mobilizadora de experiências transdisciplinares em torno da prática de documentação e registro, narração e interpretação histórica, articulando tradição/memória/patrimônio/ inovação/investi gação/criação."</p> <p>"[...] a implementação do Plano de Cultura da UFBA constituirá uma ação preliminar preparatória para a criação de um Centro de Artes que constitua o Sistema de Artes da UFBA, congregando Artes Visuais, Dança, Música, Teatro, mas incluindo, também Arquitetura, Literatura, Cinema e novas mídias, num programa de fomento à experimentação compositiva, baseada na autonomia da Arte e na sua coimplicação aos processos acadêmicos (de ensino e pesquisa) no contexto universitário."</p> <p>As diretrizes da Proext buscam cumprir três propósitos centrais: o engendramento entre tradição e experimentação, promovendo a transversalidade de temporalidades; a coextensão entre universidade e cidade, promovendo a dimensão de espaço público; e a coimplicação entre universidade e sociedade, promovendo a articulação com setores sociais desassistidos, discriminados ou vulnerabilizados.</p>	<p>contrário, com a implementação das diversas ações propostas, espera-se propiciar um espaço de troca, discussão e construção coletiva do conhecimento, em que o saber científico produzido no espaço acadêmico da universidade se relacione de forma dialógica com o saber "popular" e tradicional.</p> <p>Desse modo, o plano de cultura consolida para a universidade o desafio de lidar com a diferença a partir daquilo que a constitui e, portanto, com aquelas marcas que não se assemelham, modos de ser e viver de cada comunidade e que, exatamente por isso, têm algo a ensinar. Nessa direção, nos coloca enquanto "universidade-aprendiz", o que significa tomar uma posição que supera uma perspectiva que acredita que a universidade é detentora de um saber que deve ser "levado" à comunidade.</p> <p>Por fim, advogamos que os benefícios do plano de cultura para a universidade estão associados a algo que o diferencia de outras ações culturais na academia, pois são ações de interação social e de valorização de si e do outro, de modo a edificar um novo fazer cultural e acadêmico em que não se enquadre ou rotule o outro como mero objeto de contemplação, como figura exótica ou diferente, mas que essa diferença, enquanto diversidade de vida, ocupe um espaço que se quer aberto, democrático e plural.</p>
---	--

Fonte: elaborado pela autora com base em informações extraídas dos planos de cultura da UFBA e UFRB.

Quadro 5 – Fundamentação teórica

UFBA	UFRB
<p>Concebido como processo que tanto promove quanto resulta da contínua experimentação coletiva das possibilidades de produção criativa no ambiente universitário [...] o Plano de Cultura da UFBA toma por objeto do seu planejamento a dinâmica de articulação entre ideias, pessoas e contextos, que integra as etapas de planejamento, execução, documentação e avaliação das ações de Arte e Cultura da UFBA, num sistema de rebatimentos simultâneos e recíprocos (VIEIRA, 2006, p. 20).</p> <p>“[...] destacam-se como princípios pilares desta proposta de Plano de Cultura, o <i>caráter experimental</i> inerente aos processos artísticos de composição e o <i>caráter dinâmico</i> inerente aos processos culturais da vida coletiva, para conferir ao Plano seu tripé de sustentação conceitual: a transversalidade entre conteúdos, articulação entre suas ações e atores, e potencialização das suas consequências.”</p> <p>O perfil do plano de cultura ora apresentado, como articulador de ações e vocações da universidade no campo da arte e cultura, reflete uma atitude emancipatória, propondo um foco no que Souza Santos (2007) define como conhecimento-emancipação.</p> <p>Nesse sentido, o caráter emancipatório do plano reflete uma tentativa de estabelecimento de um equilíbrio dinâmico entre os modelos de conhecimento descritos por Sousa Santos, reforçando as racionalidades estético-expressiva e moral-prática inerentes ao fazer em arte e cultura, respectivamente. Portanto, o papel articulador do plano, em última análise, é consequência de uma ideia mais ampla de solidariedade de processos e de reciprocidade de implicações.</p> <p>Sendo a universidade o <i>locus</i>, por excelência, da produção crítica de</p>	<p>A universidade pela própria característica que lhe constitui, qual seja, enquanto instituição dedicada à formação e à produção de conhecimento se apresenta como centro de produção e difusão cultural por excelência. No campo mais específico das artes e da cultura, as universidades vêm se constituindo como importantes centros de formação e também de criação e inovação nas mais diversas linguagens e expressões artístico-culturais.</p> <p>Durante muito tempo, as políticas culturais foram compreendidas como um conjunto de intervenções do Estado voltado para promover a produção, distribuição e o consumo dos bens culturais.</p> <p>O conceito de política cultural proposto pelo sociólogo Néstor García Canclini nos parece pertinente, pois amplia a noção ao contemplar em sua definição a atuação de outros agentes que não apenas o Estado. O sociólogo ainda reconhece a necessidade de a noção tornar-se ainda mais ampla tendo em vista o contexto de globalização, condição na qual que os processos e fluxos culturais tornam-se ainda mais complexos.</p> <p>No Brasil, mais especificamente desde o início do primeiro governo Lula, a educação superior tem se expandido consideravelmente, condição que impactou igualmente na formação de áreas concernentes ao campo da cultura e das artes. Registrou-se um crescimento significativo da criação de novos cursos na área de artes (hoje são mais de 160 cursos no país), voltados para a formação nas linguagens do teatro, da dança, das artes visuais, música, arquitetura, design, cinema, moda, entre outros. Há de se considerar ainda a articulação que o Ministério da Cultura, a partir do governo Lula, desenvolveu para aproximar Cultura e Educação (campos que por longas datas tiveram suas políticas parcamente integradas)</p> <p>Os planos são importantes instrumentos de planejamento e gestão das ações culturais a</p>

<p>conhecimento, é seu papel impulsionar os processos culturais que nela ocorrem e também lhe incluem, atentando para o risco da institucionalização de modelos e evitando a reiteração do <i>status quo</i>.</p> <p>O plano cita a atuação da UFBA junto a movimentos sociais, organizações de classe e associações comunitárias, consolidadas nos anos de 1994-2002 na gestão do Pro-Reitor de Extensão Dr. Paulo Costa Lima, que também foi responsável pela institucionalização das Atividades Curriculares em Comunidade.</p> <p>Se é fato que a Cultura se constitui por processos de consolidação de hábitos, a Arte, ao contrário, se constitui por processos de desestabilização deles, propondo outras concepções de realidade, cujos efeitos complexificadores da vida merecem apostas estimuladoras.</p> <p>Tendo em vista seu histórico pioneiro de inserção das Artes no sistema universitário, cabe à UFBA refletir responsabilmente sobre o estatuto da Arte e o papel do artista no contexto atual da universidade pública, cuja condição de ambiente acadêmico destinado à formação profissional e desenvolvimento de pesquisa implica desafios constantes aos seus parâmetros de relacionamento com o mercado, a sociedade e a cidade de que faz parte, de modo a assegurar a autonomia institucional e a excelência acadêmica como valores fundados na liberdade criativa e na pluralidade das formas de expressão insubmissos ao elitismo socioeconômico, à hierarquia dos saberes e à discriminação das práticas culturais.</p>	<p>longo prazo uma vez que estabelecem diretrizes, estratégias, objetivos e metas a serem cumpridos para se alcançar o futuro desejado.</p> <p>A adoção de planos de cultura pelas universidades pode servir como alternativa eficaz de gestão integrada dos seus programas, ações e atividades culturais. Em geral, as ações culturais nas universidades estão sob a responsabilidade das Pró-Reitorias de Extensão. Contudo, em se tratando da diversidade e da pulverização de atividades culturais que uma universidade desenvolve, a sua gestão integrada, materializada num plano de ação que orienta seus objetivos e metas, é ainda um desafio a ser superado pelas universidades.</p> <p>Sendo os planos de cultura ferramentas que expressam as diretrizes de uma política e organizam as intervenções de determinada instituição, a institucionalização de um plano de cultura nas universidades pode vir a ser uma preciosa oportunidade para o fortalecimento da gestão das suas ações culturais</p> <p>Princípios gerais que são fundamentais nesse Plano de Cultura, a saber: a) centralidade da cultura e seu papel constitutivo em todas os campos da vida social (HALL, 1997) b) promoção da diversidade cultural traduzida pela pluralidade das identidades e expressões culturais dos povos (UNESCO, 2005); c) perspectiva tridimensional da cultura: simbólica, cidadã e econômica (PNC/MINC) d) indissociabilidade dos pilares ensino, pesquisa e extensão e) a diferença como fundante dos processos de aprendizagem (SERPA, 2011); f) a superação da hierarquização dos conhecimentos e seus diferentes sistema de produção.</p>
---	--

Fonte: elaborado pela autora com base em informações extraídas dos planos de cultura da UFBA e UFRB.

Quadro 6 – Metodologia

UFBA	UFRB
<p>O plano estabelece como linha mestra de orientação a ênfase nas funções articuladora, potencializadora e documentarista das ações propostas, ao invés da função simplesmente curatorial de escolha da gama de projetos de cada unidade, órgão, indivíduo (pesquisador ou extensionista) ou grupo da UFBA a ser subsidiado com recurso do edital. Desse modo, pretende-se reposicionar o papel institucional da Proext, substituindo sua função fomentadora de processos a partir de apoios específicos à viabilização de suas potências de alcance e continuidade tanto por meio de suas articulações a outros projetos, outros contextos, outras instituições e outros setores sociais, quanto de suas ressonâncias em outras mídias e usos. Espera-se, com isso, também ampliar a variedade e quantidade de pessoas, ideias, formatos e parcerias públicas beneficiados pelas ações do plano, bem como a variedade de produtos resultantes e impactos no contexto cultural local.</p> <p>O plano de cultura da UFBA compõe-se basicamente de um programa de ações voltadas ao cumprimento das dimensões de produção criativa, distribuição de bens, documentação de processos, constituição de acervos e acompanhamento crítico das práticas artísticas e culturais, subsidiado por um programa de bolsas voltadas ao fomento da experimentação criativa, do intercâmbio artístico e institucional, da produção crítica analítica e da formação de quadro técnicos em arte e cultura. E a sua implementação se dá a partir da constituição de quatro núcleos de trabalho – Núcleo de Produção Cultural; Núcleo de Documentação e Memória; Plataforma de visibilidade; Observatório Crítico –, em torno dos quais atuarão equipes interdisciplinares de docentes e servidores técnico-administrativos, apoiados por estudantes contemplados pelo programa de bolsas.</p>	<p>O Núcleo Executivo iniciou os seus trabalhos a partir do mapeamento de todas as ações com centralidade na arte e cultura já realizadas pela universidade, em parceria com docentes e técnicos da Proext. A culminância desse procedimento foi a realização de um Fórum de Debates sobre o Programa Mais Cultura – princípios, eixos temáticos, ações propostas, articulações importantes – nas instalações da Proext, que contou com a participação de representantes de todos os centros/<i>campi</i> da UFRB nas três categorias: servidor docente, servidor técnico-administrativo e discente. Nesse debate ampliado, foi criado o grupo de trabalho Mais Cultura UFRB, formado pelo pró-reitor de Extensão, pelo Núcleo Executivo, pelos docentes gestores de Extensão dos centros, por um servidor técnico-administrativo representante da Proext e um discente da universidade.</p> <p>No entanto, também compreendemos que o exercício de elaboração do plano é ainda um esforço inicial de articulação, que muitas ações e áreas estratégicas não poderiam ser contempladas nessa sistematização inicial devido a questões de tempo, recursos financeiros e capacidade institucional. O maior benefício, nesse caso, é o processo de formação de uma consciência do papel da universidade enquanto sujeito cultural e sua interrelação com outros atores do seu território de atuação, fortalecendo, assim, o que reconhecemos como o sistema público de gestão cultural.</p> <p>O Núcleo Executivo recebeu 37 propostas de ação cultural a serem desenvolvidas no âmbito do plano. Todas as propostas foram incluídas pelo entendimento de que não cabe nesse processo nenhum tipo de seleção prévia. As propostas enviadas contemplam todos os seis <i>campi</i> da UFRB e provocam uma densa rede de atuação territorial com foco no Recôncavo da Bahia, com capilaridade nos territórios</p>

<p>Programas de ações resumidamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ateliês: atividades teórico-práticas de média duração; circuitos culturais – corredores intercâmbio e interinstitucionais (intercâmbio) para apresentação da produção artística universitária; • Palco Aberto: apresentações mensais de práticas culturais; Artista Visitante – participação esporádica de artistas não acadêmicos em programação cultural acadêmica; • Cinema em Rede; • Debateses: ciclo de debates sobre teses dos docentes recém-contratados e/ou retornados de estágios pós-doutorais; • Jornadas de Extensão: encontros nacionais e internacionais anuais para discussão pública e trabalho interno sobre temas da extensão universitária; • Vizinhanças: programa de ações em comunidade vizinhas à UFBA. • Programa de Bolsas: de experimentação artística, iniciação artística, práticas culturais, artista residente. 	<p>circunvizinhos do Vale do Jiquiriça e do Portal do Sertão. Movimentos de interação serão intensificados a partir da execução com a implantação do Fórum Mais Cultura UFRB, uma instância de debates, acompanhamento e avaliação.</p> <p>As metodologias de execução variam de acordo com a natureza de cada ação cultural proposta e sua viabilidade operacional é uma corresponsabilização do Núcleo Executivo com os proponentes, mas estão orientadas por princípios gerais que são fundamentais nesse plano de cultura.</p> <p>Uma estratégia também proposta é a conexão com outras Ifes que estiverem em fase de implementação do plano de cultura, gerando uma ampla rede de comunicação, troca e colaboração em prol da institucionalização do campo cultural nas universidades e IFE.</p> <p>Para a gestão financeira do plano de cultura e garantia do seu pleno desenvolvimento acionaremos a Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (Fapex), uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial que apoia execução orçamentárias de projetos de duas universidades federais, a UFBA e a UFRB.</p>
--	--

Fonte: elaborado pela autora com base em informações extraídas dos planos de cultura da UFBA e UFRB.

Quadro 7 – Avaliação

UFBA	UFRB
<p>O próprio processo de implementação do plano será submetido a uma contínua autoavaliação crítica quanto aos seus procedimentos e resultados, por um Observatório Crítico responsável pelo acompanhamento analítico dos alcances e limites do plano quanto aos métodos e princípios adotados, de modo que se mantenha em constante reformulação, incorporando mudanças de rumo e novos conteúdos (projetos) ao longo de sua implementação quando se mostrarem pertinentes e/ou necessários à afirmação dos valores culturais e princípios humanísticos eleitos aqui como diretrizes.</p> <p>Como instância complementar do seu conjunto de ações que vai operar simultaneamente ao seu desenvolvimento, por meio do Observatório Crítico, cuja função será de acompanhar o processo de execução e subsidiar o comitê pela análise crítica das suas metodologias, seu sistema de funcionamento, sua lógica de coesão, seus alcances, seus produtos e resultados.</p> <p>O comitê terá autonomia para estabelecer sua metodologia e dinâmica de trabalho, devendo, contudo, cumprir estudos analíticos sobre as implicações e os impactos das metodologias do plano, seus conteúdos e resultados parciais e finais.</p>	<p>Será elaborado um plano de monitoramento e avaliação sob a coordenação do Núcleo Executivo, que irá propor alguns instrumentos de acompanhamento da execução, com a elaboração de indicadores e meios de verificação a partir dos resultados esperados para cada ação prevista no plano. A partir desse acompanhamento, serão elaborados relatórios parciais semestrais.</p> <p>Será instituído o Fórum Mais Cultura UFRB, aberto à participação de toda a comunidade acadêmica e de entorno, porém com foco naqueles que têm relação direta com a implementação do plano de cultura. Esse espaço terá duas importantes funções: a) criar um ambiente de debate, reflexão e construção de conhecimento sobre a relação cultura-universidade, estimulando um processo de institucionalização do papel da UFRB no campo cultural; e b) funcionar como uma instância de acompanhamento e avaliação da implementação do plano, a partir da troca de experiências entre os participantes de cada ação prevista (coordenadores, discentes, técnicos e representantes comunitários).</p> <p>O fórum presencial terá periodicidade bimensal e será itinerante, sendo realizado em todos os seis <i>campi</i> da UFRB. Além desse espaço, também será criado o Fórum Virtual, espaço de diálogo não presencial hospedado no Portal Mais Cultura UFRB.</p>

Fonte: elaborado pela autora com base em informações extraídas dos planos de cultura da UFBA e UFRB.

Quadro 8 – Envolvimento da comunidade na qual a Instituição está inserida

UFBA	UFRB
<p>O envolvimento da comunidade universitária da UFBA com o plano de cultura se dá, basicamente, em três dimensões participativas: na condição de beneficiários das ações do plano; na condição de participante das ações do plano; e na condição de participante das ações do plano como produtores de conteúdo.</p> <p>O envolvimento começa desde o processo de levantamento de demandas e expectativas realizado a partir das visitas feitas às unidades pela equipe de gestão do atual reitorado entre os meses de setembro a dezembro de 2014.</p>	<p>Sabemos que o processo de interiorização das universidades traz impactos significativos para as cidades que passam a receber esses equipamentos. Nesse sentido, desde o início da sua implantação, a universidade orientou sua política com ênfase em ações extensionistas, buscando estabelecer uma estreita relação com as comunidades dos municípios nos quais se instalavam suas unidades.</p> <p>Ciente da sua responsabilidade social, a UFRB pauta seu envolvimento com a comunidade a partir dos princípios do dialogismo e da horizontalidade, de maneira a garantir o diálogo equânime entre os conhecimentos produzidos na academia e aqueles saberes tradicionais que são construídos no cotidiano dos grupos.</p> <p>Baseado na premissa da partilha de conhecimentos e saberes, o presente plano de cultura pretende envolver a comunidade do Recôncavo através um amplo leque de possibilidades que resultem em: a) formação artística, cultural, cidadã das populações envolvidas; b) valorização e promoção da diversidade das expressões culturais do Recôncavo Baiano; c) processo de empoderamento dos sujeitos a partir do reconhecimento e de seus saberes e práticas culturais; c) fortalecimento de lideranças comunitárias; d) estímulo à parceria entre as comunidades e o poder público.</p>

Fonte: elaborado pela autora com base em informações extraídas dos planos de cultura da UFBA e UFRB.

Quadro 9 – Envolvimento do plano de cultura com a população em situação de vulnerabilidade social

UFBA	UFRB
<p>As populações em situação de vulnerabilidade social serão envolvidas como público-alvo das ações propostas no plano, particularmente aquelas que envolvem a circulação de bens em circuitos de apresentação artística e o desenvolvimento de programas cooperativos transdisciplinares de média duração, cujas chamadas de propostas especificarão os grupos e localidades a serem contemplados. Os programas que contemplam esse item são: Circuitos Culturais e programa Vizinhanças.</p>	<p>Diante da multiplicidade de ações culturais que compõem esse plano, os públicos a serem impactados variam de acordo a natureza das ações a serem implementadas.</p> <p>Mas, antes, vale contextualizar a vocação da própria UFRB em fomentar e promover políticas afirmativas e de permanência estudantil, com especial ênfase para estudantes em situação de vulnerabilidade social.</p> <p>A afirmação acima é comprovada com dados que mostram que a maior parte dos estudantes da UFRB é, hoje, proveniente das classes C, D e E (71,89%) e afrodescendentes autodeclarados (84,3%), indicadores muito superiores ao conjunto das universidades brasileiras e até mesmo das Ifes da região Nordeste, cumprindo uma missão importante de garantir acesso a indivíduos oriundos das camadas menos favorecidas da população brasileira.</p> <p>Considerando-se que grande parte dos projetos que compõe o plano engloba a participação dos alunos da UFRB, cujo contingente beneficiado com bolsas de assistência social é significativo (1.500 estudantes), pode-se afirmar que o plano já porta, por si mesmo, uma considerável capacidade de envolver uma população em situação de vulnerabilidade social. Há de se considerar a população externa à UFRB que será direta ou indiretamente envolvida pelas ações que integram o presente plano. E são elencadas as ações culturais cujas atividades envolvem populações em situação de vulnerabilidade social.</p>

Fonte: elaborado pela autora com base em informações extraídas dos planos de cultura da UFBA e UFRB.

Quadro 10 – Envolvimento do Plano de Cultura com a diversidade cultural brasileira

UFBA	UFRB
<p>A universidade já atua na realização de ações extensionistas (eventos, debates, conferências, festivais) que tratam a questão da diversidade cultural brasileira. Através do PMCU, as ações serão fomentadas a partir dos seus possíveis elos de conexão. Será possível também trabalhar uma calendarização das ações realizadas. Daí, o plano discorre sobre alguns exemplos desenvolvidos por várias unidades escolares ligados às linhas temáticas.</p>	<p>O Recôncavo da Bahia é uma região que preserva matrizes culturais e históricas originárias e descendentes dos ancestrais portugueses, africanos e indígenas. O Recôncavo é um dos territórios que concentra a maior parte dos povos e comunidades tradicionais do estado da Bahia.</p> <p>Como a organização curricular da ampla maioria dos cursos dessas instituições invisibiliza a cultura e os saberes populares, torna-se fundamental a implementação de ações que tragam esses sujeitos para o interior da universidade e que façam o caminho de ida e de retorno, construindo uma via dialética de aquisição e fortalecimento de saberes.</p> <p>Pela característica sócio-histórica do Recôncavo e pelo perfil dos projetos que compõem integram o presente plano, a diversidade cultural é acionada tanto pela multiplicidade de linguagens artístico-culturais (audiovisual, artes cênicas, artes visuais, literatura, música, tradições populares, artesanato, tecnologias digitais etc.) como também pela representatividade das populações envolvidas.</p> <p>Especial atenção é dada aos grupos e segmentos historicamente excluídos de acesso aos bens e serviços culturais. Desse modo, boa parte dos projetos está voltada para ações que promovem e valorizam as identidades da diversidade cultural brasileira, englobando uma diversidade de povos, grupos, comunidades e populações que compõem os diversos municípios do Recôncavo, quais sejam: a) povos tradicionais: quilombolas, povos de terreiro; b) mestres, grupos das culturas populares, urbanas e rurais; c) artistas e grupos artísticos; d) crianças, adolescentes, jovens e idosos; e) pessoas com deficiência; f) negros; g) mulheres.</p>

Fonte: elaborado pela autora com base em informações extraídas dos planos de cultura da UFBA e UFRB.

5.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Neste tópico, apresentaremos a segunda parte da pesquisa de campo, que são as entrevistas com: a pró-reitora de Extensão da UFBA, Fabiana Dultra Britto – que tem uma perspectiva muito distinta das dos demais entrevistados; porém, traz à tona aspectos relevantes e contraditórios em relação à condução do edital –; Leonardo Costa, professor da UFBA e que, na época, era o coordenador de Programas e Projetos da Proext; e o grupo de trabalho da UFRB para a elaboração do plano, composto por Daniela Matos, Jarbas Jacomé, Daniele Canedo e Mariella Pitombo

A utilização de fontes orais tem se mostrado muito eficaz para alcançar o objetivo de uma pesquisa-diagnóstico, uma vez que são incipientes pesquisas que tratam de cultura e arte na universidade do ponto de vista de uma política pública – neste caso, de uma política institucional. Para além dos relatos que se desdobram em fontes passíveis de análise que são repartidas em dois momentos marcantes: a experiência da escuta, do momento presente após uma longa trajetória de deslocamentos, e a experiência da transcrição, na qual fica evidente como a norma gramatical é incapaz de expressar descritivamente as ondulações do fato narrado. Destacou-se a riqueza do ouvir, assimilar, interpretar e analisar baseado em duas ocasiões distintas.

Quadro 11 – Caracterização dos entrevistados

(continua)

NOME	ESCOLARIDADE	ÁREA DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL	VINCULO PROFISSIONAL	CARGO	ENVOLVIMENTO NO PMCU	LATTE S
Daniele Canedo	Graduada em Produção em Comunicação e Cultura (2005) pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestrado (2008) e Doutorado (2013) em Cultura e Sociedade pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade - UFBA. Doutora em Mídia e Estudos da Comunicação (Doctor in Media and Communication Studies), pela Universidade Livre de Bruxelas (Vrije Universiteit Brussel, VUB) e pós-doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Sergipe (2014).	Gestão cultural; políticas culturais e audiovisuais; participação social; Análise de Redes Sociais; diversidade cultural; economia da cultura e criativa; economia do audiovisual e fluxos audiovisuais (global, nacional, transnacional e regional).	Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia da UFRB, em Santo Amaro, Bahia.	Docente do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da UFRB, em Santo Amaro, onde atua como Gestora de Extensão, desde 2015.	Foi coordenadora e proponente do Plano.	Gestora cultural, capoeirista e professora. A tese "Todos contra Hollywood? Políticas, Redes e Fluxos do Espaço Cinematográfico do Mercosul e a Cooperação com a União Europeia"; foi aprovada com distinção e recebeu o Premio Octavio Getino de Investigación sobre El Espacio Audiovisual de América Latina y el Caribe. Daniele atua como vice-coordenadora da seção de Comunicação Internacional e Intercultural da European Communication Research and Education Association (ECREA) e como vice-coordenadora do Observatório da Economia Criativa (OBEC-BA), e é membro dos grupos de pesquisas Motriz, na UFRB; e CULT, na UFBA. Na Bahia, atuou na gestão pública da comunicação (Secom BA 2001 a 2007) e da cultura (Secult BA 2007 a 2009). Desde 2012, coordena o projeto Gestão Cultural Mundo Afóra.
Mariella Pitombo Vieira	Graduação em Administração de Empresas pela Universidade Salvador, UNIFACS (1993); Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea pela UFBA (2004); Doutorado em Ciências Sociais, UFBA (2009).	Cultura, política e economia e fenômenos mais específicos daí derivados: políticas culturais, a conformação de mercados culturais e regimes de profissionalização na área artístico-cultural.	Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia da UFRB, em Santo Amaro, Bahia.	Docente do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT) da UFRB, em Santo Amaro. Líder do grupo de Pesquisa Motriz "Laboratório de Política, Gestão e Estudos da Cultura (UFRB)". É coordenadora do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Política e Gestão Cultural no CECULT.*	Fez parte do núcleo executivo na elaboração do Plano de Cultura.	Mariella Pitombo Vieira é doutora em Ciências Sociais pela UFBA, Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas, também pela UFBA e graduada em Administração de Empresas pela UNIFACS. É líder do grupo de Pesquisa Motriz? Laboratório de Política, Gestão e Estudos da Cultura (UFRB). É pesquisadora do Grupo de Pesquisa "Cultura, Memória e Desenvolvimento"; (UnB) e do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura -CULT (HAC-UFBA).

(continuação)

NOME	ESCOLARIDADE	ÁREA DE ATUAÇÃO PROFSSIONAL	VINCULO PROFSSIONAL	CARGO	ENVOLVIMENTO NO PMCU	LATTE S
Daniela Abreu Matos	Graduação em Comunicação Social - Produção em Comunicação e Cultura - pela Universidade Federal da Bahia (1999). Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia (2003). Doutorado em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (2012)	Comunicação, com ênfase em Estudos Culturais, atuando principalmente nos seguintes temas: juventudes, periferias urbanas e narrativas identitárias.	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), em Cachoeira, Bahia.	Do cente do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da UFRB, em Cachoeira. Coordenadora do Curso Tecnológico em Gestão Pública*	Fez parte do núcleo executivo na elaboração do Plano de Cultura.	Possui graduação em Comunicação Social - Produção em Comunicação e Cultura - pela Universidade Federal da Bahia (1999), mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia (2003) e doutorado em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (2012). Também dedica-se a estudos voltados para gestão cultural, políticas culturais, elaboração de projetos sociais e captação de recursos para Organizações Sociais.
Jarbas Jacomé	Graduação em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil (2005). Mestrado em Ciências da Computação pela Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil (2007).	Computação gráfica, computação musical e sistemas interativos de tempo real para processamento audiovisual integrado.	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia no Centro de Artes, Humanidades e Letras - CAHL	Do cente assistente do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da UFRB, em Cachoeira, Bahia. E coordenador do Curso de Artes Visuais*.	À época da elaboração do plano do PMCU se integrou a equipe porque era Gestor de Extensão do CAHL.	Músico e mestre em Ciência da Computação pelo C in-UFPE. Recebeu o Prêmio Sérgio Motta de Arte e Tecnologia 2009 e o Prêmio Rumos Itáú Cultural Arte-Cibernética 2007. Desde 2003 desenvolve o software livre ViMus que utiliza em instalações interativas e apresentações audiovisuais tendo exibido em eventos nacionais e internacionais como Eletronika (Belo Horizonte), GIL70, FILE, Emoção Artificial, Arte.Mov, Festival Contato (São Carlos), Festival Continuum (Recife), FAD (Belo Horizonte), Festival Internacional de La Imagen (Manizales, Colômbia) e Extraordinary Sculptures (Taipei, Taiwan). Foi guitarrista da banda Negroove, do coletivo re:combo, do Coletivo Xaréu, na banda Kantayeni e

(continuação)

NOME	ESCOLARIDADE	AREA DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL	VINCULO PROFISSIONAL	CARGO	ENVOLVIMENTO NO PMCU	LATTE S
Fabiana Dultra Britto	Graduação em Licenciatura em Dança, pela UFBA (1987), Mestrado em Artes pela Universidade de São Paulo, USP (1992). Doutorado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP (2002). Pós-Doutorado em Arte Pública pela Bauhaus Universität Weimar (2009)	Dedica-se à pesquisa dos temas relacionados a processos coevolutivos entre corpo, dança e contexto (coplasticidade e corpografia); coimplicação entre prática artística e pesquisa acadêmica em dança; e estudos sobre temporalidades (memória, história, documentação e catalogação de dança)	Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia.	Docente da Escola de Dança da Universidade Federal da Bahia, desde 2004. Pró-Reitora de Extensão Universitária da UFBA, desde setembro/2014.	Coordenadora e proponente	Docente da Escola de Dança da Universidade Federal da Bahia, desde 2004. Foi Coordenadora do PPG em Dança da UFBA entre 2006-11. Lidera o grupo de pesquisa Laboratório Coadaptativo LabZat. Desde 2009, integra o Laboratório Urbano (PPGAU/UFBA) coordenando a Linha de Pesquisa "Estética, corpo e cidade". Participou das pesquisas: "Experiências metodológicas para apreensão da complexidade da cidade contemporânea". É coordenadora geral da Plataforma Corpocidade e a revista semestral Redobra. Membro titular do Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão CONSEPE e do Conselho Acadêmico de Pesquisa e Extensão CAPEX da UFBA como Pró-Reitora de Extensão desde 10/2014, e como representante da Escola de Dança no biênio 2010-12. Autora do livro "Temporalidades em Dança: parâmetros para uma história contemporânea" (2008) e co-autora de "Corpocidade: debates, ações, articulações" (2010) e "Gestos Urbanos" (2017).
Leonardo Costa	Graduação em Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura (UFBA). Mestre em Ciberultura pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA). Doutor em Cultura e Desenvolvimento pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (UFBA), com período sanduíche na Université Paris III (Sorbonne Nouvelle).	Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Organização da Cultura e Ciberultura.	Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia.	Professor Adjunto IV da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA)	À época era o Coordenador de Programas e Projetos da Proext UFBA	Professor Adjunto IV da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Vice-diretor da Faculdade de Comunicação (Facom), Coordenador do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT/UFBA), participante da Rede de Pesquisadores de Políticas Culturais (REDEP/CULT) e do Observatório de Economia Criativa (OBEC-BA). Já coordenou o Colegiado da Graduação (Facom/UFBA) no período de 2013 a 2015. Visiting Scholar (CNPq) na University of Miami.

(conclusão)

NOME	ESCOLARIDADE	AREA DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL	VINCULO PROFISSIONAL	CARGO	ENVOLVIMENTO NO PMCU	LATTES
Albino Rubim	Formado em Comunicação pela Universidade Federal da Bahia (1975) e em Medicina pela Escola Baiana de Medicina (1977), mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1979), doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1987) e pós-doutor em Políticas Culturais pela Universidade de Buenos Aires e Universidade San Martin (2006).	Políticas culturais; cultura e política; comunicação e política; cultura, comunicação e sociedade.	Professor titular da Universidade Federal da Bahia e Pesquisador I - A do CNPq e do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura da UFBA.	Docente do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade e do Programa de Artes Cênicas	Nenhum cargo ou envolvimento com o PMCU. Escolhido por ser um especialista em Políticas Culturais.	Autor de livros e artigos em periódicos nacionais e internacionais. Membro de conselhos editoriais de publicações em Cultura e Comunicação. Foi Secretário de Cultura do Estado da Bahia; Diretor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos da UFBA; Presidente do Conselho Estadual de Cultura da Bahia; Coordenador do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura; Diretora da Faculdade de Comunicação da UFBA, por três vezes; Presidente da Câmara de Extensão da UFBA; Coordenador do Programa de Comunicação e Cultura Contemporâneas da UFBA; Presidente da Câmara de Comunicação, Cultura e Turismo da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia; Secretário de cultura da Associação dos Professores Universitários da Bahia, por duas vezes, e Presidente da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação.
Juana Nunes	Possui graduação em Artes - História da Arte pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2005). É Mestre em Artes pelo Programa de Pós Graduação em Artes do Instituto de Artes da UERJ na linha de pesquisa : História e crítica de Arte (2009).	Historiadora da Arte, Professora e Gestora Cultural			Diretora de Educação e Comunicação para a Cultura. 2011 a 2014 Secretária de Educação e Formação Artística e Cultural. 2015 a maio de 2016. Integrante do Comitê Técnico Interministerial MinC/MEC, como representante do Ministério da Cultura que instituiu o Programa Mais Cultura nas Universidades.	

5.3.1 Panorama geral: experiência na elaboração de um plano de cultura

A elaboração do plano de cultura na UFBA, diferentemente da UFRB, foi conduzida pela equipe da Proext, centrada especialmente na pró-reitora, desde 2014, Fabiana Dultra Britto, crítica, professora da Escola de Dança. Também fizeram parte da equipe Leonardo Costa, produtor cultural, professor da Faculdade de Comunicação e coordenador de Programas e Projetos de Extensão; e Guilherme Bertissolo, compositor, professor da Escola de Música e coordenador de Produção de Difusão da Extensão, desde 2014.

Como dito anteriormente, a UFBA teve uma experiência bem distinta da UFRB em relação não somente à concepção do plano de cultura, mas também na condução do processo. Dito isso, muitas críticas vão surgir ao edital a partir da contribuição da entrevista de Fabiana Britto e Leonardo Costa, os representantes da UFBA que foram ouvidos. Os próximos tópicos relatarão com riqueza de detalhes, mas é evidente sua insatisfação em relação ao formato de plano de cultura pré-estabelecido no edital.

A primeira coisa que teria para dizer é que, institucionalmente, a cultura está na extensão não por deliberação específica de qualquer reitor, nem nada, mas isso está em lei. A lei que dispõe sobre bolsas de extensão, Permanecer... A lei federal estabelece que os assuntos de cultura e arte estejam na instituição universitária sob a responsabilidade da pró-reitoria de extensão. (Fabiana Britto)

Para a pró-reitora, a equipe teve um grande desafio ao se deparar com o “primeiro edital de captação de recursos para uma universidade pública” um mês após ter assumido a gestão. Quando chegaram ao órgão, encontraram uma estrutura organizacional dividida em coordenação de difusão, coordenação de projetos e programas, coordenação da TVUFBA e coordenação dos cursos *lato sensu* e ACCS. Diante do perfil dos atuais gestores, no primeiro momento, se cogitou mudar o nome para “Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Arte”.

Inclusive porque a gente queria deixar muito claro o nosso entendimento de que arte não é cultura e cultura não é arte, sendo duas coisas diferentes. No entendimento do

professor João Carlos Salles, reitor da UFBA [2014 – reconduzido ao cargo por mais quatro anos], é o seguinte: como isso significa mudança de regimento, de legislação, aprovar no Conselho Universitário (Consuni), passar pela comissão de normas etc., tudo uma burocracia muito maior. Ele ponderou sobre irmos agindo como uma pró-reitoria de cultura e arte, incorporando essas ações de cultura e arte cada vez mais, dando a elas o espaço e importância devida e depois, se em um certo momento for necessário trocar o nome, já vai ser natural a mudança.

Maravilhoso com essa equipe, quando começou com o Léo e com o Guilherme [...], foi a gente ter a clareza que a nossa função aqui não é estabelecer maneiras de fazer. A nossa função aqui é na maneira que a gente considerar apropriado e pertinente naquele momento. Esta maneira, seja qual for, ela tem que atender a maior pluralidade e variedade de solicitações e demandas existentes. A gente tem aqui a responsabilidade de desenhar uma política. Eu acho que política é diferente de edital, o que eu acho é que este Ministério nos acostumou mal durante muitos anos. (Fabiana Britto)

Na UFRB, a experiência foi conduzida por um grupo de professores vinculados a dois centros de ensino: o Cahl *campus* Cachoeira e o Cecult *campus* Santo Amaro. Esse grupo é composto por: Daniela Abreu Matos, doutora em Comunicação, coordenadora do curso tecnológico em Gestão Pública e professora do Cahl; Jarbas Jacomé, oriundo da Ciência da Computação, atualmente é coordenador do curso de Artes Visuais, mas, à época de elaboração do plano, se integrou à equipe porque era gestor de Extensão do Cahl; Daniele Canedo, gestora cultural, capoeirista e professora do Cecult; e Mariella Pitombo Vieira, doutora em Ciências Sociais, coordenadora do curso de pós-graduação *lato sensu* em Política e Gestão Cultural e professora do Cecult. As professoras que não estavam na gestão da Extensão se juntaram ao grupo por afinidade temática, uma vez que dois movimentos de organização surgiram ao mesmo tempo nas unidades da UFRB e, logo após, houve uma fusão dos interessados em participar do PMCU. Daniela Matos informou que a constituição do grupo de trabalho passou, de certa forma, por uma institucionalização formal.

Foi um pouco de identificação de perfil e o tema também foi colocado no Conselho de Centro que cada unidade possui, pois aqui não possuímos congregação, como na Faculdade de Comunicação da UFBA (Facom), por exemplo. Aqui, como não temos departamento, não possuímos congregação, mas temos o Conselho de Centro, que é o espaço de deliberação maior da unidade, onde participam os coordenadores de colegiado, alguns representantes estudantis, representantes dos técnicos e alguns representantes das categorias docentes, que não são coordenadores, muito parecido com a congregação da UFBA. Assim, o tema foi levado para o Conselho de Centro, onde foi demonstrada a relevância desse projeto.

O depoimento de Mariella Pitombo sobre a participação da Proext da UFRB sinaliza sobre uma dificuldade da pró-reitoria de assumir a liderança do processo, o que permitiu autonomia aos professores que formaram a equipe.

As pró-reitorias de extensão das outras universidades concentraram a elaboração dos planos. Aqui, isso foi uma iniciativa dos professores do Cecult e do Cahl, dadas as especificidades dos centros. Quando nos mobilizamos, a gente criou uma metodologia de trabalho e ampliamos para a universidade toda. A extensão ficou em um papel coadjuvante, dando apoio institucional, mas o processo de condução, de convocar todo mundo, de mapeamento dos projetos etc., fomos nós. Íamos pedindo à extensão informações e ela ia dando, mas a metodologia e institucionalização fomos nós que conduzimos.

Foi uma iniciativa dos professores, e não uma iniciativa institucional. Pelo que observei das outras universidades, eles criavam um edital interno e depois escolhia qual deles seria enviado. No nosso caso, foi diferente; tentamos contemplar todos aqueles que demonstraram interesse pelo projeto. Recebemos mais de 36 projetos.

Daniela Matos, por sua vez, deu destaque ao professor Cláudio Manoel – na época, coordenador de Cultura e Universidade da Proext – como um fomentador do processo.

Naquele momento, a Pró-Reitoria não tinha como tomar a liderança do processo, então eles nos apoiaram e receberam lá, na Pró-Reitoria, para algumas atividades. Percebemos rapidamente que, se queríamos realizar algo significativo para toda a universidade, nós tínhamos que dialogar como os outros centros da UFRB: o centro de Saúde em Santo Antônio, o centro de Ciências e Tecnologias em Feira, os centros de Cruz das Almas, que são o Cetec e o CCAB, agrárias, biológicas e tecnologia, o de Amargosa, que é o centro de formação de professores. Entendemos que, para ser da universidade, tínhamos que dialogar com todo mundo.

As pessoas citadas ao longo da entrevista foram: professora Georgina, diretora, na ocasião, do Cahl; professor Cláudio Manoel, coordenador de Cultura e Universidade, que foi substituído por Valdíra Rocha quando saiu de licença para o doutorado; e a pró-reitora Ana Rita, do campus de Amargosa, substituída durante o processo pela professora Tatiana Veloso.

5.3.2 Condução do processo de elaboração: envolvimento da comunidade acadêmica, construção coletiva e capilaridade da proposta

O grande desafio dos professores da UFRB na condução do processo de elaboração foi o de reunir todos os sete centros de ensino, os interesses de cada unidade, o desinteresse dos centros ligados a áreas convencionalmente não afins de cultura e arte e o próprio entendimento dos professores e gestores de extensão, uma vez que o edital propunha uma proposta integrada e sinérgica com toda a comunidade acadêmica.

Quando decidimos que iríamos trabalhar nesse edital, solicitamos o banco de dados de todos os centros de extensão e de seus reitores, enviamos mensagens de convocação para eles fazerem parte dessa comissão. Alguns responderam que a iniciativa era louvável, mas não tinham interesse de participar da comissão; outros nem chegaram a responder. Por isso, marcamos, posteriormente, uma reunião na Pró-reitoria de Extensão, onde um número maior de professores se fez presente. Mandamos e-mails para o corpo docente da UFRB perguntando quais tinham propostas no campo da cultura. Naquele momento, muitos já mandaram seus projetos, alguns com orçamentos muito dispares em relação à proposta do edital, tipo um projeto de meio-milhão de reais para um edital de um milhão e meio. Até a Pró-reitoria enviou projetos. Foi a partir destas informações que fizemos um mind map e fomos para a reunião da Proext. (Daniele Canedo)

O edital apresenta uma lacuna justamente nesse aspecto, pois, embora o desejo se apresente de uma forma ideal, a exequibilidade se mostra insatisfatória, visto que as universidades tiveram apenas de outubro de 2014 a março de 2015 para executar essa proposta, em um período disputado com os recessos de fim de ano e as férias. Sobre esse tópico, falaremos mais adiante, mas esse aspecto reverbera em todas as falas, sejam elas justificativas ou não para o restrito envolvimento das instâncias representativas, a participação da comunidade acadêmica e a divulgação ampla do plano na instituição, conferindo transparência à ação conforme pede o edital.

Embora seja compreensível também a intempestividade da ação promovida pelo PMCU, uma vez que a execução de políticas de cultura e arte é circunstancial, as agendas governamentais e as dotações orçamentárias dialogam com esse aspecto

organizacional da ação governamental. Inclusive, o próprio edital previa a suspensão do programa em caso de cortes orçamentários – atitude comum aos editais como medida protecionista do Estado, a fim de protegê-lo de gastos “desnecessários” em momentos de crise institucionais, não tendo o que pleitear, exigir aos ministérios no que se refere à obrigatoriedade da sua execução.

Visando essa integração, fizemos um convite para uma reunião presencial, realizada na Pró-reitoria em Cruz das Almas, sob a ‘supervisão’ do professor Cláudio, onde convidamos os gestores de extensão – pois cada centro possui um gestor de extensão próprio –, docentes e discentes interessados também. Como resposta, tivemos um número significativo de participantes querendo saber o que era esse programa, qual a importância dele e etc.

A chamada interna, que lançamos nos e-mails institucionais, nas listas dos centros, informando sobre a existência do programa, sobre o processo de elaboração de um plano e convidando as pessoas a apresentarem seus projetos/ideias que tivessem relação com o programa arte, cultura e educação, demos um prazo para o que os interessados mandassem os objetivos, atividades e etc., produzimos uma miniestrutura de projeto, um resumo do que pedia o edital, lançamos essa proposta e recebemos muita adesão.

A preocupação exposta pelo grupo de trabalho da UFRB era que isso não se tornasse uma colcha de retalhos; porém, isso era necessário para dar capilaridade à proposta na universidade. Quando questionados se conseguiram criar as articulações e abarcar todos os projetos de modo que não fosse uma junção de propostas, a resposta foi positiva. Portanto, a metodologia empregada utilizando o mapa mental foi criar articulação entre os projetos e os eixos propostos no *Edital Mais Cultura nas Universidades*, atendendo aos oito eixos.

Tinham ações que abrangiam todos os territórios; nós conseguimos garantir isso. Não tínhamos ações oriundas de todos os centros, mas existiam ações que chegavam a todos os territórios que a UFRB atua, todos os municípios.

Nós tínhamos duas categorias: temos aqui ações que já existiram e algumas que ainda continuam existindo, que os professores já realizavam e iriam potencializar a ação a partir do edital; e temos propostas que foram criadas para a ocasião, que foram criadas para o edital, principalmente as ações do Cecult, já que ele estava acabando de iniciar as ações como centro, tinha um ou dois anos de existência. (Daniela Matos)

Nossas propostas envolvem propostas dos docentes, discentes e técnicos-administrativos. Além de solicitar, nós mapeamos os projetos realizado por estudantes

que poderiam vir a fazer parte, procuramos pelos estudantes, conversamos com eles, informamos que iríamos incluir seus trabalhos no Mais Cultura nas Universidades. Todos os projetos que foram enviados para compor o projeto foram incluídos, pois nosso objetivo era abarcar o maior número possível de centros. A ideia era que eles pudessem desenvolver alguma atividade durante a implementação do projeto para que pudéssemos ir até os locais, ouvir a comunidade, debater e gerar as propostas, visando a produção de demandas para o plano de cultura da UFRB. (Daniele Canedo)

Por outro lado, o professor Jarbas Jacomé faz uma autocrítica, embora, durante toda a entrevista, ficasse evidente o seu esforço pessoal para mobilizar essas colaborações e tornar o processo o mais democrático e inclusivo possível.

Pessoalmente, eu aceitaria a crítica se alguém dissesse que, mesmo assim, ficou uma colcha de retalhos, mas eu me posicionaria a favor de como foi feito, porque, pelo tempo que tivemos, como ela disse, foi de baixo para cima, vindo o que as pessoas, o que nos centros já estavam sendo realizados e convidando essas pessoas. Tanto é que a maioria já estava produzindo alguma coisa. Foi uma escolha, um risco que decidimos correr.

Só que, no geral, o que eu sempre tentava puxar no projeto, nos debates, era a visão dos estudantes e da comunidade. Foi difícil, especialmente porque tivemos pouco tempo, tentamos ser o mais democrático possível. (Jarbas Jacomé)

Por outro lado, eles se mostram conscientes do processo e da dificuldade de construir um plano de cultura sob essas circunstâncias.

Como estávamos conscientes disso, o que é possível fazer para transformar a universidade nesse ator que pode fomentar um espaço de reflexão, produção e elaboração de um plano de cultura? Conscientes dessa limitação, pensamos em fazer, em propor a ação, pois o edital se interessa por apoiar ações de arte e cultura. Vamos propor ações para fomentar um pouco as articulações no território, mas vamos propor também a constituição de um espaço de debate e reflexão, que não me recordo se exatamente chamamos de fórum, mas a ideia era em torno disso, que eram encontros regulares entre as pessoas que estavam envolvidas e a comunidade para pensar um plano de cultura, para responder um pouco a crítica que você faz e nós endossamos.

Por mais que o projeto tenha problemas, um fato de me deixou feliz: ele não foi um projeto de gabinete: nós não sentamos os quatro em sala fechadas e produzimos de nossa cabeça; ele tentou responder a uma demanda da comunidade. (Daniela Matos)

Devido ao nosso conhecimento, já tínhamos noção que não possuíamos um plano de cultura para apresentar/submeter ao MinC. O que nos propomos era que, com a implementação do edital Mais Cultura na Universidade, pudéssemos promover a discussão para a criação de um plano de cultura da UFRB.

O objetivo do Fórum Mais Cultura é ser a sementeira, de um futuro projeto cultural institucionalizado na universidade. Tanto pelas discussões que seriam realizadas, que

resultaria em um extenso material de apoio, para a criação de um plano democrático, dentro dos diversos espaços da universidade, que abarcasse os pleitos do corpo docente, dos técnicos-administrativos e estudantes e como também o projeto viabilizasse uma estruturação física. (Daniele Canedo)

A UFBA apresentou como dificuldade o curto tempo e a recém-chegada dos novos gestores e coordenadores; passou a considerar como um desafio exercitar um plano de cultura que não se configurasse como um conjunto de projetos já existentes. Embora isso se apresente como um ponto de divergência entre o processo de condução das duas universidades aqui estudadas, ambas demonstram nas entrevistas um interesse em comum, que é articular tipos de conhecimentos e saberes diversos que possam ser úteis um para o outro.

Tínhamos pouquíssimo tempo, então, no pouquíssimo tempo, o que fizemos? Buscamos todo o histórico do que existia... Listamos o que existia de cultura hoje na universidade, todos os nossos grupos, equipamentos, ações... E então propomos em basear o nosso enfoque de ação em três coisas: a ideia de que deveríamos ser experimentais e as experimentações deveriam ser situadas, contextualizadas, colocadas em um certo enquadramento. As articulações deveriam ser desafiadoras dos padrões, então não admitiríamos fazer articulação entre uma coisa e outra que mantenha o status quo daquela coisa. A ideia era: toda vez que você via a possibilidade de juntar tradição com experimentação, por exemplo, que não fosse para colocar uma submetida a outra como é o padrão, a gente teria que desafiar um novo tipo de relação entre essas coisas. (Fabiana Britto)

O Léo, na ocasião, conhecia muita gente de várias outras universidades federais próximas da gente que também estava um plano, e ele teve a oportunidade de ver o plano das outras universidades e viu que a maioria das universidades estavam fazendo o seguinte: eles olharam para os conjuntos de projetos já existentes na sua universidade e colocaram todos juntos numa coisa só. E disseram: tem um conjunto de coisa que trabalha com cultura e tecnologia, 'novas mídias'. Aí, eles colocavam lá uma ação para novas mídias etc., então eles já tinham um conjunto existente e só organizaram aquele conjunto e disseram 'nosso plano de cultura será fazer isso', ou seja, fazer aquilo que já fazemos. A nossa ideia foi bem mais ousada, a gente resolveu fazer um plano de cultura que tinha, na verdade, três ou quatro ações, que eram ações mesmo, que eram ações de articulação entre os projetos que porventura existissem, fosse quais fossem. Então, para gente, não interessa saber se o que a universidade agora está fazendo uma coisa de novas mídias e o outro está fazendo uma coisa de cultura tradicional, se é tradicional ou novas mídias. Isso não era o tema que interessava para gente. O que interessava para gente era 'existem formas de pensar que se interessam por questões tradicionais e outras por questões de experimentação', então qual é o nosso papel? A gente entendia que o papel de uma pró-reitoria era articular, favorecer, mobilizar, facilitar, mas não era o nosso papel fazer. (Fabiana Britto)

Mas a gente não quis fazer isso, digamos assim, pegar um evento que já ocorre e financiar ele, aproveitar né, 'vai ter agora um milhão e meio de recursos, vamos pegar, faz e financiar cada coisa separada'. A gente queria articular as ações muito mais que financiar ações isoladas. Então, a ideia mesmo era fazer um plano, ter um programa, não pegar projetos isolados e continuar trabalhando com eles.

Optamos realmente em fazer um plano em relação à UFBA, como que a UFBA pode se articular melhor, quais são seus pontos frágeis em relação à cultura e extensão [...], de que forma ela pode se articular melhor... Foi a ideia básica e principal que Fabiana trabalhou. (Leonardo Costa)

Como processo de transparência, a Proext sinalizou que a ideia foi apresentada a um conjunto de instâncias representativas da universidade, como o sindicato dos professores das Ifes da Bahia (Apub), Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Universidades Públicas Federais no Estado da Bahia (Assufba), Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFBA, diretores das escolas de artes, dos projetos dessas escolas e dos equipamentos culturais das unidades, assim como em instâncias governamentais e culturais, como diretores de museus, Instituto Cultural Brasil-Alemanha (Icba), Aliança Francesa, Cervantes, Vila Velha, Fórum de Ciência e Juventude do Ensino Médio e secretário de Cultura.

O projeto passou pelo Capex, que é o Conselho [Acadêmico] de [Pesquisa e] Extensão da Universidade; ele foi aprovado por todos os representantes de todas as unidades. Então, assim, foi um diálogo amplo.

Para o plano ser encaminhado para o edital, ele exigia [que o plano] tivesse sido aprovado por órgão superior colegiado. Então, não bastava ter uma canetada da pró-reitora, uma canetada do reitor... Precisa que o órgão colegiado da universidade aprovasse, que, no nosso caso, é o Capex. (Leonardo Costa)

Então, o que a gente faz aqui é tentar conduzir a administração sem modelo administrativo, porque o nosso modelo de administração aqui é uma compreensão de que o modelo deve ser formulado e reformulado a cada momento e conforme a situação. A gente não imaginava, por exemplo, quando a gente entrou, a gente não tinha como projeto e plano criar o Fórum de Cultura Popular, que a gente acabou de criar. A gente não tinha isso como meta, a gente não tinha isso como propósito. A gente tinha como propósito pensar a articulação das tradições da cultura popular com a cultura acadêmica, mas não sabia como. (Fabiana Britto)

Ambas os processos são dispares: em parte, pela configuração e especificidade de cada universidade; por outro lado, pelo entendimento de cada gestão. A URFB está repartida e atende algumas cidades do Recôncavo da Bahia, cumprindo uma dívida

histórica em relação ao ensino superior e, por sua vez, possui características geográficas diversas, o que sujeita um desafio em construir estratégias de fortalecimento do campo da cultura e arte sem reconhecer essas singularidades regionais, mesmo que circunscritas à universidade. A UFBA, por outro lado, uma instituição que carrega uma trajetória longa e possui uma história marcante no campo arte e da cultura na Bahia, com criação dos primeiros cursos de Artes do Brasil, tem como desafio reconstruir essa identidade vanguardista, assim como encontrar mecanismos de projeção e circulação da sua produção a partir de circuitos culturais, projetos que ultrapassem a barreira dos cursos de Arte, se reconstruindo e conectada de modo sinérgico.

O entendimento sobre a elaboração dos planos também diverge. A UFBA alega ter feito um plano que realmente fosse um programa capaz de articular ações culturais sem se debruçar pelo financiamento de projetos já existentes, gerando uma crítica à forma como a UFRB lidou com a questão. Porém, efetivamente, ambas as instituições tinham consciência de que, com o curto prazo que se tinha para elaborar a proposta do edital, não seria possível a construção de um plano de cultura para universidade, especialmente porque os campos de diálogos foram reduzidos, tanto que, em ambas as propostas, havia uma instância que iria proporcionar a ampliação e reconfiguração das ações. Porém, a forma pela qual optaram por realizar a proposta independe disso, e a UFBA se manteve firme na proposta.

O que enfraquece a discussão, do ponto de vista geral, é a falta de mapeamento das ações culturais desenvolvidas na universidade, pois é notório que as universidades já desenvolvem relevantes ações culturais.

5.3.3 Gestão de cultura e arte na universidade: desafios e obstáculos

Neste item, os relatos nos conduzirão a uma leitura do ponto de vista da gestão cultural dentro da universidade, das reflexões potenciais que esse lugar evoca, das dificuldades encontradas, não muito diferente da realidade da cultura, o que reflete em

um pensamento genérico, seja nos locais de produção intelectual ou nas instâncias deliberativas de poder.

Para além das problemáticas relacionadas à falta de reconhecimento enquanto um agente ativo de desenvolvimento, mas também de preconceitos, a própria operacionalização da cultura e da arte se mostra como obstáculo na estrutura legislativa das instâncias públicas, seja por causa das suas especificidades, do distanciamento em relação aos seus meios de produção, ou pela visão distorcida de que a produção cultural se esgota na inspiração e amor – sendo que ela necessita de infraestrutura e condições propícias de execução.

Jarbas Jacomé relembrou uma ação na cena do *hip-hop* em Nova York sobre um movimento de DJs que se expandiu a partir do roubo de picapes, para evidenciar como a falta de equipamentos é fator limitante dos processos artísticos, derrubando o argumento de paternalismo quando são investidos recurso na universidade.

Então, a primeira grande coisa que precisaríamos é equipamento. Esses equipamentos todos demandam – ou alguns deles demandam – equipe. Por exemplo, precisamos de equipe para montar o palco aberto, mas não tem funcionários na UFBA que podem montar um palco, porque não tem essa categoria de montador no conjunto de servidores e de técnicos terceirizados. Então, nenhum porteiro ou moço da limpeza pode ser usado para montar alguma coisa [...] Hoje, montamos com os nossos colegas, professores, nossos estudantes, bolsistas [...] Quando a gente tem que fazer, senão é a empresa que temos que contratar para fazer. O que o recurso de fora asseguraria seria um conjunto de infraestruturas mais sofisticada do que a gente dispõe para fazer a sofisticação do que a gente desejava fazer. Mas o que julgamos que era possível fazer, por exemplo, as ações todas que foram previstas no plano, muitas delas já estão em curso, como os palcos abertos, os eventos estudantis... Incluindo estudantes, servidores, que nunca foram incluídos [...]. (Fabiana Britto)

Quando questionados sobre a possibilidade de executar do plano de cultura dentro do planejamento orçamentário da universidade, Jarbas Jacomé sinalizou que não existe um plano de ações de cultura da universidade independentemente do edital.

Há uma preocupação da Administração Central com o tema da cultura na universidade; porém, não uma dotação orçamentária que contribua para a viabilidade de ações da Coordenadoria de Cultura e Universidade. (Daniela Matos)

Daniele Canedo disse:

Eu, pessoalmente, sou contra a realização desse plano sem recurso, porque a extensão na universidade já é realizada sem recurso. Existe uma abertura na instituição, os professores conseguem bolsas para a pesquisa, mas, para as ações, faltam recursos. Assim, não podemos continuar tirando dinheiro do bolso para a construção/efetivação dos projetos. Temos que discutir a necessidade/importância desse orçamento do edital disponibilizado pela MinC para as universidades.

Para Fabiana Britto:

A primeira grande limitação é que grande parte do orçamento da Pró-reitoria de Extensão é usado para pagamento de bolsas e auxílios, ou seja, o maior volume dos nossos recursos. A outra parte dos recursos é gasta com o que a gente chama de fomento de ações específicas – por exemplo, um edital que a gente faz para professor que, além de oferecer a ele um bolsista, recebe um recurso X para, digamos, material gráfico e etc. Outro tanto de coisas são contratos que a gente faz com empresas, para prestar. Vai fazer o palco aberto e precisa montar um palco, então se contrata esse serviço. Este é o primeiro ponto que não tivemos condição de fazer, por causa do dinheiro do plano de cultura, pois estava previsto que a gente comprasse com o dinheiro do plano de cultura o palco móvel e tudo que era básico que a gente precisaria, tipo caixa de som com microfone, projeto, equipamentos básicos, que, uma vez tendo, podemos emprestar para todo mundo usar nas atividades de todos.

Assim como na UFBA, na UFRB, a distribuição dos recursos da Proext destinados ao apoio de projetos acontecia de modo não formalizado . No caso da UFBA, a gestão de Fabiana organizou e, no caso da UFRB, a gestão do professor Cláudio Manoel formalizou em editais um procedimento que era feito informalmente.

Criamos, em 2015, o Programa de Apoio à Extensão. Esse programa é um ponto importante a esclarecer... Elaborar o plano de cultura foi um pretexto, uma oportunidade para olharmos para tudo que a Pró-reitoria de Extensão fazia e juntar uma coisa com a outra, porque uma coisa que não conseguíamos entender era o entendimento de que uma Pró-reitoria de Extensão ela trata de extensão de um jeito e de cultura de outro jeito. É claro que cultura e arte têm suas especificidades que demandam coisas que a extensão não demanda, mas têm muitas similaridades, muitas coisas que são importantes que sejam mantidas juntas. Por exemplo, é da natureza de uma ação extensionista por definição ser experimental, sempre! Uma ação extensionista não tem um modelo próprio prévio, não tem uma metodologia pronta. A ação extensionista é aquela que vai fazer com pessoas, então depende das pessoas que você vai conhecer, depende de como será o encontro. (Fabiana Britto)

Para Jarbas Jacomé, o maior obstáculo para implementação de uma política cultural perpassa pela consciência política, dimensão cidadã e inclusiva dos processos culturais e também pela autocrítica dos professores em relação aos seus privilégios. Para um projeto de cultura ser bem-sucedido, é importante haver construção de conhecimento junto com as pessoas do entorno de onde a universidade está atuando. Deve-se olhar o que a comunidade já faz e o seu estilo de vida.

É legal você fazer essa pesquisa agora, porque é um momento bom para nós voltarmos a conversar sobre isso, sobre o que queremos... Uma questão de dignidade, porque, mesmo estando nesse momento político, um dia vai mudar de novo. A humanidade tem essa dinâmica; então, termos um momento como esse é importante para reavivar sonhos, pode ser um momento também de ter tempo, prazo para planejar. É legal o que a gestão aqui está fazendo de planejamento estratégico. Acho que esse ano é um bom momento para isso, uma vez que não temos dinheiro, então temos que pensar, pelo menos, ler, estudar e planejar. Garantir os direitos dos estatutos, porque, se a universidade for sucateando, então que a gente agora garanta, nas instâncias de poder, que os estatutos continuem garantindo os direitos de pessoas com menos condições estruturais, que não têm condição acadêmica herdada. (Jarbas Jacomé)

Essa universidade tem uma dívida histórica com essa população e, por assim, nós temos uma responsabilidade muito grande com isso. Nós recebemos as primeiras pessoas da família a entrar na universidade, então é muito diferente estar aqui, estar na UFBA, estar na UFMG [Universidade Federal de Minas Gerais], estar na UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Eu, como parte de um corpo, sinto que tenho um papel muito significativo no desenvolvimento desse território. Se eu acredito que essa instituição tem um papel significativo para o desenvolvimento do território e vindo de uma formação em comunicação e cultura, eu considero que a cultura tem um papel estratégico de desenvolvimento no território: trazer o pensamento da cultura para a universidade, para ela se pensar enquanto um ator cultural, é potencializar essa compreensão que, a cultura, ela deve ser vista não como mercado, não como arte clássica, belas artes, mas deve ser vista como um espaço de produção dos sujeitos, que têm uma dimensão cidadã, dimensão econômica, uma dimensão simbólica. A partir dessa compreensão, fazer com que a universidade se veja como um ator ainda mais importante para o desenvolvimento desse território.

Sendo que a universidade tem que se colocar em um lugar de diálogo, e não de superioridade, porque ela também não chegou para resolver todos os problemas da comunidade. A gente tem que trazer um conhecimento que possa ser útil em articulação com outro tipo de conhecimento, e aí eu acho que o plano de cultura pode ajudar a universidade se ver nesse lugar estratégico e também repensar suas práticas. Por ser uma instituição hierárquica, ocidental, iluminista, ela foi criada desse modo e refazê-la é um processo longo, embora estejamos tentando a partir de uma escuta qualificada desses saberes outros. (Daniela Matos)

A política pública, retratada pela especificidade da cultura e, portanto, sendo reconhecida enquanto política cultural, visa a equidade e inibe a identificação do sujeito apenas por meio da meritocracia. Ou seja, torna-se uma via propulsora para a mudança da consciência que funda a universidade tradicional, elitista e positivista.

5.3.4 Avaliações sobre o *Edital Mais Cultura nas Universidades*

Para fins de entendimento, o edital previa dispor de um recurso financeiro para as 18 primeiras colocadas, sendo que apenas as 9 primeiras colocadas chegaram a receber a primeira parcela do recurso, uma vez que o PMCU, assim como o edital, perdeu continuidade após a troca de gestão do Ministério mediante a grave crise política instaurada após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

A UFRB ficou entre as contempladas para ganhar o recurso financeiro, embora não tenha recebido. Já a UFBA, embora tenha tido sua proposta aprovada, não ficou na classificação para receber o repasse.

A escolha dessas universidades para a pesquisa de campo foi proposital, uma vez que interessava saber como elas se sentiam após o estímulo provocado pelo edital, assim como as experiências dessas universidades e a possibilidade de dar conta da execução do plano de cultura sem considerar o recurso do edital.

Para além da descontinuidade do projeto, não é consensual a importância do programa, especialmente pela forma como o edital se estruturou e chegou até as universidades. Alguns criticam o prazo que foi dado para a elaboração do plano, sobretudo porque um plano cultural para uma universidade não poderia ser feito em meses. Outros criticam o modelo padrão que o edital tomou como política cultural e a instituição que não se adequasse a esse padrão seria eliminada, subtraindo, desse modo, um dos elementos-chave de criação, que é a ideia de participação, e encerrando o espaço de diálogo entre os órgãos propositivos da ação e as instituições federais.

Tivemos o cuidado de não achar que estávamos fazendo um plano de cultura, porque nós sabemos no que um plano desse cabedal compreende, sabemos que o plano de cultura é um instrumento de política pública que está previsto dentro do sistema nacional de cultura, que está previsto na Constituição Federal de 1988 como uma ferramenta de participação social. Se o MinC e MEC chamaram de plano de cultura, em minha opinião, eles utilizaram a nomenclatura de forma equivocada, porque, para ser um plano de cultura, você precisa ter a garantia dos espaços de participação. Como gestora, acho que o grande desafio, se tivéssemos ganhado o recurso para implementar, ia ser fazer o que a pretendíamos, que é uma gestão coletiva, participativa, a instalação desse fórum com vista ao desenvolvimento de um plano de cultura. (Daniela Matos)

Inclusive, é uma parte crítica das entrevistas, bem divergente das que foram coletadas, pois Fabiana Britto tem um posicionamento questionador e contundente por considerar inadmissível fazer um plano de cultura de acordo com o desenho e formato proposto pelo MinC e MEC, que vinha de uma concepção de plano que o Governo Federal tinha.

Essa é a minha crítica particular sobre o assunto. Eu entendo que aquele formulário e aquela forma de fazer era muito indutora para um determinado tipo de conceito de cultura, entendimento de cultura e de arte que atendia a uma necessidade de gestão administrativa central, a mais superior, a federal. Mas, entre outras coisas, o que a gente entendeu também é que não era só o formato do plano que eles queriam que fosse exatamente no modelo que eles entendem e fazem plano de cultura, mas eles não estavam nem um pouco dispostos a encontrar um outro tipo de formato que eles tivessem que ajustar e adequar para poder lidar depois com o controle e o acompanhamento que eles teriam que fazer.

Isso é uma das coisas mais execráveis que o Ministério fez: analisar o mérito da forma de cada universidade gerir e pensar o seu próprio projeto de cultura. Isso, eu acho um absurdo. Então, quanto a isso não perdemos nada.

Porque nós continuamos fazendo nosso entendimento de cultura, nossas articulações com tudo que precisa. Agora, na hora que você não tem o plano de cultura aprovado por eles, fecham-se os canais de interlocução do Ministério da Cultura com a arte e cultura da sua universidade, encerrando a comunicação, passando a ter olhos apenas para as universidades que ganharam. Isso, para mim, é uma ideia muito estreita, restritiva e equivocada de gestão de cultura federal. O que estamos vendo é uma reprodução de modelinhos de cultura, todos iguais.

Eu perguntaria: qual é a ideia do Ministério? É unificar e homogeneizar uma única ideia de cultura financiada pelo Ministério? Por que que os outros que não receberam não tem nenhum canal de comunicação com vocês? Inclusive, de solicitar apoio para alguma ação específica, se vocês têm uma linha de apoio a cultura e arte da universidade. O edital é uma das formas – não pode ser a única, pois você elimina a interlocução. Juana Nunes não teve a menor capacidade de responder, encerrou o assunto, ficou enfurecida, pois eles estavam no auge por criarem essa porcaria. E falo com maior indignação. E eu não era a única que discordava. (Fabiana Britto)

A crítica feita por Leonardo Costa perpassa especialmente pelo processo confuso de avaliação das propostas. Ele critica a participação de pró-reitores no processo de avaliação, evidenciando um equívoco do processo. Ele fez uma provocativa a Juana Nunes no Enecult que ocorreu em 2015.

[...] quando a gente recebeu o convite aqui na UFBA para indicar alguém, a gente indicou alguém representativo na área, não alguém que participou da elaboração do plano... Indicamos pessoas que trabalham com gestão da cultura, com políticas culturais, pessoas que trabalham na área, para evitar qualquer tipo de beneficiamento. (Leonardo Costa)

O especialista em políticas culturais, Albino Rubim, em entrevista concedida à pesquisa, fez uma avaliação sobre o PMCU e disse:

Penso que o Programa Mais Cultura nas Universidades como também o Mais Cultura nas Escolas foram os primeiros passos para um reencontro mais que necessário entre cultura e educação o Brasil. As universidades têm um papel educacional e cultural essenciais no mundo e no Brasil. O Mais Cultura nas Universidades começou a estimular este diálogo. Ele é fundamental. Tem que ser retomado e ampliado. Isto vai ter efeitos enormes sobre as universidades e sobre a cultura no Brasil. Só acho que ele, na sua primeira versão, não deveria ter pretendido apoiar atividades culturais específicas, mas deveria ter sido voltado para estimular as universidades a elaborarem cuidadosa e participativamente seus planos de cultura. Essencial que as universidades tenham excelentes planos de cultura e que eles dialoguem com o Plano Nacional de Cultura vigente no Brasil (2010-2020) e o reforcem.

Também complementa a reflexão:

As universidades têm um papel fundamental da formação técnico-profissional, na formação científica e na formação cultural das pessoas na sociedade contemporânea. Elas, em geral, possuem políticas de formação – graduada ou pós-graduada – e políticas científicas, para desenvolver pesquisas e formar pesquisadores. Mas a área da formação cultural tem sido realizada na maioria das universidades, inclusive brasileiras, sem uma política que dê conta de conceber e realizar a formação cultural de modo mais articulado, continuado e sistemático. Ou seja, este relevante papel cultural das universidades tem sido desenvolvido de modo desordenado, o que fragiliza e tira potência desta formação. Vital que as universidades reconheçam a importância da formação cultural que fazem e a organizem melhor para potencializar sua atuação na área.

Os antecedentes históricos da UFBA nos mostram que pouco havia sido feito em termos de popularização da instituição, tendo uma trajetória distante da cultura popular. Com a análise dos planos e especialmente das entrevistas, é possível ver o interesse da gestão no que tange à efetivação de um pensamento de participação democrática, no qual as resoluções sejam frutos de fóruns de debates, gerando atravessamentos que promovam modificações consistentes. Portanto, uma das ações implementadas pela UFBA pós-elaboração do plano de cultura foi o Fórum Permanente de Artes e Tradições Populares (Forpop), sendo um ambiente de interlocução com os saberes populares e tradicionais.

A primeira ação do Forpop foi a publicação de um edital de ACCS em que estudantes e professores da UFBA, em uma relação com grupos da sociedade, desenvolvem ações de extensão no âmbito da criação, tecnologia e inovação. Tem por linhas de atuação ações nas quais mestres(as) das Artes e Tradições Populares colaboram em atividades como oficinas, vivências, rodas de conversa, entre outras, assim como a realização de cursos com temas relacionados aos saberes e fazeres consolidados pelas tradições populares, bem como prevê a homenagem desses mestres e dessas mestras.

A UFRB, por sua vez, trabalha na elaboração de um plano de cultura da instituição independentemente do edital. Sua fragmentação territorial aponta para um desafio à gestão da instituição, que é a manutenção da qualidade em todos os centros de estudo, ou seja, assegurar um trabalho consistente com a proposta institucional em diálogo com os diversos perfis socioculturais.

Tomando como norte o conceito ampliado de cultura, a universidade se torna um ator cultural de extrema relevância no cenário em que se encontra. Portanto, discutir a formação no ensino superior a partir da dimensão cultural, tendo como instrumentos emancipatórios a gestão e a política cultural estruturada no ambiente universitário, possibilita pensar aspectos para além do técnico-científico, reconfigurando o papel da universidade, bem como negociando com as crises que lhe afligem.

Os estudos culturais destacam a cultura como elemento ativo da estrutura social; logo, pensar a cultura nesses aspectos é pensar uma transformação social. Portanto,

as políticas culturais se estruturam enquanto instrumentos práticos para essa transformação; todavia, essas mudanças não estão isentas de disputa de poder no campo simbólico. Ao mesmo tempo em que a arte te convoca a sair da realidade, te possibilita experiências do sonhar acordado, assim como ensina, provoca medo e desperta curiosidade para o senso crítico, desde que essa arte te envolva e estimule a criatividade e participação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certa feita, um professor me disse: “mais importante que encontrar respostas, importa fazer boas perguntas”. Isso reverbera de maneira processual na medida em que a investigação decorre, já que, despretensiosamente, identificamos padrões de comportamento resultantes de um processo histórico e contextual que enlaça a vida dos envolvidos. E antes de aventurar-se a encontrar soluções concretas, pragmáticas, que pressuponham uma ânsia em contribuir com a mudança do mundo, nos deparamos com uma realidade rígida, quase estática, que sucumbe às nossas expectativas, uma vez que a pesquisa nas ciências, especialmente nas humanas, não se dispõe a obter resultados definitivos, mas, antes de tudo, aponta para diagnósticos.

Esta pesquisa evidencia o quanto precisamos caminhar no fortalecimento de uma experiência democrática e participativa concreta. Por mais obsoleta que possa parecer, consideramos a democracia como a experiência mais próxima, com vistas a gerar e tornar possível a garantia de instâncias representativas de um bem coletivo.

Falar de cultura é falar de cidadania.

Falar de cultura é falar de fome, de desigualdades, de conflitos, para além de questões que afligem as liberdades de expressão.

Falar de cultura é falar de possibilidades para garantia de processos de inclusão cidadã e democrática.

Falar de cultura é falar de autonomia, é falar de diversidade. E em se tratando disso, como garantir processos democráticos e representativos de uma diversidade gigante de desejos e expectativas a partir da realidade que nos atingem?

Portanto, governar é estabelecer prioridades – não as personalistas, mas é adquirir a sensibilidade para lidar com demandas emergentes advindas também da mobilização popular, assim como reconhecer a importância de processos participativos e inclusivos e compreender a relevância de todos os atores envolvidos na formulação de políticas públicas.

Dito isso, o ciclo de políticas públicas nos permite interpretar o funcionamento das ações de governo e entender como se operacionaliza a formação de uma agenda – uma vez que é gerido pelo processo político através de instâncias representativas do

Estado que envolvem repartições como a presidência, o legislativo, ministérios, partidos políticos, especialistas e mídia, com o objetivo de formular programas e projetos que visem o atendimento às demandas de ordem circunstancial ou emergencial. Portanto, é evidente a pertinência de vários atores sociais nesses processos deliberativos.

Também é necessário salientar a participação das redes sociais como fator passível de representatividade, pois, embora aparentemente se enquadre como uma atuação passiva, cada vez mais é possível visualizar o engajamento virtual e sua significância no processo de mobilização *on-line*.

A partir da construção dessa narrativa, se entendermos que as escolas se apresentam como os únicos equipamentos culturais de muitas cidades do Brasil – pois é perceptível o quão nociva se torna a concentração de recursos, equipamentos e formação nas grandes capitais –, logo, o ambiente educativo escolar se torna uma potência para promoção de articulações territoriais, enfrentamentos aos conflitos culturais e emancipação dos estudantes a partir do estímulo de um despertar crítico.

Diante dessa reflexão, o cenário que existia no Brasil entre 2014 e 2016 era favorável para implantação do Programa Mais Cultura nas Escolas e, posteriormente, o Mais Cultura nas Universidades. Como a implantação de equipamentos culturais se torna uma realidade exequível mais distante, requer um longo planejamento, infraestrutura, dotação orçamentária, dentre outros recursos operacionais, as escolas, bem como as universidades, se tornam aliados e agentes importantes de transformação, enquanto não se tem as condições necessárias para uma ampliação instrumental do campo da cultura.

Em primeira instância, as escolas e universidades cumprem o papel de formação e desenvolvimento de competências culturais, assim como são capazes de replicar experiências. Esse papel que aparenta ser inerente às instituições de ensino é fortalecido se ocorrer um estreitamento das relações educacionais e culturais, como previa esse reencontro mais que necessário entre o MinC e o MEC.

Portanto, a mudança na agenda política-cultural possibilitou a garantia dos direitos culturais, ora respaldados pela Constituição Federal de 1988 e dentro de um pensamento que valorizava as discussões travadas pela Unesco e as Conferências

Mundiais de Ensino Superior, em diálogo estreito com o cenário internacional, subsidiando, dessa forma, a atuação estruturada dos ministérios em diversas frentes.

A equipe técnica do MinC e MEC era composta de especialistas, teóricos e pesquisadores capazes de subsidiar e orientar nas decisões a serem tomadas. E o PMCU permitia que uma agenda nacional se multiplicasse a partir do envolvimento de outros autores que anteriormente não eram considerados no processo de políticas culturais, como, no caso, as universidades.

Especificamente na Bahia, o quadro administrativo da máquina pública que geria a Secretaria de Cultura permitia e fortalecia esse estímulo no que tange à expansão da formação no campo da cultura, além do fortalecimento da autonomia do campo das artes e o interesse pela manutenção de equipamentos culturais independentes.

Sobre as condições que as universidades dispõem, pode-se dizer que ambas as instituições têm competências técnicas para elaborar o planejamento e gerenciamento de políticas de cunho cultural e artístico dentro da universidade. Existe também uma infraestrutura básica para tal desenvolvimento; porém, as problemáticas nas quais se esbarram dizem respeito à dotação orçamentária inexistente para executar atividades finalística, restritas basicamente ao gasto de pessoal. Também detectou-se a precariedade na estrutura burocrática para contratação de equipe especializada para a área de engenharia de espetáculos.

Quanto às diretrizes institucionais, atualmente, a gestão da UFBA parte do entendimento de que é necessário valorizar esse aspecto, promovendo uma articulação efetiva entre educação, cultura e arte. Contudo, esse desempenho limita-se a um pensamento de gestão. Portanto, é preciso garantir bases legais para continuidade de uma atuação sistemática.

Por sua vez, na UFRB, a cultura tem uma representatividade dentro do quadro organizacional, tendo uma coordenadoria vinculada à pró-reitora de Extensão, assim como existe um diálogo outros colaboradores, como foi o caso do comitê formado à parte da Proext para elaboração o plano de cultura, ou seja, aceitando o auxílio de especialistas na área.

Porém, as universidades em si carecem de uma gestão integrada que não se restrinja às atividades desenvolvidas pelas Proext ou dos resultados dos seus cursos de artes.

Considera-se que foram cumpridos os objetivos propostos no início da pesquisa, uma vez que foram verificadas a repercussão e a recepção do *Edital Mais Cultura nas Universidades*, bem como a comparação no processo de análise dos planos de cultura da UFBA e UFRB, na qual afirmamos como as trajetórias institucionais de cada universidade lhes impuseram atuações distintas na condução e elaboração das propostas. E dentre os principais impasses para implementação de fato do PMCU, para além da crise política, que concretamente encerrou uma ação inovadora e frutífera e o caráter limitativo dos projetos devido aos formulários que demarcava um número máximo de páginas, nos deparamos com a contradição solicitada no edital quanto a um duplo pedido: o estímulo para as universidades criarem planos de cultura, mas paralelo ao desenvolvimento de plano de atividades culturais, ou seja, gerando uma experiência competitiva e incompleta dos planos.

Especialmente quando a universidade se estrutura sob uma orientação conceitual pautada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é preciso pensar na interferência dessa instituição nas dinâmicas culturais locais, em especial quando se tem a ampliação do número de vagas nas universidades federais brasileiras, por exemplo.

Reflexões no campo das políticas culturais são necessárias dentro da universidade, porque essa instituição secular urge a se reconhecer enquanto um equipamento cultural de usufruto de todos, especialmente no que diz respeito às universidades públicas.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Rita de Cássia. Itinerários da universidade no Brasil. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas. **A ousadia da criação**: universidade e cultura. Salvador: EDUFBA, 2016. p.13-44.

ARRUDA, Carmen Lúcia Rodrigues. Política cultural para o ensino superior: considerações sobre Brasil, Colômbia e França. In: ENCONTROS DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 12., 2016, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2016.

BARBALHO, Alexandre. A política cultural segundo Celso Furtado. In: BARBALHO, Alexandre et al. (Org.). **Cultura e desenvolvimento**: perspectivas políticas e econômicas. Salvador: EDUFBA, 2011a. p. 109-128.

BARBALHO, Alexandre et al. (Org.). **Cultura e desenvolvimento**: perspectivas políticas e econômicas. Salvador: EDUFBA, 2011. (Coleção Cult).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 1 jan. 2016.

BRASIL. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 dez. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm>. Acesso em: 5 mar. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Interministerial nº 18, de 18 de dezembro de 2013. Institui o Programa Mais Cultura nas Universidades e o Fórum Nacional de Formação e Inovação em Arte e Cultura. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 dez. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação; Ministério da Cultura. **Edital Mais Cultura Nas Universidades**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1171222/Edital+Mais+Cultura+nas+Universidades+_07out.pdf/ce8f8635-5fdc-4eb9-a96c-672fad5129a6>. Acesso em: 15 out. 2017.

BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. Tradução de Celso Castro. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CALABRE, Lia. Notas sobre os rumos das políticas culturais no Brasil nos anos 2011-2014. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia (Org.). **Políticas culturais no governo Dilma**. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 33-48. (Coleção Cult).

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Direitos culturais**: como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro. Brasília, DF: Brasília Jurídica, 2000.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. Integração de políticas culturais: entre as ideias de aliança e sistema. In: CALABRE, Lia (Org.). **Políticas culturais**: teoria e práxis. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

EAGLETON, Terry. Rumo a uma cultura comum. In: EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003. p. 159-184.

ENCICLOPÉDIA INTERCOM de comunicação. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. v. 1: Conceitos.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. **Definiciones en transición**. Buenos Aires: CLACSO, 2001a.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. **Latino-americanos à procura de um lugar neste século**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. La mejor política cultural es la que no existe? **Reforma Cultura**, Cidade do México, 19 nov. 2003. Disponível em: http://www.buenosaires.gov.ar/areas/produccion/industrias/observatorio/documentos/mejor_politica_cultural.doc. Acesso em: 1 nov. 2018.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. Políticas culturales y crisis de desarrollo: um balance latino-americano. In: GARCÍA CANCLINI, Néstor. (Ed.). **Políticas culturales en América Latina**. México: Grijalbo, 1987. p. 13-15.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. Por qué legislar en industrias. **Nueva Sociedad**, San José, n. 175, p. 60-69, sept./oct. 2001b.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997. Disponível em: <www.ufrgs.br/neccso/word/texto_stuart_centralidadecultura.doc>. Acesso em: 05 de jun. de 2016.

HOFLING, Heloísa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov.2001.

INEP. **Mapa do Analfabetismo no Brasil**. Brasília, DF, [200-]. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3>>. Acesso em: 1 maio. 2017.

IBERMEDIA. Programa. Disponível em: <<http://www.programaibermedia.com/pt/>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

KINKO, Maria Dalva. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo v. 15, n. 4, p. 3-12, out./dez. 2001.

LIV, Sovik (Org.). **Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Tradução de Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília, DF: Ed. UFMG: UNESCO, 2003.

LOGOS. Sobre. Disponível em: <<http://www.redelogos.com.br/sobre>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

LUBISCO, Nídia Maria Linenert; VIEIRA, SÔNIA CHAGAS. **Manual de estilo acadêmico: trabalho de conclusão de curso, dissertações e teses**. 5. ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA, 2013.

MACHADO, Bernardo Novais da Mata. Os direitos culturais na constituição brasileira: uma análise conceitual e política. In: CALABRE, Lia. (Org.). **Políticas culturais: teoria e práxis**. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. p. 104-117. (Coleção Cult).

MACHADO, Bernardo Novais da Mata. **Direitos humanos e direitos culturais**. São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://issuu.com/centrodepesquisaeformacao/docs/direitos-humanos-e-direitos-cultura>>. Acesso em: 15 de mar. 2017.

MACIEL, Lucas Ramalho. Política nacional de extensão: perspectivas para a universidade brasileira. **Participação**, Brasília, DF, n. 18, p. 17-27, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/5968/4940>>. Acesso em: 10 jan. de 2018.

MARQUES, Tainana Andrade. **Universidade e cultura: o consumo cultural dos estudantes do bacharelado interdisciplinar da UFBA**. 2013. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade De Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://www.facom.ufba.br/portal2017/upload/tcc/TCC-FINAL_TAINANA_ANDRADE.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2018.

MICELI, S. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

MIGUEL, J. **Organograma da PROEXT, conforme Regimento Interno da Reitoria (2013)**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <siatex@ufba.br>. Acesso em: 15 ago. 2018.

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.). **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: EDUFBA, 2007. (Coleção Cult).

ONU. Consejo Ejecutivo. **154ª reunión. Preparacion de la conferencia mundial sobre la enseñanza superior**. Paris, 2 abr. 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001112/111282s.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

PERKINS, H. History of Universities. In: FOREST, James; ALTBACH, P. (Ed.). **International Handbook of Higher Education**. Dordrecht: Springer, 2006. p. 159-206.

READINGS, Bill. **Universidade Sem Cultura?** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

REIS, Paula Félix. Política cultural no Brasil: análise do sistema e do Plano Nacional de Cultura. In: BARBALHO, Alexandre et al. (Org.). **Cultura e desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas**. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 175-201. (Coleção Cult).

RISÉRIO, Antônio. **Avant-Garde na Bahia**. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1995.

ROCHA, Enid. **A constituição cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios**. In: VAZ, Flávio Tonelli; MUSSE, Juliano Sander; SANTOS, Rodolfo Fonseca dos. (Coord.). **20 anos da constituição cidadã: avaliação e desafio da seguridade social**. Brasília, DF: ANFIP, 2008. p. 131-148.

ROSA, Chaiane de Medeiros. Marcos Legais e a Educação Superior no Século XXI. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 8, n. 3, p. 236-250, 2014.

ROSA, Flávia Goulart Mota Garcia. **A disseminação da produção científica da Universidade Federal da Bahia através da implantação do seu repositório institucional: uma política de acesso aberto**. 2011. 242 f. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

RUBIM, Antonio Albino Canelas (Coord.). **A ousadia da criação: universidade e cultura**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2016.

RUBIM, Antônio Canelas Rubim; BARBALHO, Alexandre (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. (Coleção Cult).

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O estado, a sociedade e as políticas sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 23, p. 13-74, set. 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar. **A universidade no século XXI**: para uma universidade nova. Coimbra: Almedina; 2008.

SANTOS, Fernando; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A quarta missão da Universidade**: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento. Brasília, DF: Ed. UnB; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. Crises da universidade e responsabilidade social, **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 211-226, out./dez. 2015. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/RIESup>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

UNESCO. **Declaração Mundial Sobre a Educação Superior no Século XXI**: visão e ação. *Conferência Mundial sobre Educação Superior, Paris*, 9 out. 1998. Não paginado. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB. **A UFRB**. [200-]. Disponível em: <<https://ufrb.edu.br/portal/a-ufrb>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB. **Estrutura Organizacional**. Disponível em: <<https://ufrb.edu.br/portal/institucional/40-lei-de-acesso-a-informacao/88-estrutura-organizacional>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – UFRB. **Organograma**. [200-?]. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/proext/a-pro-reitoria/organograma>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA. Pró-reitora de extensão. **I Fórum Universidade Pensa o Brasil**: universidade, arte e cultura. Salvador, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB. **Competências.** Cruz das Almas, [20--]. Disponível em: < <https://ufrb.edu.br/portal/institucional/40-lei-de-acesso-a-informacao/90-competencias>>. Acesso em: 3 mar. 2018.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura.** São Paulo: Paz Terra, 1992.

APÊNDICE A – Guia de perguntas das entrevistas

GUIA DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS GESTORES DA PROPOSTA DE PLANO DE CULTURA
1. Qual a importância de um programa como o Mais Cultura para as universidades?
2. Como foi a reação da universidade e dos gestores quanto ao lançamento do Edital Mais Cultura nas Universidades;
3. Quais foram às motivações iniciais para a elaboração do plano?
4. O que você entende por cultura?
5. E política cultural?
6. Quais foram às políticas públicas de educação e de cultura adotadas para guiar a proposta?
7. Quais foram os eixos temáticos escolhidos para compor a proposta? Por quê?
8. O que não pode faltar em uma política pública de cultura para a universidade?
9. Quais são os setores responsáveis por cultura nesta instituição? (A depender da resposta, ponderar sobre a pergunta 16).
10. Houve participação coletiva na construção dos planos, envolvendo o corpo docente, discente e técnico-administrativo?
11. Foi composta uma equipe de trabalho para se dedicar ao edital. Como se constituiu o grupo de trabalho? Ocorreu algum tipo de seleção?
12. O edital prevê que a proposta seja debatida e aprovada nos colegiados deliberativos da instituição e nas instâncias representativas de cada segmento. Vocês conseguiram promover essa interação?
13. Houve mais de uma proposta apresentada dentro da universidade? Como se deu essa gestão, ela foi incorporada ao projeto geral?
14. Houve algum direcionamento por parte das instâncias superiores (reitores) da universidade?
15. Há uma preocupação institucional quanto ao fortalecimento de espaços

culturais na universidade? Como acontece a gestão desses espaços?
16. Qual o entendimento da Extensão para o desenvolvimento artístico-cultural na universidade para a sociedade? É possível dar conta dessa dimensão sem considerar o recurso do edital? (UFBA)
17. Houve o repasse do recurso? Em caso negativo, qual o posicionamento do MinC e MEC?
18. A universidade (UFRB e UFBA) possui condições de pautar a execução do plano de cultura dentro do planejamento orçamentário da universidade?
19. Qual maior obstáculo para a implementação de um plano de cultura na universidade (*além da questão orçamentária)?
20. Por favor, me contem o que cada um achou pessoalmente do plano de cultura, aspectos positivos e negativos.
Obs.: A proposta envolveu todas as unidades da UFRB?

PERGUNTAS PARA O ESPECIALISTA EM POLÍTICA CULTURAL
1. Você considera importante pensar políticas culturais para instituições públicas de ensino superior?
2. Quais as condições que as universidades federais dispõem para criar políticas culturais ou planos de ações continuadas e sistemáticas?
3. Existem diretrizes para a gestão cultural em universidades públicas? É possível citar exemplos?
4. No caso da UFBA, poderíamos dizer que a gestão cultural é feita pela pró-reitoria de extensão?
5. Quais seriam os obstáculos para a implementação de uma política cultural na universidade?
6. O CULT desenvolve pesquisas teóricas extremamente relevantes para o campo da cultura e da política cultural, bem como a realização do importantíssimo Enecult. Mas há alguma articulação do CULT com a gestão da UFBA na proposição de uma política cultural para a universidade - em prol de uma atuação mais estruturada e sistematizada das suas ações?
7. Considerando a discussão da cultura uma importante contribuição para a reinvenção da universidade, como você visualiza esse cenário?
8. Por favor, conte-me o que achou pessoalmente do Programa Mais Cultura nas Universidades.

APÊNDICE B – Termos de Consentimento Livre e Esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado Programa Mais Cultura nas Universidades: Pertinência e importância para a formulação de políticas culturais em universidades federais desenvolvida por Tainana Andrade Marques discente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares vinculado ao Instituto de Humanidades, Artes & Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia (EISU-IHAC-UFBA).

Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Flavia Goulart Mota Garcia Rosa a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do ou e-mail fflaviagoulartroza@gmail.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é analisar de maneira comparativa como se deu o processo de formulação e implementação dos planos de cultura desenvolvidos a partir do Edital Mais Cultura nas Universidades em duas universidades federais da Bahia, a saber, a Universidade Federal da Bahia e a Universidade Federal do Recôncavo.

Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Minha colaboração se fará de forma _____, por meio de entrevista semiestruturada, a ser gravada a partir da assinatura desta

autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou seu(s) orientador(es).

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Cachoeira, 03 de agosto de 2017

Assinatura do (a) participante: Daciele Abreu Ramos

Assinatura da pesquisadora: _____



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado Programa Mais Cultura nas Universidades: Pertinência e importância para a formulação de políticas culturais em universidades federais desenvolvida por Tainana Andrade Marques discente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares vinculado ao Instituto de Humanidades, Artes & Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia (EISU-IHAC-UFBA).

Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Flavia Goulart Mota Garcia Rosa a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do ou e-mail fflaviagoulartroza@gmail.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é analisar de maneira comparativa como se deu o processo de formulação e implementação dos planos de cultura desenvolvidos a partir do Edital Mais Cultura nas Universidades em duas universidades federais da Bahia, a saber, a Universidade Federal da Bahia e a Universidade Federal do Recôncavo.

Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Minha colaboração se fará de forma pública, por meio de entrevista semiestruturada, a ser gravada a partir da assinatura desta

autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou seu(s) orientador(es).

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Cachoeira, 03 de agosto de 2017

Assinatura do (a) participante: Roberto Zótem de Oliveira

Assinatura da pesquisadora: _____



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado Programa Mais Cultura nas Universidades: Pertinência e importância para a formulação de políticas culturais em universidades federais desenvolvida por Tainana Andrade Marques discente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares vinculado ao Instituto de Humanidades, Artes & Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia (EISU-IHAC-UFBA).

Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Flavia Goulart Mota Garcia Rosa a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do ou e-mail fflaviagoulartroza@gmail.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é investigar sobre as condições que as universidades públicas dispõem para formular e implementar políticas culturais no seu âmbito, a partir de uma análise comparativa do processo de formulação e implementação dos planos de cultura desenvolvidos a partir do Edital Mais Cultura nas Universidades em duas universidades federais da Bahia, a saber, a Universidade Federal da Bahia e a Universidade Federal do Recôncavo.

Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética

em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Minha colaboração se fará de forma pública, por meio de entrevista semiestruturada, a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou seu(s) orientador(es).

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Cachoeira, 14 de agosto de 2017

Assinatura do(a) participante: Mariella Pitombo Vieira

A handwritten signature in black ink, reading "Mariella Pitombo Vieira". The signature is written in a cursive style with a large initial 'M' and a distinct 'V' at the end.

Assinatura da pesquisadora: _____



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado Programa Mais Cultura nas Universidades: Pertinência e importância para a formulação de políticas culturais em universidades federais desenvolvida por Tainana Andrade Marques discente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares vinculado ao Instituto de Humanidades, Artes & Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia (EISU-IHAC-UFBA).

Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Flavia Goulart Mota Garcia Rosa a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do ou e-mail fflaviagoulartroza@gmail.com.


Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é investigar sobre as condições que as universidades públicas dispõem para formular e implementar políticas culturais no seu âmbito, a partir de uma análise comparativa do processo de formulação e implementação dos planos de cultura desenvolvidos a partir do Edital Mais Cultura nas Universidades em duas universidades federais da Bahia, a saber, a Universidade Federal da Bahia e a Universidade Federal do Recôncavo.

Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Minha colaboração se fará de forma pública, por meio de entrevista semiestruturada, a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou seu(s) orientador(es).

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Cachoeira, 14 de agosto de 2017

Assinatura do (a) participante:  Danielo Pereira Canedo

Assinatura da pesquisadora: _____



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado Programa Mais Cultura nas Universidades: Pertinência e importância para a formulação de políticas culturais em universidades federais desenvolvida por Tainana Andrade Marques discente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares vinculado ao Instituto de Humanidades, Artes & Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia (EISU-IHAC-UFBA).

Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Flavia Goulart Mota Garcia Rosa a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do ou e-mail fflaviagoulartroza@gmail.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é investigar sobre as condições que as universidades públicas dispõem para formular e implementar políticas culturais no seu âmbito, a partir de uma análise comparativa do processo de formulação e implementação dos planos de cultura desenvolvidos a partir do Edital Mais Cultura nas Universidades em duas universidades federais da Bahia, a saber, a Universidade Federal da Bahia e a Universidade Federal do Recôncavo.

Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Minha colaboração se fará de forma pública, por meio de entrevista semiestruturada, a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou seu(s) orientador(es).

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Salvador, 23 de agosto de 2017

Assinatura do (a) participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____


Fabiana Dultra Britto
Pro-Reitora de Extensão Universitária
Universidade Federal da Bahia



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado *ANÁLISE DO PROGRAMA MAIS CULTURA NAS UNIVERSIDADES: política e gestão cultural em duas Instituições de Ensino Superior da Bahia* desenvolvida por **Tainana Andrade Marques** discente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade vinculado ao Instituto de Humanidades, Artes & Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia (EISU-IHAC-UFBA).

Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Flavia Goulart Mota Garcia Rosa a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do ou e-mail fflaviagoulartroza@gmail.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é investigar sobre as condições que as universidades públicas dispõem para formular e implementar políticas culturais no seu âmbito, a partir de uma análise comparativa do processo de formulação e implementação dos planos de cultura desenvolvidos a partir do Edital Mais Cultura nas Universidades em duas universidades federais da Bahia, a saber, a Universidade Federal da Bahia e a Universidade Federal do Recôncavo.

Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Minha colaboração se fará de forma pública, por meio de entrevista semiestruturada, a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou seu (s) orientador(es).

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Salvador, 19 de 06 de 2018

Assinatura do (a) participante: Leo Est

Assinatura da pesquisadora: _____

ANEXO A – Edital Mais Cultura nas Universidades

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

– MEC MINISTÉRIO DA

CULTURA – MinC

EDITAL MAIS CULTURA NAS UNIVERSIDADES

A União, representada pelo Ministério da Educação – MEC e pelo Ministério da Cultura – MinC, convoca as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES e as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a apresentarem Planos de Cultura visando ao desenvolvimento, fortalecimento e inovação da cultura e das artes, de acordo com o estabelecido no Plano Nacional de Cultura – Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e suas alterações posteriores, na Portaria Interministerial MPOG/MF nº 507, de 24 de novembro de 2011, com suas alterações, na Portaria Interministerial MEC/MinC nº 18, de 18 de dezembro de 2013, e na Portaria nº 11, de 23 de maio de 2014, da Secretária-Geral da Presidência da República, que institui o Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O presente Edital Mais Cultura nas Universidades é uma ação do Programa Mais Cultura nas Universidades, instituído conjuntamente entre o MEC e o MinC, por meio da Portaria Interministerial MEC/MinC nº 18/2013, e tem a finalidade de desenvolver e fortalecer o campo das artes e da cultura no país, com ênfase na inclusão social e no respeito e reconhecimento da diversidade cultural.

1.2 O Edital Mais Cultura nas Universidades tem como objetivo criar Planos de Cultura das Instituições Federais de Ensino Superior e das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por meio da concessão de apoio financeiro, que estejam em conformidade com a seguinte linha de ação.

1.2.1 Apoiar programas, projetos e ações em espaços culturais que articulem a formação, inovação e difusão em arte e cultura, inclusive equipando e reestruturando espaços e ambientes de ensino e pesquisa já existentes, voltados para o desenvolvimento de atividades artísticas e culturais, podendo contar com a participação de outras instituições de caráter cultural, artístico ou educacional, definidas por Iniciativas Parceiras, conforme consta no subitem 1.6.

1.3 Entende-se por Planos de Cultura os programas, projetos e ações culturais que valorizem, reconheçam, promovam e preservem a diversidade cultural nas Instituições Federais de Ensino Superior e das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com prazo de execução de até dois anos.

1.4 Os Planos de Cultura formulados deverão articular e promover a interface entre educação, arte e cultura, estabelecendo objetivos, ações e metas que serão desenvolvidos por um período de até dois anos, considerando sua relação com as manifestações, expressões, produções artísticas e culturais e seu território.

1.5 Cada Plano de Cultura elaborado deve: a) estar em acordo com a linha de ação, com os objetivos, explicitados no item 2, e com as diretrizes, na forma do item 3, do Programa Mais Cultura nas Universidades, b) contemplar, no mínimo, um eixo temático apresentado no item 5, ou articular mais de um deles; c) estar em conformidade com as políticas sociais vigentes em educação e cultura;

d) firmar parceria, quando de seu interesse, entre a sua instituição proponente e outra(s) instituição(ões), definida(s), neste Instrumento, por Iniciativa(s) Parceira(s).

1.6 Será considerada a necessidade de contemplar Planos de Cultura provenientes de instituições postulantes de todas as regiões do país, observados a diversidade cultural e socioespacial, as particularidades regionais e as diferenças de ordem institucional, bem como o contexto no qual a instituição está inserida, conforme o conjunto de instituições inscritas no programa, sem prejuízo do reconhecimento do atendimento aos preceitos e quesitos previstos neste Edital.

1.7 São consideradas Iniciativas Parceiras os agentes coletivos ou individuais, de personalidade física ou jurídica, de natureza pública ou privada: instituições de ensino como escolas e centros de ensino básico, técnico, superior, profissionalizante e tecnológico, instituições de ensino superior de âmbito municipal, estadual e federal, equipamentos culturais externos, associações, institutos e fundações com fins e atuação nas áreas de educação, arte e cultura, ciência, tecnologia, inovação e ações voltadas para a inclusão e o desenvolvimento social, econômico e cultural; gestores e produtores culturais, pontos de cultura, movimentos sociais, artísticos e culturais, entidades comunitárias, gremiais e de classe, centros culturais, comunidades locais e tradicionais, por intermédio de seus instrumentos de representação, artistas, mestres de saberes populares e profissionais, que atuem em atividades artísticas e culturais ou que possam, a partir de suas práticas e saberes, contribuir em parte ou integralmente para a concretização do Plano de Cultura proposto pelas IFES e Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cada Iniciativa Parceira possuirá um papel efetivo na execução integral ou parcial do que estará previsto no Plano de Cultura da instituição beneficiada por este Edital.

2. DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA MAIS CULTURA NAS UNIVERSIDADES

2.1 O Programa Mais Cultura nas Universidades tem por objetivos:

2.1.1 Contribuir para a formação artística, cultural, cidadã e crítica de estudantes que integram a educação superior e a educação profissional e tecnológica mediante a sua participação no Programa;

2.1.2 Apoiar a formação e inovação em arte e cultura, a fim de atender às demandas de desenvolvimento local e regional, visando à inclusão de agentes e instituições que integram as cadeias e setores criativos e produtivos da arte e da cultura;

2.1.3 Fortalecer e descentralizar a oferta presencial e a distância de cursos e programas de qualificação profissional, cursos técnicos de nível médio e cursos de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão nas áreas das linguagens artísticas, dos setores criativos e da formação de gestores e empreendedores culturais;

2.1.4 Apoiar a qualificação de recursos humanos, em arte e cultura, das Instituições Federais de Ensino Superior e das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;

2.1.5 Apoiar financeiramente as instituições relacionadas no subitem 1.2 no desenvolvimento de iniciativas que contribuam para o desenvolvimento de ações nas áreas de arte e cultura no ambiente acadêmico, com ênfase na valorização da diversidade cultural; na realização de eventos, grupos, redes, ações e circuitos culturais vinculados às iniciativas de formação e inovação em arte e cultura;

2.1.6 Estimular e difundir a produção cultural e artística acadêmica em diálogo com a sociedade, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Educação – PNE e do Plano Nacional de Cultura – PNC; e

2.1.7 Estimular discussões e ações sobre os saberes tradicionais e populares, promovendo seu reconhecimento e integração às políticas de ensino, pesquisa e extensão.

3. DAS DIRETRIZES DO PROGRAMA MAIS CULTURA NAS UNIVERSIDADES

3.1 O Programa Mais Cultura nas Universidades segue as seguintes diretrizes:

3.1.1 Fortalecer, estimular e ampliar o acesso à inovação e à expansão da educação superior, profissional e tecnológica em arte e cultura;

3.1.2 Incentivar o intercâmbio de estudantes, docentes e técnicos entre as instituições, cursos e programas de educação profissional, tecnológica e superior e residências na área de arte e cultura;

3.1.3 Fomentar a pesquisa aplicada, a inovação e a extensão universitária e tecnológica em arte e cultura, incluindo a comunidade externa às instituições relacionadas no subitem 1.2, agregando saberes e práticas de empreendedorismo e inovação oriundos da sociedade;

3.1.4 Estruturar e melhorar os equipamentos culturais e laboratórios de criação, empreendedorismo e inovação das instituições relacionadas no subitem 1.2;

3.1.5 Estimular e promover eventos, mostras, festivais, grupos, coletivos, redes, ações e circuitos de arte, cultura, empreendedorismo e inovação das instituições relacionadas no subitem 1.2;

3.1.6 Financiar e incentivar a produção, circulação, difusão, acessibilidade, veiculação, preservação e publicação de trabalhos artísticos e científicos, acadêmicos, não acadêmicos, tecnológicos e técnicos sobre arte e cultura;

3.1.7 Fomentar e incentivar a preservação e difusão de bens, registros, obras, acervos de arte e cultura, inclusive os acervos museológicos das instituições relacionadas no subitem 1.2; e

3.1.8 Fortalecer a institucionalização da gestão cultural nas instituições participantes do Programa.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar do presente Edital IFES e Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por meio dos seus respectivos setores institucionais, responsáveis por arte e cultura, desde que encaminhada sua proposta dentro do prazo e condições previstas por este Instrumento.

4.2 Cada instituição postulante a ser contemplada pelo Edital Mais Cultura nas Universidades deverá apresentar apenas uma proposta que dialogue com as atuais políticas públicas de Educação e Cultura, em especial com as políticas sociais, que possuem por base os preceitos dispostos neste edital e instruídas com:

I – estimativa de recursos necessários ao cumprimento das metas fixadas pela instituição, em atendimento aos objetivos do Programa, na forma do item 2, vinculando o incremento

orçamentário integral às etapas previstas no plano, com execução prevista entre doze e vinte e quatro meses;

II – portfólio e registro ou descrição do histórico de atuação de sua(s) Iniciativa(s) Parceira(s), quando for o caso; e

III – Carta de Anuência da instituição e/ou da comunidade parceira;

4.3 A proposta deve ser debatida e aprovada no âmbito dos órgãos colegiados de deliberação da instituição e em articulação direta com as instâncias específicas de representação de cada segmento, particularmente com os setores diretamente atendidos e interessados nas ações propostas, sejam da comunidade interna ou externa à instituição candidata.

4.4 As instituições contempladas com recursos oriundos deste Edital deverão destinar recursos de diárias e passagens para os responsáveis pelo Plano de Cultura participarem de Encontro Nacional do Programa Mais Cultura nas Universidades, que ocorrerá no segundo semestre do primeiro ano de aplicação dos recursos em Brasília – DF, com data a ser divulgada oportunamente.

5. DOS EIXOS TEMÁTICOS DO EDITAL MAIS CULTURA NAS UNIVERSIDADES

5.1 Cada Plano de Cultura apresentado deverá, obrigatoriamente, estar refletido em, no mínimo, um eixo. Cada eixo tem como função direcionar o campo da proposta apresentada, por meio das linhas temáticas.

5.2 Eixo 1 – Educação Básica

Educação Integral e Intersetorialidade: a) Apoio ao desenvolvimento de atividades artístico-culturais em escolas públicas de educação integral, priorizando propostas articuladas com o Programa Mais Educação e com o Programa Mais Cultura nas Escolas; b) Promoção da articulação entre escolas de educação básica, artes, cultura e comunidade, por meio de espaços educativos e itinerários formativos; c) Apoio aos professores comunitários bem como monitores, oficinairos e demais profissionais que atuam em atividades de educação integral abertas à comunidade e que se articulam com projetos artísticos e culturais, e políticas oficiais de ampliação da jornada escolar, sobretudo do Programa Mais Educação; e d) Formação de professores da rede pública de ensino.

5.3 Eixo 2 – Arte, Comunicação, Cultura das Mídias e Audiovisual

5.3.1 Equipamentos: a) Criação e fomento às Rádios e TVs Universitárias com conteúdo cultural; b) Fortalecimento e/ou criação de Núcleos de Produção Digital – NPDs voltados para a produção e difusão do conteúdo audiovisual; c) Fortalecimento e/ou criação de laboratórios de criação midiática voltados à promoção e expressão artística e cultural; d) Fortalecimento e ampliação da Rede Universitária de Cinema de Salas Digitais; e e) Fomento a cineclubes, em diálogo com a Rede Cine Mais Cultura.

5.3.2 Formação: a) Mapeamento das formações audiovisuais (institucionais e livres); b) Mapeamento, aprofundamento, implementação e difusão de metodologias que promovam o diálogo entre arte, cultura e comunicação, que abordem a relação entre os saberes popular e acadêmico, potencializando o papel das experiências artísticas e culturais, via meios de comunicação; c) Fortalecimento de coletivos de comunicação comunitária, coletivos audiovisuais, midiativismo, midialivrisimo e pontos de cultura com projetos em plataformas impressas e digitais; d) Projetos de formação em comunicação e cultura, e reflexão crítica da mídia; e) Fomento às publicações acadêmicas impressas e eletrônicas sobre audiovisual e/ou comunicação pública; f) Fomento a eventos, seminários, encontros sobre audiovisual e/ou comunicação pública; g) Fomento a projetos audiovisuais na educação básica; h) Formação em economia solidária na comunicação, em parceria com incubadoras, cooperativas e centros de pesquisa para o desenvolvimento de projetos e práticas em comunicação e

cultura (rádios, TVs, internet, jornais); e i) Fomento ao jornalismo cultural, jornalismo científico, mídia comunitária e mídia e memória, com ênfase na utilização de recursos técnicos (fotografia, escrita, filmagem, pós-produção) para a produção de peças e projetos, bem como a formação transversal na área de cultura e comunicação.

5.3.3 Produção: a) fomento à produção audiovisual, em ficção e documentário, podendo-se utilizar técnicas de animação, em diversos formatos e para quaisquer plataformas de distribuição e exibição;

b) Fomento a conteúdos culturais para rádio e TV do campo público, respeitando as diversidades regionais, étnico raciais, de gênero e etárias; c) Fomento às ações afirmativas no audiovisual e na comunicação, com foco em povos e comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e de terreiros, respeitando suas dimensões sociais, culturais e étnicas; d) Projetos com foco em conteúdos audiovisuais para infância e adolescência; e) Fomento a projetos de audiovisual e comunicação com foco na acessibilidade; e f) Fomento a conteúdos audiovisuais educativos e fortalecimento de redes de trocas de conteúdo.

5.3.4 Distribuição, difusão e preservação: a) Criação e fortalecimento de mostras e festivais audiovisuais universitários; b) Fomento à circulação da produção audiovisual universitária na Rede Universitária de Salas Digitais e na Rede Cine Mais Cultura; c) Fomento à digitalização de acervos audiovisuais universitários; e d) Fortalecimento da Rede de Intercâmbio de Televisão Universitária –RITU.

5.3.5 Inovação e Tecnologia: a) Criação e fortalecimento de web rádios, web tvs e projetos transmídia; b) Desenvolvimento de aplicativos para a interatividade da TV Digital Brasileira (middleware Ginga); c) Fomento ao desenvolvimento de aplicativos para dispositivos móveis; d) Fortalecimento de softwares livres para o audiovisual e suas comunidades de desenvolvedores; e) Desenvolvimento de tecnologias de produção audiovisual para web (HTML5, realidade aumentada, tecnologias 3D); e f) Desenvolvimento e fomento a jogos eletrônicos.

5.4 Eixo 3 – Arte e Cultura Digitais

5.4.1 Apoiar projetos e pesquisas que promovam a criação de espaços públicos de exploração e apropriação coletivas de tecnologias digitais baseadas em hardware e software abertos, os quais aqui chamamos genericamente de ‘laboratórios de cultura digital’, e também projetos e pesquisas que promovam a sinergia e articulação em rede de laboratórios diversos já constituídos, consolidando assim o conceito de ‘Rede de Laboratórios’ (RedeLabs). Poderão ser apresentadas ações para a criação ou fortalecimento de projetos e pesquisas de implementação de laboratórios focados no desenvolvimento de: a) novas linguagens artísticas mediadas pelas novas tecnologias e a hiper- conexão em rede; b) jogos digitais; c) produção audiovisual interativa; d) mídia livre (blogs, articulação em rede); e) formação multimídia (low tech, mobile); f) cartografias colaborativas; g) curadoria digital (digitalização, organização e disponibilização de acervos digitais); h) experimentação em hardware livre (arduino, raspberry pi, robótica etc.); i) fabricação digital (máquinas de corte a laser, impressoras 3D); e j) formação em software livre e linguagens de desenvolvimento.

5.4.2 Promover a integração e articulação entre laboratórios, arranjos e coletivos existentes, com propostas de ações e eventos conjuntos, formação de redes, compartilhamento de currículos de formação, dentre outras ações que as Universidades possam promover.

5.5 Eixo 4 – Diversidade Artística-Cultural

A linha temática apoiará atividades acadêmicas de promoção da diversidade das expressões culturais existentes no país, com especial atenção aos grupos e segmentos historicamente excluídos de acesso aos bens e serviços culturais, bem como aos recursos públicos destinados ao campo cultural. Serão

contemplados projetos nas seguintes categorias:

5.5.1 Ações de formação, gestão, sistematização, difusão e/ou fruição cultural, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia de direitos culturais, com respeito e valorização das identidades da diversidade cultural brasileira, suas formas de organização e suas instituições;

5.5.2 Projetos que ampliem componentes curriculares específicos, cursos, grupos e laboratórios de pesquisas em Cidadania e Diversidade cultural. As propostas inscritas nesta linha deverão considerar os princípios da Convenção sobre a Proteção da Diversidade das Expressões Culturais, adotada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO em outubro de 2005, e promulgada pelo Decreto nº 6.177, de 1º de agosto de 2007, e beneficiar povos, grupos, comunidades e populações: I – Em situação de vulnerabilidade social e com restrito acesso aos meios de produção, registro, fruição e difusão cultural; II – Ameaçados pela desvalorização de sua identidade cultural; ou III – que requeiram maior reconhecimento de seus direitos humanos, sociais e culturais. Podemos citar os seguintes povos, grupos, comunidades e populações: a) povos indígenas, quilombolas, povos de terreiro, povos ciganos, outros povos e comunidades tradicionais e minorias étnicas; b) mestres, praticantes, brincantes e grupos das culturas populares, urbanas e rurais; c) artistas e grupos artísticos; d) crianças, adolescentes, jovens e idosos; e) pessoas com deficiência; f) negros, g) mulheres; h) população de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis – LGBT; i) pessoas em situação de rua; j) pessoas em situação de sofrimento psíquico; k) pessoas ou grupos vítimas de violência; l) pessoas em privação de liberdade; m) populações de regiões fronteiriças; n) grupos assentados da reforma agrária; o) população sem teto; p) populações atingidas por barragens; e q) comunidades de descendentes de imigrantes.

5.6 Eixo 5 – Produção e Difusão das Artes e Linguagens

Propostas das diferentes linguagens artísticas promovendo e fortalecendo a criação, circulação e difusão da produção artística para formação artística e cultural que compreendam todo tipo de manifestação das artes e linguagens como circo, teatro, dança, cinema, vídeo, TV, música, literatura, cordel, lendas, mitos, dramaturgia, contação de histórias, artes gráficas, pintura, desenho, fotografia, escultura, grafite, performance, intervenções urbanas e instalações que promovam: a) fomento à criação e integração na comunidade artístico-acadêmica e artistas oriundos de comunidades tradicionais e populares; b) incentivo ao aperfeiçoamento do artista por meio de intercâmbios artísticos com pesquisadores nacionais e internacionais; c) residências artísticas interinstitucionais; d) corredores artísticos: criação de circuitos da produção artística interinstitucional que articulam a integração de regiões e a produção de conhecimento local; e) manutenção de grupos artísticos com circulação dos trabalhos para apresentação pública no grupo social; f) criação de grupos artísticos para pesquisa de inovação de linguagem; g) realização de festivais, mostras, seminários e oficinas de artes; h) encontros multidisciplinares das várias linguagens artísticas; e i) presença de mestres visitantes: mestres dos saberes e fazeres populares e tradicionais atuando e contribuindo com os componentes curriculares dos cursos de arte.

5.7 Eixo 6 – Economia Criativa, Empreendedorismo Artísticos e Inovação Cultural

5.7.1 Desenvolver cartografias e bases de dados abertas no campo da Economia Criativa, envolvendo: a) mapeamento de experiências e modelos de ensino, pesquisa e extensão em economia criativa nos âmbitos da educação superior, tecnológica e profissional; b) mapeamento da produção acadêmica no campo da Economia Criativa; e c) mapeamento de equipamentos culturais e laboratórios de criação, empreendedorismo e inovação.

5.7.2 Gerar novas experiências de ensino, pesquisa e extensão voltadas à Economia Criativa

visando: a) geração de novos componentes curriculares relacionados à economia criativa nos diversos ambientes de formação em empreendedorismo, inovação, arte e cultura, nos âmbitos da educação superior, tecnológica e profissional; b) promoção de novos cursos de pós-graduação, **lato e stricto sensu**, no eixo: arte, cultura, economia, desenvolvimento, empreendedorismo e inovação; c) geração de novas linhas e grupos de pesquisa que articulem departamentos na interface arte, cultura, empreendedorismo e inovação com o objetivo de desenvolver ambientes multidisciplinares de estímulo à cooperação acadêmica na pauta de artes, cultura e desenvolvimento sustentável; e d) geração de novas linhas e projetos de extensão universitária que articulem departamentos com interface na arte, cultura, empreendedorismo e inovação, com o objetivo de desenvolver tecnologias sociais aplicadas ao ecossistema criativo local.

5.73 Fortalecer políticas e equipamentos voltados à Economia Criativa no âmbito das Instituições de Ensino e Pesquisa brasileiras, apoiando: a) a implantação, desenvolvimento e expansão de programas de incubação de projetos e empreendimentos relacionados à Economia Criativa; b) a implantação, desenvolvimento e expansão de laboratórios e ambientes de aprendizagem experimental no campo da Economia Criativa; e c) a realização de ações de promoção e difusão no campo da Economia Criativa, como rodadas de negócio, seminários, festivais, circuitos, entre outros.

5.8 Eixo 7 – Arte e Cultura: Formação, Pesquisa, Extensão e Inovação

Definir propostas que contemplem atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão que promovam o desenvolvimento social, cultural e tecnológico, a sustentabilidade, inclusão social e a inovação. Poderão ser apresentadas ações para: a) formação e inovação em Arte e Cultura, a fim de atender às demandas de desenvolvimento local e regional e fortalecimento territorial, visando à inclusão de agentes e instituições que integram as cadeias e setores criativos e produtivos da Arte e da Cultura; b) formação artística, cultural, cidadã e crítica que integram a educação superior e a educação profissional e tecnológica, nas dimensões simbólica, cidadã e econômica; c) descentralização e expansão de cursos e programas de qualificação profissional, cursos técnicos de nível médio e cursos de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão (presenciais e/ou a distância) nas áreas das linguagens artísticas, dos setores criativos e da formação de gestores públicos e empreendedores culturais; d) promoção de cursos, inclusive interdisciplinares e com novos desenhos curriculares no campo da arte e da cultura, em educação superior e educação profissional e tecnológica que priorizem metodologias inovadoras e proponham modelos que superem as formas tradicionais e valorizem as práticas; e) qualificação dos recursos humanos da instituição em arte e cultura; f) desenvolvimento de pesquisas, metodologias e práticas inovadoras para a implementação de políticas públicas no campo de arte e cultura, em consonância com as diretrizes do PNC; g) reconhecimento e promoção dos saberes tradicionais e populares, integrado às políticas de ensino, pesquisa e extensão, e que contribuam para a difusão, inovação, preservação, acessibilidade e circulação da produção acadêmica oriunda desses saberes e situadas no espaço da sociedade civil; h) criação de redes de cooperação entre processos e metodologias de ensino que são desenvolvidas na instituição e na sociedade, integrando conhecimento acadêmico com os conhecimentos populares; i) articulação entre a educação superior, a educação profissional e tecnológica, a educação básica e as áreas artísticas e culturais; j) promoção de intercâmbio e residências, em arte e cultura, entre instituições, cursos e programas de educação profissional, tecnológica e superior que ampliem a mobilidade de estudantes, professores e técnicos; e k) desenvolvimento de pesquisa aplicada, inovação e tecnologia, com ênfase na área artística e cultural, para melhoramento de laboratórios de criação, empreendedorismo e inovação.

5.9 Eixo 8 – Memória, Museus e Patrimônio Artístico-Cultural

Realizar atividades acadêmicas voltadas ao desenvolvimento social, cultural e tecnológico do patrimônio artístico cultural brasileiro, com ênfase nas práticas museais. Nesse contexto, podem ser abrangidas ações como: a) implantar e manter instituições museológicas no âmbito das Universidades, voltadas para preservação da memória universitária ou da comunidade do seu entorno, bem como a execução de pesquisas para o desenvolvimento do patrimônio artístico cultural; b) criar e estruturar laboratórios de conservação e gestão de riscos ao patrimônio cultural musealizado ou passível de musealização; c) instituir componentes curriculares específicos, cursos e centros de referência em patrimônio, museologia e áreas afins; d) criar e/ou aperfeiçoar sistemas informatizados de gestão do patrimônio cultural e museal; e e) propor ações inovadoras de educação patrimonial e museal.

6. DA ESTRUTURA E CARACTERÍSTICAS DO PLANO DE CULTURA

6.1 O Plano de Cultura para o Edital Mais Cultura nas Universidades deverá ser elaborado no formulário de proposta, conforme ANEXO I, e deverá atender às seguintes condições:

6.2 Descrição detalhada do seu contexto, fundamentos, metodologia e justificativa com diagnóstico das atividades culturais;

6.3 Definição dos objetivos;

6.4 Definição dos Eixos Temáticos que atendam aos objetivos do Plano;

6.5 Definição das Ações;

6.6 Definição das Metas;

6.7 Criação de um grupo de gestão do Plano com definição de um coordenador e colaboradores que possam acompanhar a execução do Plano;

6.8 Divulgação ampla do Plano na Instituição, conferindo transparência à ação;

6.9 Coerência com relação aos seus objetivos do primeiro ao último item do projeto;

6.6 Cronograma físico e financeiro de execução do Plano de Cultura;

6.7 Descrição do processo de acompanhamento e avaliação do cumprimento dos objetivos e das metas, com a explicitação das etapas, dos indicadores e da sistemática de avaliação para implementação do Plano de Cultura;

6.8 Descrição do processo de acompanhamento e avaliação junto ao público atendido, nas ações em que for cabível;

6.9 Detalhamento da infraestrutura existente e da infraestrutura a ser adquirida para a execução da proposta, se cabível;

6.10 O Plano deverá ter no máximo cinquenta páginas;

6.11 A instituição deverá apresentar uma Carta de Anuência, assinada pelo representante da comunidade participante, expressando sua concordância em sediar a execução do projeto e permitir o uso de sua infraestrutura, quando for o caso.

7. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

7.1 No âmbito deste edital, os Planos de Cultura aprovados e contemplados das instituições beneficiadas poderão receber recursos de, no mínimo, R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e, no máximo, R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

7.2 Os Planos de Cultura das instituições beneficiadas por este edital poderão apresentar em seu respectivo orçamento recursos para custear despesas de capital, conforme consta no subitem 3.1.7, buscando respeitar o equilíbrio entre as despesas de custeio e as despesas de capital.

- 7.3 Os recursos necessários para desenvolvimento desta ação serão oriundos do MEC.
- 7.4 Os recursos orçamentários e financeiros serão disponibilizados pelo MEC por meio de Termo de Cooperação para a descentralização de créditos.
- 7.5 O repasse dos recursos está condicionado à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.
- 7.6 No caso de eventuais saldos, o MEC e o MinC deverão redirecioná-los para o atendimento de outras propostas concorrentes, respeitando a ordem de classificação.
- 7.7 Será considerado o Custo Amazônico, com incentivo de 30% nos recursos concedidos para a implementação dos Planos de Cultura nos estados que compõem a Amazônia Legal.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

8.1 A proposta do Plano de Cultura deverá ser preenchida por meio do formulário, específico para este Edital, que estará disponível nos sítios eletrônicos do MinC e do MEC: www.minc.gov.br e www.mec.gov.br.

8.2 As propostas deverão ser enviadas até 14 de novembro de 2014, pelo serviço SEDEX, com a documentação impressa, para o endereço abaixo:

Ministério da Cultura – MinC
Secretaria de Políticas Culturais – SPC
EDITAL – MAIS CULTURA NAS UNIVERSIDADES
Quadra 09, Lote C, Torre B, 10º andar – Edifício Parque Cidade Corporate
CEP: 70.308-200 – Brasília/DF

8.3 Deverão ser enviados os seguintes documentos:

8.3.1 Formulário de Inscrição de Proposta, conforme ANEXO I, devidamente preenchido e assinado;

8.3.2 Currículo **lattes** dos coordenadores;

8.3.3 Documento de aprovação da proposta pelas instâncias colegiadas de deliberação da instituição, conforme ANEXO II;

8.3.4 Carta de Anuência da instituição e/ou da comunidade parceira.

8.4 Não será permitido o envio de propostas por fax ou entregues na sede do MinC, tampouco após o prazo final, conforme definido no subitem 8.2.

9. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

9.1 São critérios de julgamento dos Planos de Cultura das instituições postulantes no Edital Mais Cultura nas Universidades:

I – Atendimento a um ou mais eixos temáticos do programa previstos neste Edital. Este critério é eliminatório.

II – Apresentação de adequação do Plano de Cultura aos objetivos e diretrizes expressos no Programa Mais Cultura nas Universidades;

III – Coerência de objetivos, metas, metodologia, justificativa e cronogramas físico e financeiro do Plano de Cultura;

IV – Envolvimento do Plano de Cultura com a população em situação de vulnerabilidade social: povos e comunidades tradicionais, comunidades rurais, grupos em conflito com a lei, população em situação de rua, pessoas com deficiência, áreas de abrangência do Programa Nacional de

Segurança Pública com Cidadania (Territórios da Paz) e áreas definidas pelo Governo Federal como Territórios da Cidadania;

V – Contribuição dos Planos de Cultura para o fortalecimento e a valorização da diversidade cultural brasileira, abordando temas como: cultura local, cultura rural, cultura do campo, cultura de rua, cultura afro-brasileira, cultura indígena, cultura digital, cultura de povos tradicionais, cultura da infância, cultura popular, cultura cigana, cultura hip hop, cultura LGBT, cultura de periferia, cultura quilombola, entre outros;

VI – Envolvimento da comunidade em que a Instituição de Ensino está inserida;

VII – Acompanhamento da implementação do Plano de Cultura e avaliação da ação;

VIII – Mérito e abrangência do Plano de Cultura, incluindo sua contribuição para o desenvolvimento local e impactos esperados no desenvolvimento do projeto;

IX – Comprovação da capacidade de continuidade do Plano de Cultura proposto;

X – Desenvolvimento de laboratórios criativos, utilizando tecnologias inovadoras para experimentações, pesquisas e soluções no campo da arte e da cultura;

XI – Ações que promovam a pesquisa e a formação de docentes em arte.

9.2 Tabela para Julgamento dos Planos de Cultura

Critério Eliminatório	Avaliação
1. Atendimento a, no mínimo, um eixo temático	Eliminatório
Critérios Classificatórios	Pontuação
1. Adequação do Plano de Cultura aos objetivos e diretrizes expressos no Programa Mais Cultura nas Universidades	10
2. Coerência de objetivos, metas, metodologia, justificativa e cronogramas físico e financeiro	20
3. Envolvimento do Plano de Cultura com a população em situação de vulnerabilidade social: povos e comunidades tradicionais, comunidades rurais, grupos em conflito com a lei, população em situação de rua, pessoas com deficiência, áreas de abrangência do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Territórios da Paz) e áreas definidas pelo Governo Federal como Territórios da Cidadania	10
4. Contribuição dos Planos de Cultura para o fortalecimento e a valorização da diversidade cultural brasileira, abordando temas como: cultura local, cultura rural, cultura do campo, cultura de rua, cultura afro-brasileira, cultura indígena, cultura digital, cultura de povos tradicionais, cultura da infância, cultura popular, cultura cigana, cultura hip hop, cultura LGBT, cultura de periferia, cultura quilombola, entre outros	10
5. Envolvimento da comunidade em que a Instituição de Ensino está inserida	10
6. Acompanhamento da implementação do Plano de Cultura e avaliação da ação	05
7. Análise do portfólio e/ou histórico da(s) Iniciativa(s) Parceira(s)	05
8. Mérito e abrangência do Plano de Cultura, incluindo sua contribuição para o desenvolvimento local e impactos esperados no desenvolvimento do projeto	10
9. Desenvolvimento de laboratórios criativos, utilizando tecnologias inovadoras para experimentações, pesquisas e soluções no campo da arte e da cultura	10
10. Ações que promovam a pesquisa e a formação de docentes em arte	10

Total	100
-------	-----

10. DO RESULTADO PROVISÓRIO

10.1 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem ao quesito 1 da Tabela para Julgamento dos Planos de Cultura.

10.2 Serão consideradas classificadas provisoriamente as propostas que obtiverem pontuação mínima de cinquenta pontos, totalizada conforme os critérios de pontuação constantes do subitem

9.2 – Tabela para Julgamento dos Planos de Cultura. Propostas que não obtiverem este limite mínimo de pontos estarão desclassificadas.

10.3 As propostas que atenderem aos critérios de classificação dos subitens 10.1 e 10.2 constarão da lista de classificação provisória, por ordem decrescente dos pontos obtidos.

10.4 Em caso de empate na pontuação provisória será considerada a maior pontuação obtida nos seguintes quesitos, obedecida a ordem de prioridade estabelecida: a) Adequação do Plano de Cultura aos objetivos e diretrizes expressos no Programa Mais Cultura nas Universidades, b) Coerência de objetivos, metas, metodologia, justificativa e cronogramas físico e financeiro, c) Envolvimento do Plano de Cultura com a população em situação de vulnerabilidade social; e d) Contribuição do Plano de Cultura para o fortalecimento e a valorização da diversidade cultural brasileira.

10.5 O julgamento e a classificação das propostas são atos exclusivos do Comitê Técnico – CT composto por representantes do MEC, MinC, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES e pelo Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF.

10.6 A classificação de uma proposta significará reconhecimento do atendimento dos requisitos deste edital, mas não será assegurado que todas as instituições classificadas sejam contempladas com recursos, dada a limitação destes no que compete ao presente Edital, sendo assegurado o repasse dos recursos apenas para aquelas instituições cujas propostas melhor atendam aos critérios de seleção, aqui estabelecidos, respeitada a ordem de classificação.

10.7 A classificação no resultado provisório não significa aprovação. Somente será considerada aprovada a proposta classificada após a publicação do resultado final.

11. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

11.1 Os procedimentos e prazos para a interposição de recursos serão informados quando da publicação do Resultado Provisório.

12. DO RESULTADO FINAL

12.1 A classificação final dar-se-á por ordem decrescente dos pontos obtidos após a avaliação dos recursos interpostos, respeitado o limite dos recursos orçamentários disponíveis.

12.2 O julgamento e a classificação final das propostas são atos exclusivos do CT, que se reservam o direito de desclassificar as propostas em desacordo com este edital, notadamente com relação ao não atendimento do critério IX, do subitem 8.1, qual seja, a comprovação da capacidade de continuidade do Plano de Cultura proposto.

12.3 Em caso de empate na pontuação final serão considerados os seguintes critérios, obedecida a ordem de prioridade estabelecida:

12.3.1 Critérios de regionalidade, conforme tabela abaixo:

Região	Pontos
Sudeste	01
Sul	02
Centro-oeste	03
Nordeste	05
Norte	05

12.3.2 Análise do portfólio e do histórico das Iniciativas Parceiras.

12.4 Concluído o julgamento das propostas, o CT elaborará a lista de propostas selecionadas que será submetida ao conhecimento do MEC e do MinC, que poderão acatá-la ou rejeitá-la, no todo ou em parte, justificando seu ato, e procederão à sua publicação.

12.5 Após a divulgação do resultado final, havendo desistência por parte de instituição cuja proposta tenha sido aprovada, esta deverá comunicar oficialmente ao MEC e MinC, que convocarão o próximo colocado, respeitada a ordem de classificação.

12.6 O resultado final será publicado com as seguintes indicações:

I – Classificado e contemplado com recursos – quando se reconhece o mérito da proposta e a classificação estiver dentro dos recursos destinados;

II– Classificado, mas não contemplado com recursos – quando se reconhece o mérito da proposta, mas os recursos destinados ao Mais Cultura nas Universidades não forem suficientes para atingir a classificação obtida;

III – Desclassificado – quando a proposta não estiver de acordo com o edital ou o mérito não for reconhecido pelos avaliadores.

13. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

13.1 É recomendável a aproximação com instituições parceiras visando à captação de recursos, à capacitação de pessoal em articulação com projetos desenvolvidos pela universidade e pela sociedade com vistas à futura autonomia das ações.

13.2 A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação, saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

13.3 Somente poderão apresentar propostas a este edital e participar do processo de análise e julgamento as instituições que não estejam em débito com os ministérios e órgãos envolvidos com esta chamada pública, que preencham os requisitos legais para receber recursos orçamentários-financeiros e que observem integralmente as condições deste edital.

13.4 A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, seja por decisão bilateral do MinC ou do MEC/SESu, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, em decisão fundamentada, sem que isso implique direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

13.5 As instituições federais poderão conceder bolsas de extensão aos alunos de graduação, conforme previsto na Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº

7.416, de 30 de dezembro de 2010.

13.6 Os gastos com materiais de consumo previstos nos programas e projetos devem estar vinculados ao desenvolvimento destes e devidamente justificados.

13.7 É proibida a aplicação de recursos em pagamento, a qualquer título, a militar ou a servidor público, da ativa, ou a empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos.

13.8 É permitido o pagamento de diárias e passagens a professores, desde que associado à atividade de ensino, que obedeça ao princípio de indissociabilidade entre ensino e extensão, que o gasto seja discriminado em categoria de programação e que se destine a professores pertencentes ao quadro do conveniente ou à administração federal, vinculado ao objeto de convênio.

13.9 É proibida a realização de despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Cultura.

13.10 Quando for o caso, os programas e projetos deverão especificar as parcerias e outras fontes de financiamento para a sua operacionalização.

13.11 A concessão do apoio financeiro obedecerá aos limites propostos, de acordo com os itens 5.1 e 5.5.

14. DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

14.1 As instituições beneficiadas com recurso deste edital, comprometer-se-ão em remeter ao MEC e MinC relatórios periódicos anuais relativos à execução do seu respectivo Plano de Cultura, e relatório parcial até a metade do período total de execução, sob pena de não terem sua candidatura aceita na edição subsequente deste programa, em caso de não observação deste procedimento.

14.2 O relatório final de cumprimento do Plano de Cultura deverá ser encaminhado por meio do endereço eletrônico: maisculturanasuniversidades@cultura.gov.br no prazo de até 30 dias após a conclusão da(s) ação(ões) que compõe(m) o objeto.

14.3 O MEC e o MinC poderão solicitar, a qualquer momento, durante o processo de execução, relatórios parciais de cumprimento de objeto, para fins de monitoramento.

14.4 O relatório parcial e final de atividades deve ser elaborado de acordo com o modelo disponibilizado pelo MEC e o MinC, nos respectivos sítios eletrônicos: www.mec.gov.br e www.minc.gov.br.

14.5 Caberá ao MinC o acompanhamento do cumprimento da execução dos Planos de Cultura.

14.6 É de responsabilidade do responsável legal da instituição a elaboração e envio dos relatórios de acompanhamento e do relatório final de atividades.

14.7 O MEC e o MinC poderão realizar visitas de acompanhamento in loco para melhor avaliar a execução do Plano de Cultura.

15. DAS PUBLICAÇÕES

15.1 As publicações e/ou quaisquer outros meios de divulgação dos trabalhos realizados e de seus resultados deverão citar, obrigatoriamente, o financiamento do MEC e o MinC: Mais Cultura nas Universidades – MEC/MinC.

15.2 As publicações deverão observar as normas da Secretaria de Comunicação Social da

Presidência da República – SECOM, disponíveis no site www.secom.gov.br.

16. CALENDÁRIO

Evento	Data
Lançamento do Edital	08/10/2014
Aprovação pelas instâncias colegiadas e encaminhamento das propostas	Até 10/02/2015
Avaliação das propostas pelo CT	16/02/2015 a 16/03/2015
Divulgação prévia do resultado nos sítios do MEC e MinC	31/03/2015
Interposição de Recursos	06/04/2015 a 20/04/2015
Homologação do resultado final e divulgação do resultado no sítio institucional do MEC e MinC	04/05/2015

Paulo Speller
Secretário de Educação Superior

Américo José Córdula Teixeira
Secretário de Políticas Culturais

ANEXO B – Formulário de Inscrição da Proposta do Plano de Cultura

1. DADOS CADASTRAIS:

1.1

INSTITUIÇÃO:

1.2

EIXOS TEMÁTICOS:
1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 ()

1.3

COORDENADOR:	
E-MAIL:	
TELEFONE PARA CONTATO	FIXO: () _____ CELULAR: () _____

2. CARACTERIZAÇÃO DO PLANO DE CULTURA:

2.1 Identificação

Instituição:
Unidade Geral:
Unidade de Origem:
Início Previsto: ____/____/____
Término Previsto: ____/____/____
Possui Recurso Financeiro:
Gestor da Instituição:

2.2 Características da Proposta:

Abrangência:	Local ou Regional
Município Abrangido:	
Período de Realização:	
Público-alvo:	

2.3 Discriminar Público-alvo:

Público Interno da Universidade/Instituto	
Instituições Governamentais Federais	
Instituições Governamentais Estaduais	
Instituições Governamentais Municipais	
Organizações de Iniciativa Privada	
Movimentos Sociais	
Organizações Não-Governamentais (ONGs/OSCIPs)	
Organizações Sindicais	
Grupos Comunitários	
Outros	

2.4 Parcerias

Nome	
Sigla	
Parceria	
Tipo de Instituição	
Histórico	

2.5 Descrição do Plano de Cultura Ação:

Eixo(s) temático(s):

Resumo da Proposta:

Justificativa:

Fundamentação Teórica:

2.6 Objetivos do Plano de Cultura:

Objetivos Gerais:

Objetivos Específicos:

2.7 Metas do Plano de Cultura:

Metas

2.8 Metodologia:

Metodologia:

2.9 Avaliação:

Avaliação:



3. Cronograma Físico:



3.1 Cronograma Financeiro:




3.2 Envolvimento da comunidade na qual a Instituição está inserida:



3.3 Envolvimento do Plano de Cultura com a população em situação de vulnerabilidade social:



3.4 Envolvimento do Plano de Cultura com a diversidade cultural brasileira:



4. Referências Bibliográficas:

(TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO)

ANEXO C – Declaração de propostas**DECLARAÇÃO DE CONJUNTO DE PROPOSTAS SUBMETIDAS AO EDITAL E DE COMPROMISSO COM A APLICAÇÃO INTEGRAL DOS RECURSOS**

Eu, (nome do Reitor), Reitor da (nome da Instituição de Educação Superior), declaro, para fins de participação em concorrência pública instituída pelo Edital Mais Cultura nas Universidades e alterações posteriores, que as seguintes propostas foram aprovadas nas instâncias internas e, portanto, estão aptas a participarem da concorrência:

Eixos(s) Temático(s):

(Título da proposta):

(Nome do Coordenador da proposta):

Declaro, também, o compromisso institucional com a aplicação integral dos recursos eventualmente aprovados na execução da proposta aprovada.

Local e data

(Assinatura do Reitor)

ANEXO D – Lista Final com o resultado do *Edital Mais Cultura nas Universidades*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO /
MINISTÉRIO DA CULTURA
PROGRAMA MAIS CULTURA NAS
UNIVERSIDADES COMITÊ
TÉCNICO
LISTA FINAL - NACIONAL

RANK	INSTITUIÇÃO FEDERAL	REGIÃO	UF	VALOR SOLICITADO	VALOR CONCEDIDO	NOTA	SITUAÇÃO
1º	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN	NORDESTE	RN	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.125.000,00	100	CONTEMPLADO
2º	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ - IFAP	NORTE	AP	R\$ 1.356.117,54	R\$ 1.017.088,16	99,9	CONTEMPLADO
3º	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA TRIÂNGULO MINEIRO - IFTM	SUDESTE	MG	R\$ 1.498.888,30	R\$ 1.124.166,23	99,8	CONTEMPLADO
4º	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - UFV	SUDESTE	MG	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.125.000,00	99,7	CONTEMPLADO
5º	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR	SUL	PR	R\$ 1.399.570,48	R\$ 1.049.677,86	99,6	CONTEMPLADO
6º	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM	NORTE	AM	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.125.000,00	99	CONTEMPLADO
7º	UNIVERSIDADE FEDERAL DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA - UNILA	SUL	PR	R\$ 1.445.877,28	R\$ 1.084.407,96	99	CONTEMPLADO
8º	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB	CENTRO-OESTE	DF	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.125.000,00	98,9	CONTEMPLADO
9º	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP	SUDESTE	MG	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.125.000,00	98,8	CONTEMPLADO
10º	UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA - UNILAB	NORDESTE	CE	R\$ 1.491.320,50	R\$ 1.118.490,38	98,5	CONTEMPLADO
11º	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB	NORDESTE	BA	R\$ 1.489.934,40	R\$ 1.117.450,80	98,2	CONTEMPLADO
12º	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE - IFF	SUDESTE	RJ	R\$ 874.950,83	R\$ 656.213,12	97,4	CONTEMPLADO
13º	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA	NORTE	AM	R\$ 1.490.216,00	R\$ 1.117.662,00	96,8	CONTEMPLADO
14º	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO - UFTM	SUDESTE	MG	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.125.000,00	96,4	CONTEMPLADO
15º	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB	NORDESTE	PB	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.125.000,00	96	CONTEMPLADO
16º	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS	SUL	RS	R\$ 1.475.659,20	R\$ 1.106.744,40	95,6	CONTEMPLADO
17º	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	SUL	RS	R\$ 1.494.655,12	R\$ 1.120.991,34	95,5	CONTEMPLADO
18º	INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - IFRN	NORDESTE	RN	R\$ 1.495.051,20	R\$ 1.121.288,40	95	CONTEMPLADO
19º	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS- UFMG	SUDESTE	MG	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.125.000,00	95	CONTEMPLADO
20º	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ - UFOPA	NORTE	PA	R\$ 998.978,07	R\$ 749.233,55	94,5	CONTEMPLADO

21º	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE - IFSul	SUL	RS	R\$ 945.464,64	R\$ 709.098,48	93,5	CONTEMPLADO
22º	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - UFCA	NORDESTE	CE	R\$ 1.495.639,42	R\$ 1.121.729,57	92,2	CONTEMPLADO
23º	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI	NORDESTE	PI	R\$ 1.460.306,56	R\$ 1.095.229,92	92	CONTEMPLADO
24º	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA	NORDESTE	BA	R\$ 1.500.000,00	-	91,9	CLASSIFICADO
25º	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPel	SUL	RS	R\$ 1.499.910,34	-	91,5	CLASSIFICADO
26º	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - UFAC	NORTE	AC	R\$ 1.492.782,00	R\$ 1.119.586,50	91	CONTEMPLADO
27º	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS - IFNMG	SUDESTE	MG	R\$ 1.484.406,24	R\$ 1.113.304,68	90,7	CONTEMPLADO
28º	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP	NORTE	AP	R\$ 1.350.846,06	-	89	CLASSIFICADO
29º	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS - IFG	CENTRO-OESTE	GO	R\$ 1.498.908,00	R\$ 1.124.181,00	88,9	CONTEMPLADO

30°	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL	SUDESTE	MG	R\$ 997.332,00	-	87,8	CLASSIFICADO
31°	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL	NORDESTE	AL	R\$ 1.499.486,00	-	87	CLASSIFICADO
32°	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI - UFVJM	SUDESTE	MG	R\$ 573.017,00	-	86,6	CLASSIFICADO
33°	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC	NORDESTE	CE	R\$ 1.500.000,00	-	85,9	CLASSIFICADO
34°	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA - UFSB	NORDESTE	BA	R\$ 1.496.552,67	-	85,3	CLASSIFICADO
35°	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA - UFOB	NORDESTE	BA	R\$ 873.209,31	-	84,9	CLASSIFICADO
36°	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - UFLA	SUDESTE	MG	R\$ 1.495.219,55	-	84,2	CLASSIFICADO
37°	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - UFABC	SUDESTE	SP	R\$ 1.298.860,64	-	84	CLASSIFICADO
38°	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ - UNIFESSPA	NORTE	PA	R\$ 1.489.229,95	-	83,95	CLASSIFICADO
39°	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO - IFES	SUDESTE	ES	R\$ 1.499.865,00	-	82,3	CLASSIFICADO
40°	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR	NORTE	RR	R\$ 1.500.000,00	-	82	CLASSIFICADO
41°	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PERNAMBUCO - IFPE	NORDESTE	PE	R\$ 803.130,35	-	82	CLASSIFICADO
42°	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - IFSC	SUL	SC	R\$ 752.580,00	-	81,8	CLASSIFICADO
43°	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ	SUDESTE	RJ	R\$ 1.497.495,68	-	80,8	CLASSIFICADO
44°	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - UFMT	CENTRO-OESTE	MT	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.125.000,00	80,5	CONTEMPLADO
45°	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS	NORDESTE	SE	R\$ 1.483.325,99	-	80	CLASSIFICADO
46°	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ - IFPA	NORTE	PA	R\$ 1.499.487,49	-	79,7	CLASSIFICADO
47°	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM	SUL	RS	R\$ 1.500.000,00	-	79	CLASSIFICADO
48°	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC	SUL	SC	R\$ 1.499.719,12	-	79	CLASSIFICADO
49°	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - IFRJ	SUDESTE	RJ	R\$ 1.177.469,33	-	78,5	CLASSIFICADO
50°	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE - UFCSPA	SUL	RS	R\$ 1.500.000,00	-	78,4	CLASSIFICADO
51°	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCAR	SUDESTE	SP	R\$ 1.499.971,60	-	78,3	CLASSIFICADO
52°	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - IFCE	NORDESTE	CE	R\$ 1.403.509,00	-	78	CLASSIFICADO
53°	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA - IF Farroupilha	SUL	RS	R\$ 783.498,00	-	77,3	CLASSIFICADO
54°	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD	CENTRO-OESTE	MS	R\$ 521.380,00	R\$ 391.035,00	75,9	CONTEMPLADO
55°	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL - UFMS	CENTRO-OESTE	MS	R\$ 1.500.000,00	-	75,6	CLASSIFICADO
56°	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFRSA	NORDESTE	RN	R\$ 1.494.824,00	-	75,5	CLASSIFICADO
57°	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS	SUL	SC	R\$ 901.301,34	-	75,5	CLASSIFICADO
58°	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF	SUDESTE	RJ	R\$ 1.500.000,00	-	75,5	CLASSIFICADO
59°	UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS - UFT	NORTE	TO	R\$ 1.500.000,00	-	74,5	CLASSIFICADO
60°	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	SUL	RS	R\$ 1.428.672,20	-	74,5	CLASSIFICADO
61°	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO - IFSP	SUDESTE	SP	R\$ 1.415.872,47	-	73,8	CLASSIFICADO
62°	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR	NORTE	RO	R\$ 1.499.073,25	-	73,6	CLASSIFICADO
63°	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ - UNIFEI	SUDESTE	MG	R\$ 1.494.724,20	-	73,2	CLASSIFICADO
64°	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU	SUDESTE	MG	R\$ 1.454.539,30	-	73	CLASSIFICADO

65°	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA - IFB	CENTRO-OESTE	DF	R\$ 1.477.041,44	-	73	CLASSIFICADO
66°	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO	SUDESTE	RJ	R\$ 1.500.000,00	-	72,5	CLASSIFICADO
67°	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS - IFTO	NORTE	TO	R\$ 1.499.460,00	-	71,7	CLASSIFICADO
68°	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO - IFMT	CENTRO-OESTE	MT	R\$ 1.498.880,00	-	71,1	CLASSIFICADO
69°	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS - IF SUDESTE MG	SUDESTE	MG	R\$ 1.500.000,00	-	71	CLASSIFICADO
70°	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS - IFMG	SUDESTE	MG	R\$ 549.550,00	-	67,8	CLASSIFICADO

71°	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE - IFAC	NORTE	AC	R\$ 1.500.000,00	-	67,5	CLASSIFICADO
72°	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA - IFPB	NORDESTE	PB	R\$ 1.500.000,00	-	67,5	CLASSIFICADO
73°	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG	NORDESTE	PB	R\$ 1.104.000,00	-	64,4	CLASSIFICADO
74°	UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF	NORDESTE	PE	R\$ 1.434.814,53	-	63,8	CLASSIFICADO
75°	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI - UFSJ	SUDESTE	MG	R\$ 1.433.094,30	-	63,8	CLASSIFICADO
76°	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG	CENTRO-OESTE	GO	R\$ 1.500.000,00	-	63,5	CLASSIFICADO
77°	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES	SUDESTE	ES	R\$ 1.500.000,00	-	60,5	CLASSIFICADO
78°	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ	SUDESTE	RJ	R\$ 1.024.206,27	-	60	CLASSIFICADO
79°	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA - IFBA	NORDESTE	BA	R\$ 1.480.321,44	-	59,5	CLASSIFICADO
80°	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IF Sul de Minas	SUDESTE	MG	R\$ 1.449.111,56	-	59,5	CLASSIFICADO
81°	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - UNIFESP	SUDESTE	SP	R\$ 1.496.638,38	-	59,3	CLASSIFICADO
82°	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RONDÔNIA - IFRO	NORTE	RO	R\$ 1.451.486,66	-	58,8	CLASSIFICADO
83°	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL - IFRS	SUL	RS	R\$ 739.394,00	-	58,1	CLASSIFICADO
84°	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ - IFPR	SUL	PR	R\$ 833.585,73	-	57,6	CLASSIFICADO
85°	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO - IF GOIANO	CENTRO-OESTE	GO	R\$ 1.473.580,00	-	57,5	CLASSIFICADO
86°	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE - IFS	NORDESTE	SE	R\$ 1.077.354,00	-	57	CLASSIFICADO
87°	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE	NORDESTE	PE	R\$ 1.500.000,00	-	57	CLASSIFICADO
88°	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO - IFMA	NORDESTE	MA	R\$ 851.359,00	-	56,4	CLASSIFICADO
89°	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO - IF SERTÃO/PE	NORDESTE	PE	R\$ 513.550,00	-	56,2	CLASSIFICADO
90°	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE - IFC	SUL	SC	R\$ 1.319.422,36	-	55,4	CLASSIFICADO
91°	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOWDA FONSECA - CEFET-RJ	SUDESTE	RJ	R\$ 568.404,00	-	54,1	CLASSIFICADO
92°	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - UTFPR	SUL	PR	R\$ 1.500.000,00	-	53,9	CLASSIFICADO
93°	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM	NORTE	AM	R\$ 1.500.000,00	-	53,3	CLASSIFICADO
94°	COLÉGIO PEDRO II	SUDESTE	RJ	R\$ 1.436.606,44	-	53	CLASSIFICADO
95°	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL - IFMS	CENTRO-OESTE	MS	R\$ 1.499.780,00	-	52,5	CLASSIFICADO
96°	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ - IFPI	NORDESTE	PI	R\$ 1.000.138,00	-	51,8	CLASSIFICADO
97°	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF	SUDESTE	MG	R\$ 1.377.770,61	-	51,4	CLASSIFICADO

98°	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS - CEFET-MG	SUDESTE	MG	R\$ 934.400,00	-	50,5	CLASSIFICADO
99°	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE	NORDESTE	PE	-	-	0	DESCLASSIFICADO 4.2
100°	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA	NORTE	PA	-	-	0	DESCLASSIFICADO 4.2
101°	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA	NORDESTE	MA	-	-	0	DESCLASSIFICADO 4.2